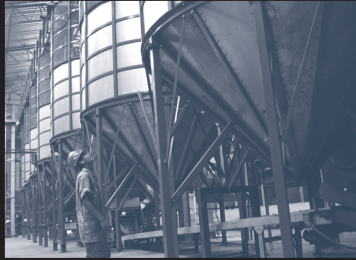




Corporação
Interamericana
de Investimentos



Relatório Anual 2004



A CORPORAÇÃO INTERAMERICANA DE INVESTIMENTOS (CII) é uma organização multilateral. Iniciou suas operações em 1989, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico de seus países membros na América Latina e no Caribe, mediante o financiamento de empresas privadas. A CII leva a cabo sua missão por intermédio de muitas formas de financiamento, incluindo empréstimos diretos, garantias e investimentos de capital, e linhas de crédito para instituições financeiras locais que operam como intermediárias, bem como investimentos em fundos de investimentos locais e regionais. Os investimentos da CII são orientados principalmente para empresas de pequeno e médio porte que encontram dificuldade para obter financiamento de longo e médio prazo de outras fontes.

De certa forma, o financiamento da CII é uma semente. A Corporação funciona como catalisador para atrair outros recursos: financiamento adicional, tecnologia e conhecimento especializado. Esses recursos são mobilizados mediante empréstimos co-financiados e empréstimos sindicalizados, apoio ao lançamento de títulos e identificação de parceiros para empreendimentos conjuntos.

As operações de empréstimo e investimento exigem uma avaliação da solidez e das probabilidades de êxito de cada projeto. Nessa avaliação preliminar, a CII assessora seus clientes na concepção do projeto e sua engenharia financeira, e os ajuda a estruturar seu plano financeiro.

Para obter financiamento da CII, os projetos devem oferecer oportunidades de investimento lucrativo. Devem também impulsionar o desenvolvimento econômico de alguma forma: criando postos de trabalho, ampliando a base de investidores de capital, gerando divisas, facilitando a transferência de recursos e tecnologia, usando recursos locais de forma sustentável, incentivando a poupança local ou promovendo a integração econômica da América Latina e do Caribe. Todos os projetos com possibilidade de afetar o meio ambiente devem incluir medidas preventivas ou restaurativas específicas.

Todos os poderes da Corporação são investidos na sua Assembléia de Governadores, composta por um Governador e um Governador Suplente de cada país membro. O poder de voto de cada país é proporcional às ações por ele integralizadas. A Assembléia de Governadores nomeia uma Diretoria Executiva e lhe delega autoridade e poderes consideráveis.

A Corporação é membro do Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento. A CII goza de autonomia jurídica e conta com recursos e administração separados do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Países Membros da CII

Alemanha
Argentina
Áustria
Bahamas
Barbados
Bélgica
Belize
Bolívia
Brasil
Chile
Colômbia
Costa Rica
Dinamarca
El Salvador
Equador
Espanha
Estados Unidos
Finlândia
França
Guatemala
Guiana
Haiti
Honduras
Israel
Itália
Jamaica
Japão
México
Nicarágua
Noruega
Países Baixos
Panamá
Paraguai
Peru
Portugal
República Dominicana
Suécia
Suíça
Suriname
Trinidad e Tobago
Uruguai
Venezuela



Corporação Interamericana de Investimentos



Relatório Anual 2004



Sumário

Carta Introdutória	iv
Carta do Gerente Geral	v
A CII: fatos e números	1
Que é a CII? Como está organizada, e qual é sua missão?	1
Qual é o mandato específico da CII?	3
Desenvolvimento Social e Crescimento Econômico	8
Bolívia	9
Equador	11
El Salvador	12
México	13
Paraguai	13
Peru	14
Uruguai	16
O Ano em Retrospecto	17
A Corporação em 2004	17
<i>Resultados operacionais</i>	17
<i>Resultados financeiros do ano</i>	17
<i>Impacto sobre o desenvolvimento</i>	18
<i>Programas e cadeias produtivas</i>	18
<i>Administração direta de repasses</i>	21
Assuntos institucionais	22
<i>A parceria cresce</i>	22
<i>Metas de desenvolvimento internacionais</i>	22
<i>Descentralização</i>	24
<i>Flexibilidade e novos produtos</i>	24
<i>Atividades dos órgãos diretores</i>	24
<i>Assembléia de Governadores</i>	24
<i>Diretoria Executiva</i>	24
<i>Administração e funções permanentes</i>	26
<i>Desenvolvimento de negócios</i>	26
<i>Gestão de carteira e de risco creditício</i>	28
<i>Comitê de Supervisão de Carteira</i>	28
<i>Comitê de Crédito</i>	28
<i>Unidade de Administração e Supervisão de Carteira</i>	28
<i>Unidade de Operações Especiais</i>	30
<i>Monitoramento e avaliação</i>	30
<i>Normas ambientais e trabalhistas</i>	30
<i>Medidas anticorrupção</i>	32
<i>Cooperação com o BID</i>	32
<i>Setor Privado</i>	32
<i>Fundo Multilateral de Investimentos</i>	32
<i>Aumento na cooperação entre a CII e o Fumin</i>	34
<i>Programas especiais</i>	34
<i>Programa de Pequenos Empréstimos</i>	34
<i>Financiamentos em moedas locais</i>	34
<i>Programas de empréstimos co-financiados</i>	36

<i>AIG-GE Capital Latin American Infrastructure Fund</i>	36
<i>Fundos especiais: Compartilhamento de recursos, fomento ao desenvolvimento do setor privado</i>	36
Atividades de investimento para o desenvolvimento	39
<i>Fontes de recursos</i>	39
<i>Resumo de investimentos em desenvolvimento durante 2004</i> . . .	40
<i>Operações diretas</i>	40
<i>Investimentos por intermédio de fundos de investimento</i> . . .	48
<i>Repasses concedidos por instituições financeiras locais intermediárias</i>	49
Demonstrações Financeiras	51
Nota	52
Balço patrimonial	52
Demonstração do resultado e lucros acumulados	53
Demonstração dos fluxos de caixa	54
Notas explicativas da administração	55
Apêndices	70
América Latina e Caribe em 2004: perspectivas econômicas	70
Governadores e Governadores Suplentes	72
Diretores Executivos e Diretores Executivos Suplentes	73
Órgãos de ligação	74

Gráficos

Composição dos ativos da CII	2
Distribuição percentual dos projetos ativos por grupo de países (número de projetos)	6
Distribuição percentual dos projetos ativos por grupo de países (montante do financiamento)	6
Distribuição percentual por setor em 2004 (número de projetos) . . .	7
Distribuição percentual da carteira ativa por tipo de projeto em 2004	7
Principais indicadores operacionais em 2004	7
Distribuição, por país, do valor líquido total dos projetos aprovados	23
Distribuição, por setor, do financiamento total líquido aprovado . . .	25
Carteira comprometida, total acumulado	27
Operações aprovadas em 2004	29
Projetos aprovados, comprometidos e desembolsados	31
Financiamento desembolsado por meio de fundos de investimento e intermediários financeiros, 1992–2004	33
Países de origem e aquisições totais, 1989–2004	35
Fundos Fiduciários CII/BID Para Assistência Técnica – 2004	38
Investimentos por intermédio de fundos de investimento em 2004	48
Empréstimos por meio de intermediários financeiros em 2004	49

Carta Introdutória

16 de fevereiro de 2005

Presidente da Assembléia de Governadores
Corporação Interamericana de Investimentos
Washington, D.C.

Senhor Presidente:

Nos termos do Artigo IV, Seção 9(a) do Convênio Constitutivo da Corporação Interamericana de Investimentos, transmito a Vossa Excelência o relatório anual da Corporação relativo a 2004 e as demonstrações financeiras auditadas, as quais incluem o balanço patrimonial a demonstração do resultado e lucros retidos, bem como a demonstração dos fluxos de caixa referentes ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2004.

Este relatório resume as principais realizações da CII e os fatos decisivos de 2004.

Atenciosamente,



Enrique V. Iglesias
Presidente
Diretoria Executiva
Corporação Interamericana de Investimentos

Carta do Gerente Geral

A missão fundamental da Corporação Interamericana de Investimentos é promover o desenvolvimento econômico mediante o incentivo à constituição, expansão e modernização de empresas de pequeno e médio porte privadas na América Latina e no Caribe. Os fatos e números do relatório anual da Corporação demonstram que a instituição está trabalhando para cumprir essa missão, mas não contam a história toda. Por trás dos projetos que a Corporação ajuda a financiar, existem empresas e empresários cujas realizações, como bons cidadãos corporativos, estão gerando novos benefícios para determinadas comunidades, na forma de educação, inovação tecnológica, acesso a mercados estrangeiros, uso sustentável dos recursos naturais e elevação do padrão de vida.

O relatório anual para 2004 contém um capítulo especial que destaca algumas das contribuições dessas empresas no sentido de ampliar o círculo do desenvolvimento.

Jacques Rogozinski
Gerente-Geral
Corporação Interamericana de Investimentos



A CII: fatos e números

Que é a CII? Como está organizada, e qual é sua missão?

A CII é uma instituição financeira multilateral com 42 países membros. Segundo seu Convênio Constitutivo, sua finalidade é promover o desenvolvimento econômico de seus países membros regionais em processo de desenvolvimento, mediante o estímulo ao estabelecimento, expansão e modernização de empresas privadas, prioritariamente pequenas e médias, de modo a complementar as atividades do Banco Interamericano de Desenvolvimento.¹

Para cumprir o seu mandato, a CII oferece uma série de produtos e serviços financeiros, quer diretamente (empréstimos de longo prazo, garantias, investimento de capital e subscrição de títulos), quer por linhas de crédito oferecidas a instituições financeiras locais intermediárias, as quais proporcionam recursos para investimentos corporativos, refinanciamento e capital de giro, bem como mecanismos de garantias e de arrendamento financeiro e operacional.

A CII também forneceu recursos para fundos de investimento em sociedades de capital fechado e ofereceu empréstimos a programas de apoio às cadeias produtivas e empréstimos estruturados. Com os olhos no futuro, a CII está empenhada em expandir sua presença na região e promover relações de longo prazo com seus clientes à medida que estes crescem e se diversificam.

Somente este ano, os recursos canalizados pela CII beneficiaram mais de 48.035 empresas de pequeno e médio porte, incluindo pequenos produtores.²

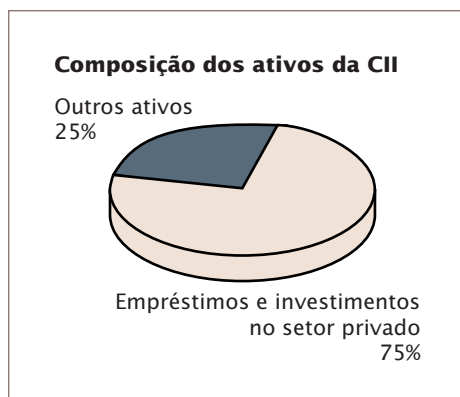
O mandato da Corporação de fomentar o desenvolvimento do setor privado, essencialmente mediante o apoio a empresas de pequeno e médio porte, adquire um significado singular quando examinado em termos da eficácia para gerar desenvolvimento. Essa eficácia é considerada a prova decisiva

A CII é a única instituição multilateral de desenvolvimento do mundo que trabalha principalmente na promoção de empresas de pequeno e médio porte.

Durante o exercício, foram efetuadas 48.035 operações de crédito por intermédio de instrumentos financeiros com a participação da Corporação.

¹ Convênio Constitutivo da Corporação Interamericana de Investimentos, Artigo 1, Seção I.

² Inclusive empréstimos e investimentos de capital diretos, mecanismos de financiamento rotativo e empréstimos concedidos por instituições financeiras intermediárias com recursos fornecidos pela CII e outros programas. Deve-se assinalar que 41.896 são repasses da linha de crédito concedida ao Rabobank, que totaliza US\$ 200 milhões.



para avaliar a produtividade da aplicação do capital para desenvolvimento aportado pelos acionistas da CII e os resultados tangíveis obtidos do ponto de vista dos principais beneficiários de suas operações. Esses resultados podem ser medidos em termos dos benefícios econômicos diretos proporcionados pelos investimentos direcionados a empresas de pequeno e médio porte, normalmente evidenciados pela promoção do espírito empreendedor, pela criação de novos postos de trabalho e elevação da renda dos trabalhadores para combater a pobreza; pela geração ou poupança de divisas; e pela capacidade das empresas de pequeno e médio porte para crescerem competitivamente e se desenvolverem de maneira sustentada. Fazem parte integrante dessa eficácia não só a contribuição para aumentar a capacidade de obtenção de crédito dessas empresas, mas também o efeito catalisador do financiamento da CII em termos de mobilização de recursos de credores comerciais e dos mercados de capitais. Tais benefícios são otimizados primeiramente graças ao projeto inicial das operações por parte da CII, e posteriormente pelo acompanhamento de perto de todas as fases de sua execução. Deve-se ressaltar também que, em muitos casos, a CII concede ajuda a empresários localizados em áreas remotas ou subdesenvolvidas das economias nacionais da região, onde as empresas de pequeno e médio porte não possuem de fato facilidade de acesso a fontes alternativas de captação de recursos em termos convenientes, bem como a áreas desfavorecidas ou marginalizadas em comunidades urbanas ou suas imediações.

A Corporação avalia sistematicamente cada proposta de projeto no momento em que entra em sua carteira, com vistas a determinar o que se denomina adicionalidade de cada operação. Esse conceito de desempenho abrange, além dos benefícios diretos já mencionados, benefícios de desenvolvimento mais amplos, tais como maior eficiência da intermediação financeira, melhora do desempenho ambiental e normas mais rigorosas de segurança do trabalho. A esses benefícios acrescenta-se o esforço mais intenso no sentido de aperfeiçoar as normas de gestão e contabilidade das empresas e dar um tratamento mais justo aos acionistas minoritários, quando cabível. A Corporação está totalmente empenhada em usar todos os meios a seu alcance para maximizar sua

eficácia de desenvolvimento, recorrendo a ferramentas de gestão adequadas e voltadas para resultados, além de respaldar diretamente as empresas de pequeno e médio porte mediante serviços de consultoria e outros meios ao seu alcance. Para tanto, a CII busca harmonizar suas práticas e normas com o ritmo de avanço de suas congêneres internacionais que apóiam o desenvolvimento do setor privado nas economias de mercados emergentes.

Qual é o mandato específico da CII?

Estrutura do ativo e distribuição geográfica dos projetos

A CII tem um mandato desenvolvimentista singular: concentra-se exclusivamente na América Latina e no Caribe, região composta sobretudo por economias emergentes, e sua base de clientes abrange principalmente empresas de pequeno e médio porte.

Uma análise da composição dos ativos da CII mostra que cerca de 75% são empréstimos ao setor privado ou investimentos também no setor privado, enquanto só 25% são outros ativos. Os ativos para desenvolvimento representam uma percentagem muito maior da carteira global do que nas instituições financeiras semelhantes que promovem o desenvolvimento.

A distribuição histórica da carteira reflete o esforço considerável e sustentado por parte da CII para que suas operações respaldem o que se convencionou chamar países C e D da região; trata-se, respectivamente, dos que têm um mercado interno limitado e daqueles que são menos desenvolvidos.³ Aproximadamente 49% do número de operações se concentra nos países C e D.

A percentagem de ativos destinada às operações de desenvolvimento e a distribuição geográfica de sua carteira fazem da CII uma organização realmente sem paralelo entre as organizações multi-

Atendimento aos requisitos: foram recebidas 375 solicitações; trinta e uma atenderam a todas as exigências e foram aprovadas.

- *Prazo médio para a aprovação de financiamentos por intermédio de outras instituições financeiras: 5 meses*
- *Prazo médio para a aprovação de financiamentos e programas corporativos: 7 meses*

*Fundo Austríaco:
US\$ 500.000*

*Fundo Fiduciário
Dinamarquês: US\$ 500.000*

*Fundo Italiano:
US\$ 2,2 milhões*

Fundo Suíço: US\$ 3 milhões

USTDA: US\$ 250.000

*NPPE, Países Baixos:
US\$ 90.000*

³ A classificação dos países por letras (A, B, C, D) corresponde à metodologia do BID, que divide os países nos seguintes grupos:

Grupo A: Argentina, Brasil, México e Venezuela

Grupo B: Chile, Colômbia e Peru

Grupo C: Bahamas, Barbados, Costa Rica, Jamaica, Panamá, Suriname, Trinidad e Tobago, e Uruguai

Grupo D: Belize, Bolívia, El Salvador, Equador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Nicarágua, Paraguai e República Dominicana.

laterais que apóiam o setor privado em regiões em desenvolvimento.

Apoio ao cliente

Para atender aos requisitos mínimos de qualificação para os empréstimos e investimentos de capital da CII, a empresa, entre outros requisitos, tem de fornecer demonstrações financeiras examinadas por auditores independentes e prova de que cumpre as normas da CII a respeito do meio ambiente e de segurança no trabalho.

Em muitos casos, numa primeira fase, as empresas de pequeno e médio porte não atendem a esses requisitos. Por conseguinte, a CII proporciona apoio técnico para a formulação e implementação de melhores práticas nessas áreas. Assim, ajuda as empresas a cumprir essas normas, a concorrer em termos mais favoráveis e a ganhar acesso a recursos para investir em melhores condições. Esse respaldo pode assumir a forma de consultoria sobre assuntos de concepção de projeto, financeiros, econômicos, técnicos e operacionais, legais, ambientais e de segurança no trabalho. Para ajudar a financiar essa ajuda, a Corporação pode, ocasionalmente, fazer uso de fundos especiais para o financiamento de estudos e outras iniciativas relacionadas com o desenvolvimento.⁴

A prestação desse apoio exige um esforço maior tanto de parte da CII quanto de seus clientes. As empresas que obtêm financiamento direto da CII não são as únicas que precisam atender a essas exigências; até mesmo as instituições financeiras intermediárias com que trabalha a CII estão obrigadas por contrato a participar de *workshops* de treinamento ambiental para aprender a integrar as práticas de gestão ambiental nas próprias operações e a transformar essas práticas em vantagens competitivas. Cumpre ressaltar que os bancos comerciais normalmente não impõem tais requisitos para conceder financiamento. O fato de que este ano foram recebidas 375 solicitações e aprovadas 31 operações⁵ ilustra o esforço feito.

⁴ Na seção sobre fundos especiais, há informações mais pormenorizadas.

⁵ Dos 31 projetos e programas aprovados, 375 solicitações foram recebidas em 2004.

*Avaliação e processamento*⁶

Como explicado acima, a CII, em cada caso, trabalha com seus clientes em melhorias que aperfeiçoem sua governança corporativa e os ajudem a qualificar-se a receber financiamento da própria CII. Normalmente, essa forma de operar tem como consequência um processo mais longo para a aprovação e desembolso do empréstimo – em média cinco meses por operação efetuada por intermédio de instituições financeiras intermediárias e sete meses no caso de projetos empresariais e programas rotativos em 2004. Este sistema eleva os custos iniciais de processamento, mas a melhora na governança corporativa geralmente resulta em impacto favorável ao sucesso do programa, em acesso a novas fontes de financiamento e na conformidade das normas de exportação.

Os pequenos investimentos muitas vezes exigem proporcionalmente muito mais trabalho do que os investimentos de grande porte. Esse fenômeno tem muitas causas: os patrocinadores de investimentos menores são normalmente menos sofisticados do que aqueles que patrocinam empreendimentos maiores; os negócios menores são menos estáveis que os maiores e, portanto, existe maior probabilidade de os projetos serem abandonados; o planejamento e a contabilidade do negócio exigem muito maior supervisão; os padrões creditícios são geralmente mais baixos; e são em geral mais altos os custos da compra de materiais e maquinaria. Portanto, para promover e financiar com êxito investimentos menores, é necessário um esforço especial que enfatize a assistência técnica e uma supervisão rigorosa.

De fato, a agência de classificação Standard & Poor's informou que "a Corporação tem um mandato mais difícil do que o de qualquer outra instituição financeira multilateral de desenvolvimento classificada".^{7,8} Além disso, de acordo com o Moody's Investors Service, a CII empresta "sem garantia soberana

Moody's: "A CII concede empréstimos sem garantia soberana aos segmentos mais arriscados do setor privado na América Latina e no Caribe".

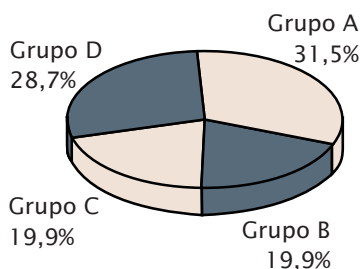
Standard & Poor's: "A Corporação tem um mandato mais difícil do que o de qualquer outra instituição financeira multilateral de desenvolvimento classificada".

⁶ O site da CII na Internet (www.iic.int) informa como solicitar financiamento. Os pedidos de informações podem ser enviados também aos escritórios regionais da CII ou à sua sede em Washington, D.C. O site oferece igualmente um formulário de pedido de informações que, uma vez preenchido pela empresa ou instituição financeira em busca de financiamento, é encaminhado automaticamente à divisão pertinente da CII.

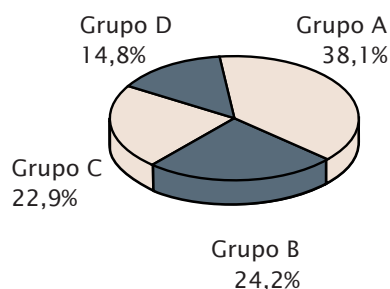
⁷ Standard & Poor's, *Supranationals*, setembro de 2003, e Standard & Poor's, *Sovereigns*, Inter-American Investment Corporation, 14 de julho de 2003, pág. 2.

⁸ As instituições classificadas, mencionadas pela S&P, incluem a Corporação Financeira Internacional, o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento, o Banco Asiático de Desenvolvimento, o Banco Africano de Desenvolvimento, a Corporação Andina de Pomento e o Banco Centro-Americano de Integração Econômica.

Distribuição percentual de projetos ativos por grupo de países (número de projetos)



Distribuição percentual dos projetos ativos por grupo de países (montante do financiamento)



aos segmentos mais arriscados do setor privado na América Latina e no Caribe”.⁹

Utilização dos recursos humanos da CII

A governança da CII abrange todas as funções que a instituição precisa executar eficientemente para cumprir sua missão como instituição financeira multilateral dedicada ao desenvolvimento do setor privado. Promoção de negócios, estruturação e avaliação de investimentos em empresas e instituições financeiras, bem como gestão de carteira, constituem elementos fundamentais para que sejam atingidas as metas da CII em áreas como proteção ambiental, normas trabalhistas, melhorias na governança corporativa das empresas de pequeno e médio porte, bem como avaliação da adicionalidade do projeto e do seu impacto sobre o desenvolvimento socioeconômico. Além disso, a CII executa internamente funções essenciais de tesouraria, auditoria, contabilidade e recuperação e reestruturação de créditos, presta serviços jurídicos de apoio às áreas operacionais e fornece a tradução de documentos e relatórios exigidos pelos órgãos deliberativos da própria CII.

Para cumprir sua missão multilateral, a CII conta atualmente com um quadro de pessoal composto de 100 cargos.¹⁰ Há 21 funcionários em escritórios regionais localizados em sete países (Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Honduras, Paraguai e Uruguai) e 79 na sede em Washington DC, nos EUA. O grupo da sede inclui 20 oficiais de investimento que se dedicam diretamente à geração e desenvolvimento de novos projetos e 6 encarregados da supervisão direta em tempo integral de uma carteira constituída por 72 projetos (entidades corporativas e financeiras), incluindo visitas anuais *in loco*. O restante do pessoal desempenha funções que indiretamente apóiam os setores operacionais e incluem, entre outros, a Divisão de Serviços Jurídicos, a Divisão de Finanças e Gestão de Risco e as Unidades de Análise Creditícia, Recuperação e Reestruturação de Créditos, Engenharia Ambiental e Assuntos Corporativos.

⁹ Moody's Investors Service, Inter-American Investment Corporation, Global Credit Research, fevereiro de 2003.

¹⁰ Em 31 de dezembro de 2004.

Distribuição percentual por setor em 2004 (número de projetos)

Agricultura e agroindústria	11,0
Alimentos, engarrafamento e bebidas	2,1
Aqüicultura e pesca	4,8
Educação	2,7
Fundos de investimentos	16,4
Linhas de agência	2,7
Madeira, papel e celulose	2,1
Manufatura em geral	4,0
Mercados de capital	2,1
Pecuária e criação de aves	0,7
Petróleo e mineração	0,7
Produtos químicos e plásticos	2,1
Programa de Pequenos Empréstimos	0,7
Serviços financeiros	34,2
Serviços não-financeiros	1,4
Serviços públicos e infra-estrutura	4,0
Tecnologia, comunicações e nova economia	0,7
Têxteis, vestuário e couro	1,4
Transporte e armazenamento	1,4
Turismo e hotelaria	2,7
Zonas de processamento industrial	2,1
Total	100,0

Distribuição percentual da carteira ativa por tipo de projeto em 2004

	Número de projetos (%)	Financiamento total aprovado (%)
Projetos diretos	44,5	39,9
Instituições financeiras	34,2	30,5
Cadeias produtivas	1,4	2,5
Garantias em moeda local	1,4	4,1
Empréstimos co-financiados	2,1	8,9
Fundos de investimento	16,4	14,1
Total	100,0	100,0

Principais indicadores operacionais em 2004

Aprovações com valor inferior a US\$ 3,0 milhões	14
Aprovações com valor entre US\$ 3,0 milhões e US\$ 10,0 milhões	10
Aprovações com valor superior a US\$ 10,0 milhões	7
Financiamento médio, exclusive intermediários financeiros (US\$000)	4.000
Financiamento médio a intermediários financeiros (US\$000)	5.100
Financiamento médio através de intermediários financeiros com recursos da CII (US\$000)	4*
Financiamento médio ou garantias em programas rotativos ou cadeias produtivas (US\$000)	7
Número médio de meses para aprovação de transações com intermediários financeiros	5
Número médio de meses para aprovação de transações com empresas, programas e cadeias produtivas	7
Total de amortizações/total desembolsado com empréstimos e investimentos de capital (agregado em 31 de dezembro de 2003)	7,9%
Reservas/carteira de empréstimos e investimentos de capital (dezembro de 2003)	17,17%
Número de empresas que solicitaram financiamento da CII	375
Número de projetos e programas que têm cumprido as normas da CII e foram aprovados	31
Número de projetos sob supervisão	120
Número de beneficiários de empréstimos indiretos (através de intermediários e fundos de investimento)	42.134
Número de beneficiários diretos através de programas e cadeias produtivas	5.901
Total de beneficiários, todos os investimentos	48.035

* Incluindo Rabobank. Excluindo Rabobank: 508.

Desenvolvimento Social e Crescimento Econômico



“...as micros, pequenas e médias empresas constituem um elemento fundamental para o crescimento econômico, a criação de empregos e a redução da pobreza nos nossos países.”

“A educação é fator decisivo para o desenvolvimento humano, por incidir na vida política, social, cultural, econômica e democrática de nossas sociedades.”

—Declaração de Nuevo León, janeiro de 2004

Desde sua criação em 1989, a CII tem proporcionado às empresas de pequeno e médio porte na América Latina e Caribe tanto financiamentos como outras formas de apoio concebidas para promover metas alinhadas com as reafirmadas este ano na reunião de cúpula extraordinária dos Chefes de Estado e de Governo das Américas. Essas metas incluem o fomento do crescimento econômico, a elevação dos níveis de vida e a geração de novas oportunidades de emprego e investimento, bem como a promoção de condições de trabalho dignas. Os projetos dos setores agrícola e industrial, bem como da área crucial da educação, destacados nas páginas seguintes, têm exatamente esse propósito em vista.

Bolívia

Na Bolívia, estão localizadas algumas das mais vastas reservas de recursos naturais na América Latina. O país também tem uma das legislações de preservação florestal mais estritas de

todo o mundo, a qual assegura que as florestas sejam aproveitadas em condições, volumes e cronogramas controlados que levem em conta a necessidade de renovação natural. Na Bolívia, a CII está apoiando um projeto de expansão da **Maderera Boliviana Etienne S.A.**, uma empresa que recebeu da CII um empréstimo de US\$ 3,5 milhões em 2001 e está utilizando estes recursos para criar postos de trabalho em áreas do país menos desenvolvidas economicamente e gerar divisas pela produção e exportação de produtos acabados fabricados com madeira certificada pelo programa SmartWood do Forest Stewardship Council. Esse programa avalia, monitora e certifica bons procedimentos de gestão florestal e cadeia de custódia para produtos de madeira provindos dessas florestas. A cadeia de custódia é o processo pelo qual a madeira é transformada de uma árvore na floresta em um produto acabado oferecido em um mercado atacadista ou varejista: da



floresta para a serraria, para a fábrica, até o mercado.

Este projeto é um excelente exemplo de como a CII consegue combinar proteção ao meio ambiente com criação de postos de trabalho e com o desenvolvimento de novas empresas que podem agregar valor aos recursos da região.

É impossível cultivar castanhas do Pará, que são frutos difíceis de colher, armazenar, secar e transportar. Dada a demanda mundial pelo suprimento limitado de castanhas do Pará de boa qualidade, um grupo inovador de bolivianos se propôs a transformar um sistema tradicional de coleta e processamento manual em uma indústria de ponta, que usa processos projetados para assegurar que esse produto naturalmente orgânico alcance a mesa do consumidor em boas condições. Assim nasceu a **Tahuamanu S.A.**, atualmente a única empresa do mundo que pode fornecer castanhas do Pará orgânicas certificadas pelo instituto certificador suíço IMO Institut für Marktökologie, Kontroll- und Zertifizierungsstelle im Ökologischen Landbau.

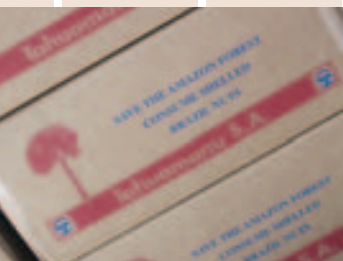
A empresa começou por treinar a população que fazia a coleta das castanhas, de modo a convertê-la em um grupo de pequenos empresá-

rios rurais, conscientes da necessidade de proteger a floresta que lhes dá um meio de vida decente. Esse procedimento não só faz com que as famílias criem raízes na região, como também desencoraja os desmatamentos e as queimadas intencionais da floresta para usar a terra como pastagem.

A Tahuamanu também teve de projetar a logística necessária para transportar as castanhas do Pará da floresta para suas instalações de processamento. Para esse transporte, a empresa usa 300 bois e uma frota de tratores e caminhões.

Não há indústrias similares em outros países e, por isso, grande parte da maquinaria teve de ser projetada e construída no departamento de engenharia da própria empresa. A Tahuamanu tem processos automatizados para a secagem e armazenamento das castanhas, bem como um laboratório de controle de qualidade.

A CII tem apoiado o crescimento e consolidação da Tahuamanu com empréstimos e serviços de consultoria. Dessa forma, a empresa se tornou líder mundial, responsável por 10% do mercado mundial de castanhas do Pará. Também é uma empresa socialmente responsável: 80% de seus lucros são devolvidos a comunidades que não têm outras fontes de rendi-



mentos. A empresa cresceu junto com seu pessoal, gerando um impacto social positivo na região e beneficiando centenas de coletores de castanhas do Pará em áreas rurais, bem como a população de Cobija, com 350 postos de trabalho diretos e mais de 1.200 indiretos. A maior parte dos postos de trabalho nas instalações de processamento é para mulheres, com horários de trabalho adequados às suas responsabilidades familiares. As instalações também oferecem creche grátis e as crianças comem no restaurante da empresa.

A preservação ambiental garante o suprimento de castanhas do Pará da mais alta qualidade. Por essa razão, a empresa está pesquisando espécies compatíveis, com o objetivo de reflorestar áreas devastadas.

Equador

A raça de gado sahiwal tem suas origens na fronteira entre a Índia e o Paquistão. Essa é uma das raças mais bem adaptadas à produção de leite em áreas tropicais. A **Agrícola Ganadera Reysahiwal** (AGR) cria mais de 8.500 cabeças de gado leiteiro numa região tropical do Equador. Com o auxílio financeiro da CII, a AGR integrou todos os processos do setor de laticínios e instituiu programas sociais e ambientais que benefi-

ciam os funcionários da empresa e suas famílias, os distribuidores de seus produtos, pequenos produtores de leite e as comunidades onde a empresa atua.

Primeiro, a empresa importou umas poucas cabeças de gado sahiwal para o Equador e investiu em pesquisa para desenvolver novos tipos de pastagens compatíveis com o meio ambiente e apropriadas para essa raça de gado. Introduziu também técnicas de pastagem intensiva no Equador, para otimizar o gerenciamento de terra sustentável na área.

A AGR complementa sua produção de leite com a produção comprada de pequenos pecuaristas na área. Esses pecuaristas recebem apoio total da empresa, totalmente grátis. A empresa compartilha seu banco de genes de gado sahiwal com os pecuaristas e disponibiliza veterinários e agrônomos, com o objetivo de disseminar pastagens naturais e técnicas de pastoreio da melhor qualidade. A empresa usa caminhões refrigerados para recolher o leite produzido pelos pequenos pecuaristas e levar o produto à sua usina em perfeitas condições. Dessa maneira, a empresa recebe o volume de leite de que necessita e os produtores têm a garantia de vender o que produzem.



A empresa também criou uma fundação que opera um sistema de escolas rurais em comunidades pequenas e remotas. Além de professores pagos pela empresa, as crianças também têm uniformes e todo o material escolar necessário gratuitamente. Assim, a empresa contribui para evitar a migração das famílias para a cidade.

Por meio de sua fundação, a empresa adquiriu mais de 200 hectares de floresta virgem, onde estabeleceu um centro de ciências. Além de manter uma pousada ecológica visitada por ambientalistas de todo o mundo, o centro dispõe de um laboratório, com uma equipe permanente de biólogos e pesquisadores, que conserva a flora e fauna locais, além de usar técnicas de micropropagação para reproduzir espécies botânicas com propriedades medicinais.

Com o financiamento da CII, a AGR comprou e equipou uma frota de caminhões refrigerados que deu às famílias que transportam os produtos das usinas para os supermercados e outros pontos de venda em todo o Equador. Como parte desse programa de modernização, a empresa está construindo uma nova usina perto de Quito. A usina, financiada com recursos da CII, incorpora as mais recentes tecnologias usadas

para embalar e preservar leite por períodos longos.

El Salvador

A **Fundación Empresarial para el Desarrollo Educativo** (FEPADE)

nasceu de uma iniciativa do setor privado em El Salvador, que buscava desenvolver uma força de trabalho mais capacitada. A FEPADE é uma instituição privada e sem fins lucrativos, consciente de que educação e responsabilidade social corporativa são elementos fundamentais para o desenvolvimento de um país.

Dada a falta de programas de mestrado, a fundação criou o Instituto Superior de Economía y Administración de Empresas, que oferece programas de mestrado em nível executivo em economia e administração de empresas para empresários em toda a região, bem como bolsas de estudo e treinamento, para a promoção de exportações.

A FEPADE também procura envolver os empresários em programas de relacionamento com a comunidade, tais com a adoção de escolas e a campanha nacional do livro. Com a participação de um banco e de uma cadeia de supermercados, a empresa doa e distribui livros a prisões e a bibliotecas escolares rurais. O projeto também conta



com a colaboração de editores de diversos países.

A FEPADE alcançou um êxito tão grande que, nos últimos tempos, a demanda ultrapassou completamente a capacidade de suas instalações. Por essa razão, a CII concedeu à fundação um empréstimo para construir seu novo campus na cidade de San Salvador.

México

Com seus campi modernos em diversas cidades do país, a **Universidad del Valle de Atemajac** (UNIVA) atende a mais de 70.000 alunos e se tornou uma das melhores universidades do México. Criada para proporcionar educação em nível superior a quem trabalha, a UNIVA oferece ensino de excelente qualidade, combinado com um sistema flexível, adaptado aos horários dos alunos.

A UNIVA desenvolveu um programa acadêmico que combina ensino presencial com instrução on-line, de modo que os alunos que tenham emprego podem fazer mesurado ou completar um curso de graduação interrompido, e as donas de casa podem seguir programas de treinamento profissionalizante. A UNIVA também tem programas de bolsas e de financiamento educativo.

A CII está apoiando o trabalho e crescimento da UNIVA mediante o financiamento da construção de novos campi, em três cidades do México ocidental que estão em fase de rápido crescimento. A CII também ajudou a financiar a construção da nova biblioteca da UNIVA no campus de Guadalajara. Essa biblioteca é uma das mais modernas da América Latina e inclui um laboratório para cegos, com computadores equipados com teclado falante e programas especializados que convertem qualquer texto impresso em arquivo de áudio. O laboratório também conta com impressoras em Braille, o que faz dele o único estabelecimento que presta serviços desse tipo na região. Esses serviços são disponibilizados gratuitamente para os cegos de toda a região, mesmo que não sejam alunos da universidade.

Paraguai

O trabalho com os bancos locais é um outro modo de assegurar que os recursos da CII cheguem às pequenas empresas em todo o continente. Por isso, a CII está trabalhando com o **Banco Regional** do Paraguai, uma pequena instituição localizada no sul do Paraguai e que atende principalmente a agricultores.





Consciente de que os lavradores têm necessidades e ciclos financeiros específicos, ligados às épocas de plantio e colheita, o Banco Regional dá atendimento personalizado e tem uma equipe de executivos familiarizados com todo o processo de produção agrícola. Com esta visão de serviço, sem paralelo em uma instituição bancária latino-americana, o Banco Regional, de sua sede em Encarnación, opera uma eficiente rede de pequenas agências localizadas nas pequenas comunidades cerealistas onde vivem seus clientes.

A semeadura direta é um importante método de agricultura sustentável. Essa é uma técnica em que o solo não é revirado, pratica-se a rotação de culturas e o que resta de uma colheita é usado como cobertura que libera compostos orgânicos para o solo. Essa técnica controla a erosão e inundações, além de promover a absorção de carbono atmosférico. O Paraguai lidera o mundo em termos da área total cultivada pelo sistema de semeadura direta: 52%. Para que o uso desse conceito revolucionário de agricultura se torne mais amplo, os agricultores precisam de ferramentas da melhor qualidade para cultivar as suas propriedades. Por esse motivo, a CII concedeu ao Banco Regional uma linha de crédito para que seus clientes

possam comprar maquinaria de último tipo. Por isso, os agricultores paraguaios estão aumentando o rendimento de suas plantações, melhorando o padrão de vida de suas famílias e comunidades e, ao mesmo tempo, contribuindo muito mais para preservar o meio ambiente.

Peru

Poechos é um lugar árido que carecia de serviços básicos, inclusive de energia elétrica. Há algum tempo, o governo peruano construiu a represa de Poechos para melhorar as condições de vida, aproveitar os recursos da bacia hidrográfica e distribuir água à população, para uso em irrigação.

O **Sindicato Energético S. A.** (SINERSA), uma empresa privada totalmente controlada por investidores peruanos, decidiu usar essa infraestrutura de irrigação e construir a usina hidroelétrica de Poechos, a primeira geradora de eletricidade de propriedade privada no Peru. A usina usa o excedente das reservas para irrigação e gera energia, que é entregue à empresa que detém a concessão para a distribuição no noroeste do Peru.

A CII forneceu o financiamento e os conhecimentos sobre o meio ambiente para minimizar os impactos negativos e otimizar os benefícios sociais do projeto. A usina de Poechos



passou pelo rigoroso processo de verificação do protocolo de Kyoto e foi confirmada como projeto verde. Além de não emitir bióxido de carbono, a usina reduz o horário de funcionamento de outras termoelétricas, cujas emissões contribuiriam para o aquecimento global. Grande parte do material da usina foi adquirido localmente, incluindo duas turbinas Kaplan, construídas no Peru.

Desde o início, a SINERSA envolveu as autoridades regionais, bem como as comunidades locais em todas as decisões tomadas para pôr o projeto em prática. Esse envolvimento representa um grande impulso para o desenvolvimento econômico e social de toda a região. Além de empregar mão-de-obra local na fase de construção e posteriormente criar postos de trabalho permanentes, a usina fornece eletricidade à grade de distribuição para 62 cidades, onde residem mais de 12.000 famílias, assim melhorando seu padrão de vida. A SINERSA tem um plano de bolsas de estudo para permitir que os jovens que vivem nas cidades mais próximas da represa possam estudar na Universidad de Piura. A hidroelétrica de Poechos é, portanto, um exemplo de desenvolvimento socialmente responsável e sustentável, que combina os conceitos de

empresa inovadora e envolvimento comunitário para aproveitar os recursos naturais e atender às necessidades básicas de uma área remota do Peru.

Uma empresa de aquicultura inovadora que usa a água da represa e a energia gerada pela nova usina também está surgindo na paisagem árida de Poechos. A **Aqua Perú** se dedica à produção intensiva da tilápia azul, uma espécie de peixe que pode ser alimentada com produtos vegetais. A criação de tilápias é muito menos nociva para o meio ambiente do que a produção de espécies carnívoras.

A Aqua Perú usa a água da represa de Poechos para criar tilápias durante o ano inteiro, graças a um sistema inovador que se baseia na troca de água mediante gravidade em grande escala. Para esse fim, a empresa teve que conjugar conhecimentos de biologia, logística e finanças, e estabelecer uma rede de serviços e fornecedores que não existia no Peru. A empresa fez parcerias internacionais com empresas similares, tais como a Aqua Corporación de Honduras, para compartilhar programas e experiências e fazer intercâmbio de técnicos para fins de treinamento. Nos dois primeiros anos, esse esforço resultou na formação de



um grupo bem treinado de técnicos peruanos.

A Aqua Perú procura criar valor adotando novas tecnologias e produzindo qualidade, de modo que possa competir no mercado internacional, ao mesmo tempo em que gera postos de trabalho em uma área em depressão econômica, com poucas fontes de trabalho. Dado o rápido crescimento de seu quadro de funcionários, a Aqua Perú está trabalhando em conjunto com a Universidad de Piura, para treinar profissionais nesse novo campo que torna o Peru mais competitivo em um mercado globalizado.

De acordo com a administração da Aqua Perú, teria sido impossível obter financiamento para um projeto desse tipo sem o apoio da CII.

Uruguai

A **Zonamerica** é um centro de negócios e parque de alta tecnologia que fica a poucos quilômetros de Montevideo. Mais de 2.300 pessoas trabalham no parque, que tem 100.000 metros quadrados de área construída e ocupa mais de novecentos mil metros quadrados. Gente de todos os cantos do mundo, falando muitas

línguas diferentes, compartilha os jardins e áreas de uso comum, onde se consegue equilibrar muito bem as áreas construídas com o espaço verde.

O parque oferece serviços de transmissão e recepção diretas para dados, voz e imagem, e é coberto por uma rede de banda larga sem fio. A Zonamerica atraiu empresas internacionais que, além de criar postos de trabalho, operam na economia globalizada e oferecem produtos e serviços de primeira categoria em todo o mundo. A Zonamerica oferece uma rampa de lançamento para as empresas internacionais que buscam envolvimento no fluxo de bens e serviços que entra no Mercado Comum do Sul (Mercosul) ou sai dele.

Esse projeto, sem paralelo na América Latina, tira proveito das vantagens competitivas do Uruguai, que incluem um excelente sistema de educação terciária e coloca o país na primeira linha de seu campo de negócios. Para o futuro, a empresa vai continuar a inovar, para proporcionar serviços de ponta, trazer novas tecnologias e aprimorar sua infraestrutura, com a ajuda dos financiamentos concedidos pela Corporação.



O Ano em Retrospecto

A Corporação em 2004

Resultados operacionais

Este ano, a Diretoria Executiva da CII aprovou 31 projetos e programas em 15 países – mais 2 projetos regionais – num total de US\$ 163,6 milhões. O valor médio por operação foi de US\$ 5,3 milhões, subdivididos como se segue:

- 13 operações corporativas diretas, com um valor médio de US\$ 4,0 milhões;
- 16 operações com instituições financeiras intermediárias, com um valor médio de US\$ 5,1 milhões, para financiar empresas de pequeno e médio porte; e
- 2 programas de empréstimos co-financiados e outros contratos com um valor médio de US\$ 15,0 milhões, para canalizar empréstimos para pequenos produtores.

Quatro dos empréstimos do ano serão co-financiados, dessa forma mobilizando US\$ 130,0 milhões em financiamentos de bancos e terceiros. Os recursos canalizados pela CII em 2004 totalizaram US\$ 293,6 milhões.

As aprovações do ano seguiram-se à identificação de 375 projetos potenciais em 25 países; 193 deixaram de ser considerados, porque não atendiam a critérios básicos da CII relacionados com porte, adicionalidade ou risco percebido, entre outros. Os 182 remanescentes passaram às fases posteriores. Trinta e uma transações foram submetidas à consideração e aprovação pela Diretoria Executiva.

Resultados financeiros do ano

A receita da CII de todas as fontes em 2004 totalizou US\$ 26,5 milhões. A receita de operações de crédito totalizou US\$ 18,6 milhões (US\$ 17 milhões de juros e US\$ 1,6 milhões de comissões). Os ganhos de capital e a receita de dividendos da carteira de participações societárias totalizaram US\$ 4,2 milhões durante o exercício. As despesas, incluindo US\$ 3,3 milhões de provisões, totalizaram US\$ 22,9 milhões, o que resultou em um lucro líquido de US\$ 3,5 milhões.

- *13 projetos corporativos aprovados*
- *16 operações com instituições financeiras intermediárias*
- *2 programas de empréstimos co-financiados*

- *Recursos canalizados pela CII em 2004: US\$ 293,6 milhões*

- *Receita total:*
US\$ 26,4 milhões
- *Despesas totais:*
US\$ 22,9 milhões
- *Resultado líquido:*
US\$ 3,5 milhões

- *Número estimado de postos de trabalho criados: 66.323*
- *Custo total dos projetos:*
US\$ 495,9 milhões

O resultado líquido aumentou para US\$ 3,5 milhões em 2004, dos US\$ 2,2 milhões em 2003. A melhoria nos resultados pode ser atribuída aos seguintes fatores:

- compromissos e desembolsos com ativos de qualidade mais alta;
- aumento na receita de juros sobre empréstimos a taxas variáveis, devido ao aumento nas taxas de juros;
- continuação da recuperação de investimentos problemáticos; e
- contínua moderação de condições macroeconômicas em regiões que atravessavam dificuldades.

Impacto sobre o desenvolvimento

Espera-se que as aprovações de 2004 conduzam à criação de mais de 66.323 postos de trabalho. Os US\$ 163,6 milhões aprovados em 2004 vão dar apoio à implementação de projetos com um custo total de US\$ 495,9 milhões. De cada dólar reservado pela Corporação para operações aprovadas em 2004, 2,70 dólares serão mobilizados em outras fontes.

Dos investimentos compromissados pela CII, 95% tinham sido totalmente desembolsados em 31 de dezembro de 2004.

Programas e cadeias produtivas

O objetivo dos programas de cadeias produtivas é usar recursos da CII para ajudar a fortalecer as relações entre grandes empresas e seus fornecedores. Esses programas oferecem aos fornecedores diversas vantagens, dependendo de sua estrutura e do seu objetivo específico. Por exemplo, habilitam as empresas beneficiadas a receber pagamentos antes do vencimento, assim reduzindo suas despesas financeiras e de cobrança, ou lhes propiciam um veículo para transferência de know-how e tecnologia. Esses programas também oferecem acesso a capital a médio prazo para a aquisição de ativo imobilizado. No caso das grandes empresas, esses programas permitem o desenvolvimento de suas cadeias produtivas e obtenção de melhores preços junto a seus fornecedores.

Os programas de cadeias produtivas oferecem à CII uma oportunidade para alavancar a sua abrangência e atingir um número maior de empresas de pequeno e médio porte, ao mesmo tempo em que respalda o desenvolvimento de cadeias produtivas. Os programas apresentados no quadro mostram casos onde a CII conseguiu atingir um número de empresas maior do que poderia ter assistido diretamente. Cerca de 50 fruticultores estão se beneficiando do programa **Subsole** e o financiamento da

Abaixo se apresentam em linhas gerais alguns dos projetos mais dignos de nota. Na seção “O ano em retrospecto” deste relatório anual, são apresentados mais detalhes sobre esses projetos.

Ao apoiar uma garantia de uma emissão de certificados do mercado acionário em moeda local para a **Cablemás S.A. de C.V.**, a CII vai aproveitar um nicho significativo para o desenvolvimento do mercado de títulos e dar apoio a empresas interessadas em emitir títulos nos mercados, mas que carecem de acesso às fontes do financiamento necessário. Além disso, o aumento de crédito deve permitir que essas empresas emitam títulos para serem adquiridos por fundos de pensão ou entidades similares.

Com um segundo empréstimo à **Café Soluble S.A.**, a CII vai ajudar a fortalecer a posição competitiva de um agronegócio de porte médio que produz e exporta produtos com alto valor agregado e é um dos maiores empregadores da Nicarágua. O apoio continuado da CII à Café Soluble vai tornar a produção mais eficiente e melhorar o uso dos recursos disponíveis para a empresa, dessa forma beneficiando a economia nicaragüense e ajudando a torná-la mais competitiva.

Quatro empréstimos que abrem novos caminhos, para o **Banco ProCredit S.A.** (Ecuador), **Banco ProCredit S.A.** (El Salvador), **Caja Los Andes S.A. F.F.P.** (Bolívia) e **Financiera ProCredit S.A.** (Nicarágua) e são os primeiros financiamentos que a CII concede em conjunto com o Fundo Multilateral de Investimentos do BID. Esses quatro projetos também são os primeiros da CII com um especialista de classe mundial em bancos de microfinanciamento, a Internationale Micro Investitionen Aktiengesellschaft (IMI) alemã, que tem anos de experiência e uma ampla carteira de investimentos em microfinanças. A IMI adquire participações acionárias em bancos especializados em microfinanciamento, que sejam licenciados e regulados e estejam localizados em países em transição e em desenvolvimento, os quais prestem serviços bancários a segmentos da população que outros bancos não atendam ou atendam mal.

Esses quatro projetos também seguem as diretrizes sobre desenvolvimento do setor privado estabelecidas na Reunião de Cúpula Extraordinária das Américas, realizada em Nuevo León, México, em janeiro de 2004, que encorajam a utilização do setor bancário para canalizar empréstimos para as microempresas e empresas de pequeno porte privadas na América Latina e Caribe.

Com seu empréstimo à **Compañía Agrícola e Industrial Ecuaplantation S.A.**, a CII continua seu apoio a uma empresa equatoriana de médio porte que forjou uma aliança estratégica com uma empresa internacional e se tornou um produtor significativo do segmento dos agronegócios, que agrega valor processando e exportando frutas tropicais. O projeto também vai contribuir para a proteção ambiental, porque a CII aumentou o valor do empréstimo para permitir que a empresa instalasse um sistema secundário de tratamento de águas servidas.

Um empréstimo vai fornecer mais recursos à **Fundación Empresarial para el Desarrollo Educativo**, que opera em um setor – a educação – pelo qual os bancos particulares da região têm demonstrado pouco

interesse. O empréstimo da CII vai ajudar a concluir um projeto que deve ser executado por uma instituição de ensino que dá formação superior a mais de 5.000 estudantes anualmente em El Salvador.

O empréstimo da CII à **Tahuamanu S.A.** vai auxiliar essa exportadora de castanhas do Pará a conservar a floresta amazônica. Valorizando as árvores vivas, a empresa encoraja os coletores de castanhas a não derrubar árvores para vender a madeira e assim obter uma fonte adicional de rendimentos. A Tahuamanu também oferece treinamento prático sobre a coleta de castanha do Pará sem prejudicar a flora ou a fauna e atua em outras iniciativas para assegurar o desenvolvimento sustentável e a conservação da floresta tropical. Com esse objetivo em mente, a Tahuamanu está trabalhando com organizações não-governamentais que se dedicam à pesquisa dos possíveis usos de recursos florestais ou atividades de desenvolvimento sustentado, tais como aproveitamento certificado de recursos florestais, extração de outros produtos que não sejam madeira e ecoturismo.

Nos Países Baixos, o Grupo Rabobank oferece uma ampla gama de serviços financeiros, tanto internamente quanto no exterior, onde procura respaldar o desenvolvimento sustentável da prosperidade, particularmente nos países em desenvolvimento, onde o acesso a serviços financeiros inovadores é limitado. Graças a um empréstimo da CII aprovado em 2004, o **Banco Rabobank International Brasil S.A.** vai poder continuar a auxiliar as empresas de pequeno e médio porte a conseguir acesso a crédito para aquisição de bens e serviços de grandes empresas. O Rabobank realiza esse objetivo adquirindo cotas sênior de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) estabelecidos para adquirir contas a receber descontadas emitidas por instituições que financiam empresas de pequeno e médio porte.

Este novo conceito no mercado financeiro brasileiro dá às empresas menores acesso a um suprimento contínuo de financiamento de capital de giro e permite às empresas produtoras maiores descontar duplicatas e expandir o número de seus clientes.

O Rabobank usou os recursos do primeiro empréstimo obtido da CII, aprovado em 2003, para estabelecer dois FIDCs e adquirir 100% de suas cotas privilegiadas por um total de cerca de US\$ 65 milhões. Com essa transação, a CII alavancou mais de quatro vezes seu empréstimo de US\$ 15 milhões e ajudou mais 40.000 empresas de pequeno e médio porte a conseguir crédito para financiar a compra de bens e serviços fornecidos por grandes empresas.

O empréstimo de 2003 da CII também fomentou o desenvolvimento dos mercados financeiros locais. O Rabobank usou os US\$ 35 milhões de dólares restantes do empréstimo para adquirir cotas sênior de um FIDC estabelecido por uma das maiores empresas varejistas do Brasil, que gera contas a receber de consumidores que adquirem seus produtos a crédito.

CII à **Almer** atingiu aproximadamente 5.900 agricultores organizados em 21 cooperativas. Com esse programa, esses agricultores podem vender sua produção à vista e ter acesso imediato ao capital de giro necessário para iniciar as preparações para a nova safra.

Administração direta de repasses

Além da carteira de intermediários que receberam financiamentos, a CII ainda tem alguns intermediários que tiveram fracos resultados operacionais ou que estão sob intervenção das respectivas autoridades regulatórias. Em alguns desses casos, a CII executou as garantias em seu favor, de modo que os empréstimos concedidos pelos intermediários com recursos da CII estão sendo administrados, negociados, vendidos e/ou reestruturados diretamente pela própria CII, sem intermediários. Como resultado dessas medidas, a CII agora administra uma carteira de aproximadamente 80 empresas que receberam repasses, com um saldo total de US\$ 5 milhões.

Exportadora Subsole no Chile

Esta operação de US\$ 7 milhões, com prazo de sete anos, aprovada em 2001 e desembolsada principalmente em 2003, exemplifica o efeito multiplicador significativo alcançado quando se facilita a cerca de cinquenta pequenos fruticultores o acesso a novas tecnologias e a consultoria sobre questões de agricultura e negócios. A Subsole não só opera como exportadora, integrando verticalmente atividades de produção e distribuição, como também organiza seus produtores, transfere tecnologia a eles, ajuda com respeito a assuntos de agricultura e negócios, e ainda oferece a alguns deles financiamento para o plantio e/ou colheita, com os recursos do empréstimo da CII canalizados através da Subsole. O empréstimo da CII permite que o financiamento através da Subsole crie milhares de postos de trabalho sazonais todos os anos durante o prazo do projeto.

Almacenadora Mercader (Almer)

A Almer é uma empresa mexicana que recebeu um empréstimo de US\$ 10 milhões, com prazo de cinco anos, em 2001. Esta empresa de armazéns compra, armazena, classifica e vende milho cultivado por milhares de agricultores, a maioria deles produtores em pequena escala. A Almer usou e continua usando os recursos da CII para financiar os agricultores mediante compromissos de recompra ou armazenando o milho até que seja vendido. Durante cada ciclo agrícola, o programa beneficia milhares de agricultores.

Assuntos institucionais

A parceria cresce

No fim do ano, a Assembléia de Governadores da CII aprovou o pedido de ingresso da República da Coréia na Corporação. Uma vez aprovada essa afiliação pelo parlamento daquele país, a República da Coréia passaria a ser o 43º país membro da CII. Após o ingresso formal, a República da Coréia contribuirá para um fundo fiduciário cujo objetivo é sustentar a missão e as operações da Corporação no desenvolvimento de países membros regionais, dando preferência às economias pequenas e menos desenvolvidas.

Metas de desenvolvimento internacionais

Declaração de Nuevo León

No início de 2004, em Monterrey, México, os presidentes e primeiros ministros de trinta e quatro países do Hemisfério Ocidental participaram de uma reunião de cúpula extraordinária com o objetivo de “avançar na implementação de medidas para combater a pobreza, promover o desenvolvimento social, alcançar um crescimento econômico com equidade e reforçar a governabilidade de nossas democracias”. A declaração de Nuevo León apresenta os princípios norteadores e as metas gerais para os governos dos Estados que participaram da reunião e especificamente se refere ao papel da empresa privada no desenvolvimento:

<< Ressaltamos a importância da participação do setor privado para a consecução dos nossos objetivos. Reconhecemos que as micros, pequenas e médias empresas constituem um elemento fundamental para o crescimento econô-

mico, a criação de empregos e a redução da pobreza nos nossos países. Apoiaremos as micros, pequenas e médias empresas mediante políticas e programas que facilitem sua consolidação e incorporação ao setor formal, permitam seu acesso efetivo aos mercados e às licitações do setor público e, entre outros, promovam a formação de recursos humanos e facilitem o acesso ao crédito, aos serviços de desenvolvimento empresarial e às novas tecnologias, a fim de reduzir os custos administrativos. Também promoveremos a intensificação da cooperação internacional a fim de promover a transferência das melhores práticas destinadas ao desenvolvimento das micros, pequenas e médias empresas. >>

Entre as medidas mencionadas para esse fim está a triplicação dos “empréstimos às micros, pequenas e médias empresas por meio do sistema bancário, procurando beneficiar todos os países que participam do processo de Cúpulas das Américas”. Em resposta a esse desafio, a CII está explorando meios para expandir suas atividades, de modo a atingir mais empresas de pequeno e médio porte – e outras ainda menores – com eficiência de custos, por intermédio de financiamento de cadeias produtivas, empréstimos em moeda local e programas de empréstimos conjuntos, bem como do programa de pequenos empréstimos introduzido em 2003. A CII também está avaliando em quanto é necessário aumentar as aprovações ativas atuais com instituições financeiras para atingir a meta de Nuevo

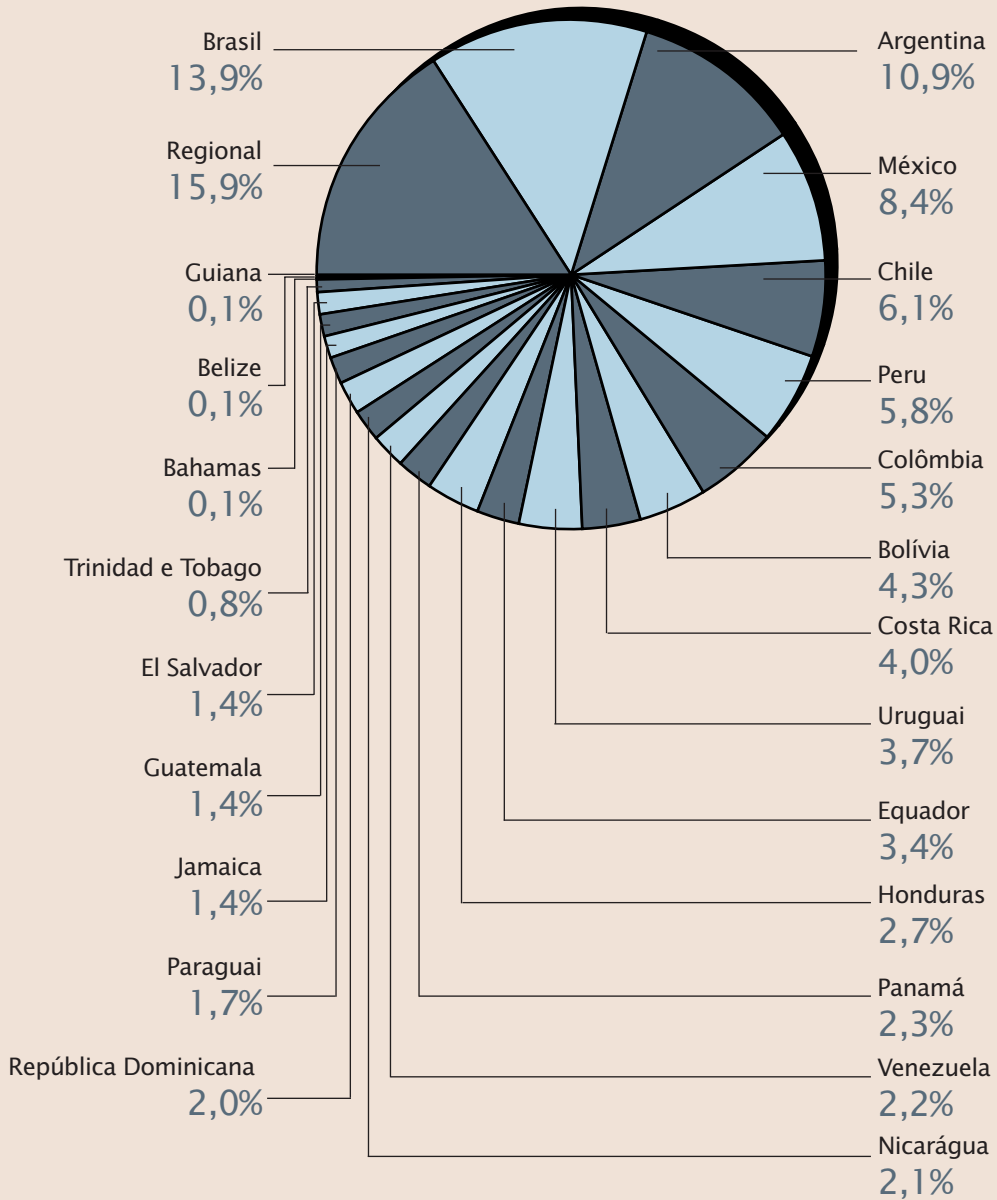
León. Para tanto, a CII está estabelecendo objetivos de desenvolvimento, operacionais, de desempenho financeiro e estratégicos a prazos mais longos, com o objetivo de atender às prioridades dos países acionistas, como consta da Declaração.

Metas de Desenvolvimento do Milênio

Na Cúpula do Milênio das Nações Unidas de setembro de 2000, a comunidade internacional estabeleceu as Metas de Desenvolvimento do Milênio, para obter uma redução na pobreza e melhora nas condições de saúde, educação, igualdade entre os sexos e ambientais, bem como outros aspectos do bem-estar humano. Desde 2002, a CII vem avaliando sistematicamente o desempenho do desenvolvimento de seus projetos, usando uma matriz de adicionalidade baseada no seu próprio mandato básico, de modo a ajudar a promover o desenvolvimento econômico de seus países membros regionais em desenvolvimento, através do incentivo ao estabelecimento, expansão e modernização de empresas privadas de pequeno e médio porte. A matriz foi construída com base em critérios compatíveis com as Metas de Desenvolvimento do Milênio e, particularmente, funciona como ferramenta para integrar os princípios da boa governança corporativa, sistemas financeiros abertos, desenvolvimento sustentável e proteção ambiental nos projetos da CII, no que estejam relacionados com a garantia da sustentabilidade ambiental, com o desenvolvimento de uma parceria em escala global para o desenvol-

Distribuição, por país, do valor líquido total dos projetos aprovados

(em 31 de dezembro de 2004)



vimento e com promoção da governança corporativa.

Descentralização

Num esforço para prestar aos seus clientes serviços mais eficazes, a CII está aumentando o seu quadro de pessoal na região e expandindo a rede de países onde esse pessoal está lotado. Em 2004, o pessoal regional da CII aumentou para 21 funcionários, localizados em 7 países, contra os 15 funcionários em três países com que contava em 2002. A descentralização da origem de negócios e supervisão de carteira está contribuindo para aumentar o volume de novas oportunidades de negócios e tornando a interação com os clientes atuais mais freqüente e oportuna. O processo de descentralização vai continuar a ser um dos pontos mais importantes da estratégia da CII no futuro. Além de aumentar o quadro de pessoal e o número de escritórios na região, também serão descentralizadas outras funções de apoio, tais como assessoria jurídica e ambiental, as quais atualmente estão centralizadas na sede mas têm importância crítica para garantir o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento da CII.

Flexibilidade e novos produtos

Em 2003, a gama de produtos da CII foi expandida para incluir uma oferta mais ampla de alternativas financeiras. Entre os novos produtos se encontram empréstimos a curto e médio prazo para diversas finalidades, incluindo financiamento para operações de comércio exterior e capital de giro. Em parte, o aumento na flexibilidade de produtos teve o objetivo de melhorar o desempenho financeiro da CII. Porém, o que é mais importante é que o

objetivo desses novos produtos era responder a necessidades financeiras do mercado alvo da IIC de empresas de pequeno e médio porte, as quais não estavam sendo atendidas, e aumentar as atividades de empréstimo e investimento da CII nas economias menores da região. Os efeitos financeiros e desenvolvimentistas esperados para esse aumento na flexibilidade de produtos foram atingidos em 2004. Os novos produtos e clientes responderam por mais de 50% dos projetos aprovados em 2004. Além disso, cerca de 60% dos projetos aprovados nas economias de menor porte resultaram da flexibilidade de produtos e clientes introduzida em 2003. As transações com instituições financeiras, outro foco importante das atividades de novos negócios em 2004, responderam por cerca de US\$ 79 milhões, ou 48% do volume e número dos projetos aprovados durante o ano. Por intermédio das operações de co-financiamento, a CII também conseguiu mobilizar mais US\$ 115 milhões para instituições financeiras.

Atividades dos órgãos diretores

Assembléia de Governadores

Todos os poderes da Corporação são investidos na sua Assembléia de Governadores, composta por um Governador e um Governador Suplente de cada país membro nomeados pelos respectivos países membros. Entre os poderes da Assembléia de Governadores que não podem ser delegados à Diretoria Executiva figuram a admissão de novos países membros, a contratação de auditores externos, a aprovação das demonstrações financeiras auditadas da Corporação e a emenda do seu Convênio Constitutivo.

A Assembléia de Governadores realiza uma reunião anual em conjunto com a reunião anual da Assembléia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Pode também se reunir extraordinariamente, mediante convocação da Diretoria Executiva. A Décima Nona Reunião Anual da Assembléia de Governadores da CII teve lugar em Lima, Peru, de 29 a 31 de março de 2004. Durante essa reunião, os Governadores aprovaram as demonstrações financeiras da CII para o ano findo em 31 de dezembro de 2003, bem como o relatório anual da Corporação.

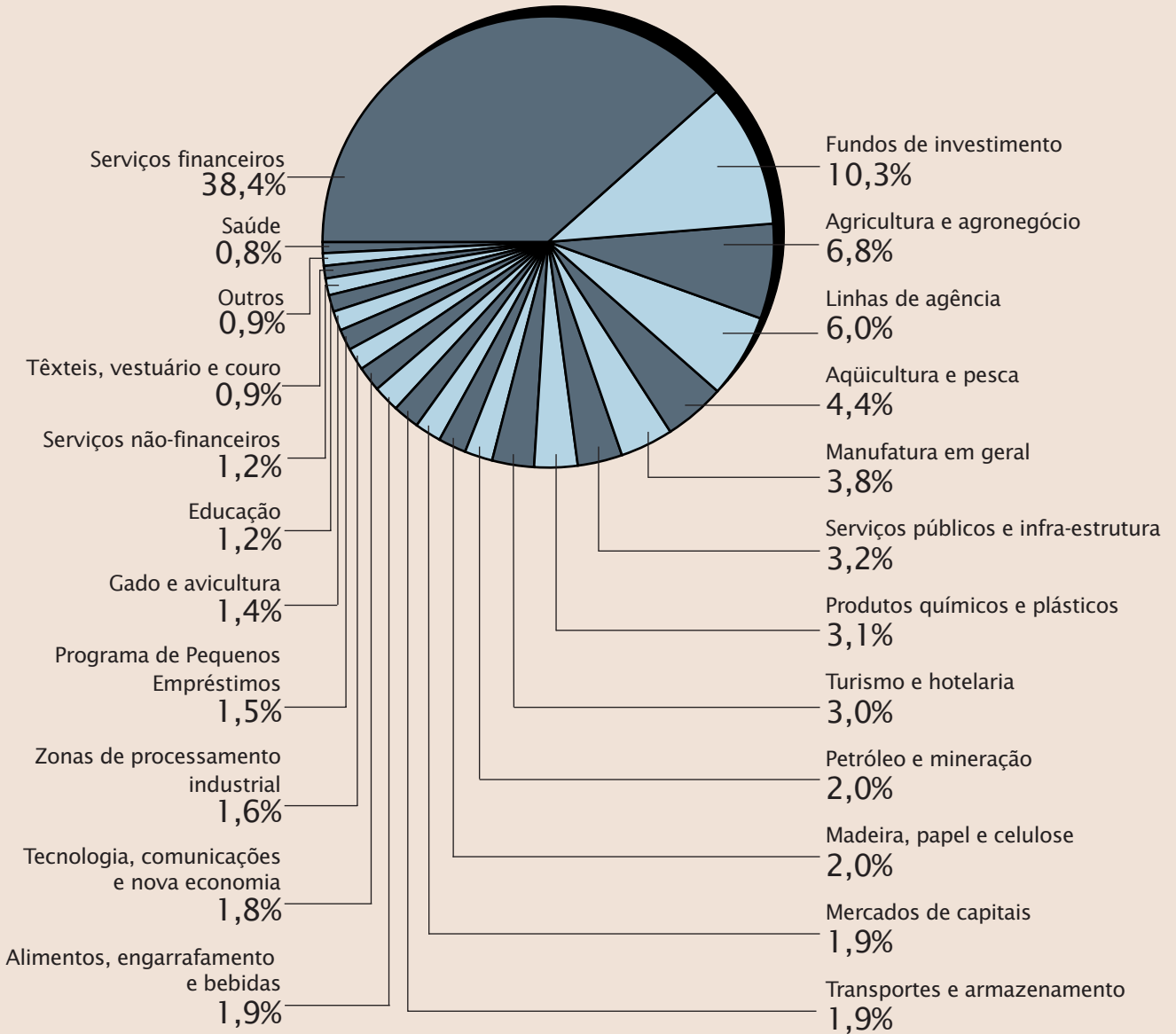
Diretoria Executiva

A responsabilidade pela condução das operações da Corporação cabe à Diretoria Executiva que, com essa finalidade, exerce todos os poderes a ela conferidos pelo Convênio Constitutivo da CII ou delegados pela Assembléia de Governadores. A Diretoria Executiva determina a organização básica da Corporação, inclusive o número e as responsabilidades gerais de seus principais funcionários administrativos e técnicos, e aprova o orçamento da instituição. Os treze membros efetivos e os treze membros suplentes da Diretoria cumprem mandatos de três anos e representam um ou mais países membros da Corporação.

O Comitê Executivo da Diretoria Executiva é composto por uma pessoa que é o Diretor ou Suplente designado pelo país membro com o maior número de ações da Corporação, dois Diretores entre os que representam países membros da Corporação regionais em desenvolvimento e um Diretor entre os que representam os outros países membros. Esse Comitê examina todos os empréstimos da Corporação para

Distribuição, por setor, do financiamento total líquido aprovado

(em 31 de dezembro de 2004)



empresas localizadas em países membros, bem como os investimentos nessas empresas.

Entre os assuntos considerados pela Diretoria Executiva em 2004, figuram os que se seguem.

- 31 propostas de empréstimo e investimentos em participações societárias
- Plano de trabalho operacional
- Ações de acompanhamento das recomendações do relatório final do Grupo de Estudo Externo
- Revisão de encerramento de exercício do plano de ação para projetos prejudicados de 2003
- Previsão de 2004 sobre recuperações de projetos prejudicados
- Esquema para a estruturação de garantias para os empréstimos da CII
- Necessidades de endividamento da CII em 2004
- Regimento interno dos Comitês da Diretoria Executiva
- Opções de planejamento, tendo em vista a Declaração de Nuevo León
- Solicitação de permissão para exceder temporariamente o limite de país
- Garantias para empréstimos a bancos
- Solicitação de autorização para exceder temporariamente o limite de setor financeiro
- Opções para agilizar os procedimentos de aprovação de projetos por parte da Diretoria Executiva
- Relatório da posição do aumento de US\$ 500 milhões

no capital autorizado da Corporação

- Iniciativa para os países C e D
- Proposta orçamentária para 2005
- Posição da mudança da CII para 1350 New York Avenue
- Plano de ação para 2005–2006
- Avaliação do Plano de Ação para 2003–2004 pela Administração
- Apresentações orais sobre estratégias de mercado e projetos problemáticos

O plano de negócios bienal foi o primeiro a ser submetido de acordo com a solicitação do Grupo de Estudo Externo da CII de aprimoramentos no processo de planejamento de negócios e práticas de gestão da CII. Esse novo plano de negócios consolida a estratégia corporativa e as respectivas orientações de diretrizes e alterações nas carteiras, para melhor responderem ao ambiente de negócios previsível em toda a região. E servirá como o principal veículo em nível executivo para envolver a Diretoria em um diálogo que permita o estabelecimento de objetivos de médio prazo, bem como de claras metas de desempenho e referenciais operacionais, e também a criação de um mecanismo de monitoração e revisão de desempenho.

Administração e funções permanentes

A governança da CII abrange todas as funções que devem ser cumpridas eficientemente como instituição financeira multilateral dedicada ao desenvolvimento do setor privado. Desenvolvimento de novas operações, estruturação e análise de investimentos em entidades financeiras e corporati-

vas e supervisão de carteira são funções essenciais para o cumprimento dos objetivos da CII em áreas como as de proteção ambiental, normas trabalhistas, melhorias na governança corporativa das empresas de pequeno e médio porte, e avaliação do grau de adicionalidade das operações e seu impacto sobre o desenvolvimento socioeconômico. Além disso, a CII realiza internamente os trabalhos essenciais de tesouraria, auditoria, contabilidade, recuperação e reestruturação de créditos, prestação de serviços jurídicos e tradução de documentos e relatórios para os órgãos deliberativos da CII.

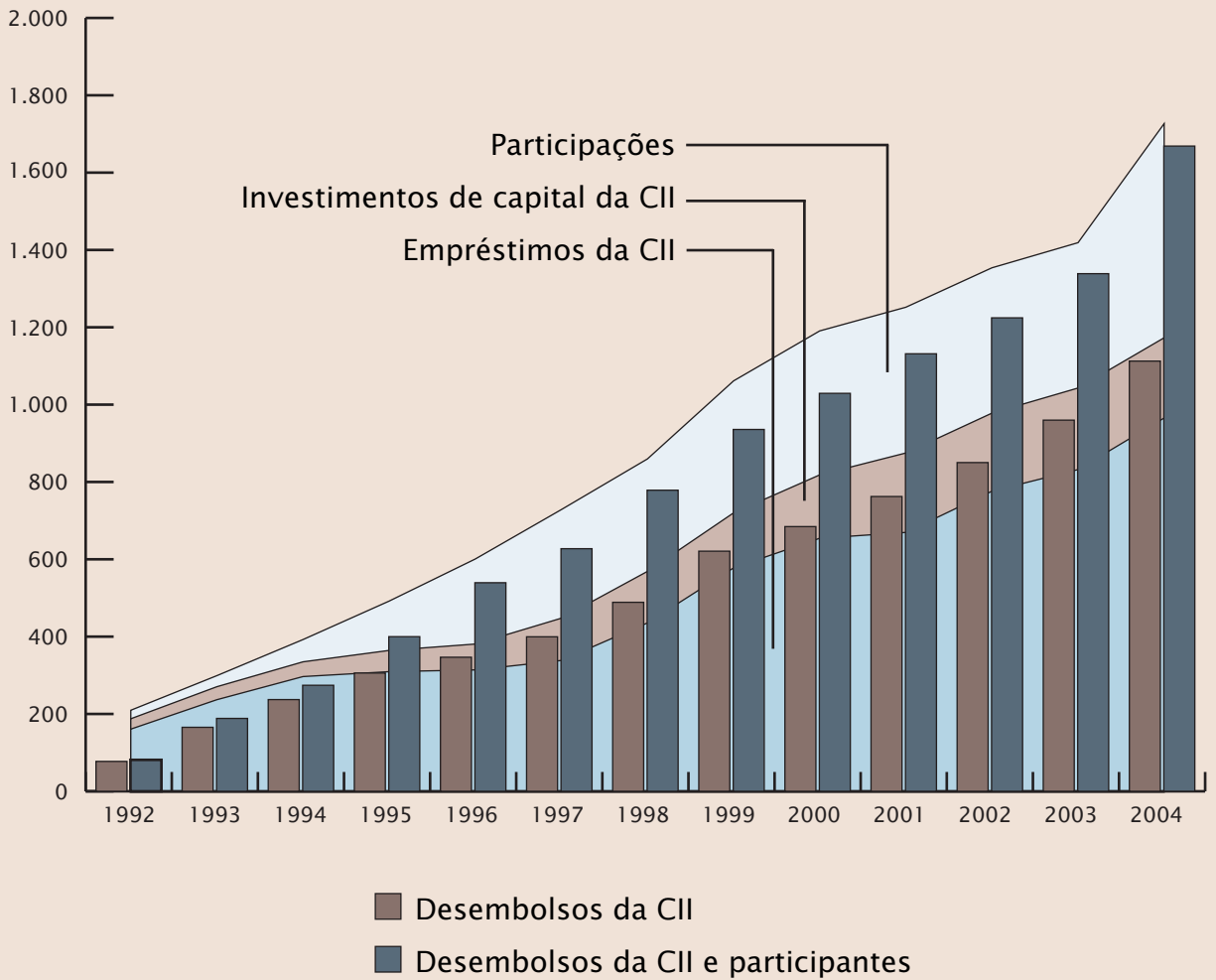
Desenvolvimento de negócios

A meta principal da Unidade de Desenvolvimento de Negócios é apoiar o mandato da CII mediante a promoção de novos negócios e desenvolvimento de novos produtos para a CII. Essa Unidade foi criada para realizar atividades não tradicionais de promoção comercial por meio de mecanismos operacionais alternativos que apoiem empresas de pequeno e médio porte. Nesse sentido, além dos tradicionais acordos de financiamento de projetos, a Unidade ainda dá apoio ao desenvolvimento de empresas de pequeno e médio porte, mediante novos mecanismos de financiamento adaptados às necessidades setoriais ou nacionais específicas. Assim, está explorando novas possibilidades para a Corporação e canalizando recursos por meio de novos programas e mecanismos, atingindo várias empresas de pequeno e médio porte a baixo custo.

Por meio de novas estruturas, concebidas para setores ou países específicos, a CII está trabalhando com outras instituições públicas e privadas a fim de efetuar o

Carteira comprometida, total acumulado

(em 31 de dezembro de 2004, em milhões de US\$)



financiamento de cadeias produtivas e de exportações, financiamento em moeda local e operações estruturadas.

Essas últimas operações, executadas nos mercados de capitais, permitem à CII, juntamente com bancos de investimento, apoiar empresas de pequeno e médio porte com emissões garantidas, securitizações, arrendamentos operacionais e financeiros, e empréstimos co-financiados em dólares e em moeda local. O objetivo é apoiar o desenvolvimento dos mercados de capitais locais.

Gestão de carteira e de risco creditício

A aplicação efetiva e produtiva dos recursos subscritos pelos acionistas da CII exige uma correta administração de carteira, que leve em conta, primordialmente, os dois principais tipos de risco a que estão expostas as empresas com projetos da CII: o risco macroeconômico e o risco creditício.

O risco macroeconômico está, em grande medida, fora do controle da CII e de seus clientes. No entanto, o processo de avaliação anterior à aprovação do projeto leva esse risco em conta e foi concebido para evitar situações em que o risco potencial torne praticamente impossível atingir as metas de desenvolvimento da CII ou recuperar os seus ativos. A Unidade de Crédito da Corporação fornece ao Comitê de Crédito uma avaliação do risco creditício e da estrutura de transações de cada empresa com projeto da CII, inclusive uma análise do pacote de garantias. O Comitê é responsável por recomendar ao Gerente-Geral a apresentação de projetos à consideração da Diretoria Executiva e, portanto, concentra-se primordialmente em estudar questões de crédito e assegurar que os empréstimos e investimen-

tos se estruturam de forma compatível com o perfil de risco da empresa interessada.

As questões não creditícias, como o impacto do projeto sobre o desenvolvimento e o meio ambiente, a mobilização de recursos do setor privado e dos mercados de capitais internacionais, bem como as políticas da CII, estão no centro do mandato da própria CII e são levadas em conta no processo mediante o qual se decide se um projeto será apresentado à Diretoria Executiva. Com essa finalidade, o Comitê de Crédito recebe informações sobre esses aspectos de cada projeto.

Comitê de Supervisão de Carteira

O Comitê de Supervisão de Carteira é um órgão deliberativo presidido pelo Chefe da Divisão de Finanças e Administração de Risco, cujos membros votantes exercem cargos de gerência na Corporação. A principal responsabilidade do Comitê de Supervisão de Carteira é monitorar a qualidade geral da carteira da CII. Reúne-se regularmente, pelo menos uma vez por mês, para passar em revista a situação do ciclo de supervisão de carteira. Entre as principais responsabilidades do Comitê figuram a validação e aprovação da classificação de risco de cada projeto da carteira, bem como a aprovação do nível adequado da provisão para eventuais perdas da carteira. Periodicamente, o Comitê analisa e aprova diretrizes e procedimentos concebidos para aperfeiçoar o processo de supervisão. Além disso, examina as medidas específicas necessárias para reduzir os riscos e proteger os interesses da CII em projetos específicos.

Comitê de Crédito

O Comitê de Crédito analisa as operações novas e recomenda ao

Gerente-Geral se deve ou não apresentá-las à aprovação da Diretoria Executiva. O Comitê é presidido pelo Oficial Principal de Crédito. Os outros membros são o Chefe da Unidade de Operações Especiais e o Chefe da Unidade de Administração e Supervisão de Carteira. O Chefe da Divisão de Finanças e Administração de Risco assessoria o Comitê de Crédito em questões não creditícias.

Unidade de Administração e Supervisão de Carteira

A Unidade de Administração e Supervisão de Carteira da CII monitora o desempenho da carteira de empréstimos e investimento de capital da CII, uma vez efetuado o primeiro desembolso. Essa unidade também supervisiona o processo de desembolso.

Um total de seis oficiais de investimento, distribuídos por três escritórios regionais da CII (Colômbia, Costa Rica e Uruguai), administram e supervisionam toda a carteira de projetos corporativos e de instituições financeiras intermediárias (exclusive fundos); em 31 de dezembro de 2004, o valor em aberto dessa carteira elevava-se a US\$ 266,8 milhões. Entre as principais atividades da unidade figuram examinar regularmente os principais fatores de desempenho para cada exposição a risco, analisar informações financeiras periódicas, monitorar os desembolsos subsequentes e verificar continuamente se os projetos estão conformes com os contratos.

O monitoramento ativo da carteira da CII e a proximidade dos oficiais de investimento designados para os escritórios regionais nos diversos países melhoram o atendimento ao cliente, contribuem para a detecção antecipada de problemas potenciais e ajudam a CII a prevenir situações que possam

Operações aprovadas em 2004

(em milhões de US\$)

País	Nome do investimento	Nome do setor	Valor bruto dos empréstimos aprovados	Valor bruto dos investimentos aprovados	Valor bruto dos empréstimos e investimentos aprovados	Custo estimado do projeto
Argentina	BICE	Linhas de agência	10,0	0,0	10,0	20,0
Bolívia	CAJA LOS ANDES S.A. F.F.P	Serviços financeiros	2,0	0,0	2,0	2,0
	FONDO FINANCIERO PRIVADO PRODEM	Serviços financeiros	1,0	0,0	1,0	1,0
	TAHUAMANU II	Agricultura e agronegócio	1,8	0,0	1,8	4,2
Brasil	BANCO ABN AMRO REAL S.A.	Serviços financeiros	10,0	0,0	10,0	40,0
	BANCO RABOBANK INTERNATIONAL BRASIL, S.A. II	Serviços financeiros	15,0	0,0	15,0	100,0
	BICBANCO	Serviços financeiros	5,0	0,0	5,0	15,0
	DORI	Alimentos, engarrafamento e bebidas	6,0	0,0	6,0	13,5
	SANRISIL	Agricultura e agronegócio	2,5	0,0	2,5	5,1
Chile	FACTORLINE	Serviços financeiros	3,0	0,0	3,0	3,0
Colômbia	LAMITECH II	Produtos químicos e plásticos	10,2	0,0	10,2	14,1
	COMFAMA	Serviços financeiros	3,0	0,0	3,0	3,0
Costa Rica	BAC SAN JOSÉ	Serviços financeiros	10,0	0,0	10,0	10,0
Equador	BANCO PROCREDIT ECUADOR	Serviços financeiros	2,3	0,0	2,3	2,3
	ECUAPLANTATION II	Agricultura e agronegócio	2,2	0,0	2,2	5,7
	ABANICO	Serviços públicos e infra-estrutura	7,0	0,0	7,0	21,0
El Salvador	BANCO PROCREDIT S.A.	Serviços financeiros	2,0	0,0	2,0	2,0
	FEPAD E II	Educação	1,1	0,0	1,1	1,5
Guiana	DFLSA, INC.	Serviços financeiros	0,0	0,2	0,2	2,0
Honduras	MICROENVASES	Manufatura em geral	1,2	0,0	1,2	2,4
México	CABLEMÁS	Tecnologia comunicações e nova economia	8,0	0,0	8,0	55,0
	DISCOVERY AMERICAS	Fundos de investimento	0,0	3,0	3,0	100,0
Nicarágua	FINANCIERA PROCREDIT S.A.	Serviços financeiros	1,3	0,0	1,3	1,5
	CAFÉ SOLUBLE II	Agricultura e agronegócio	1,0	0,0	1,0	2,0
	FINDESA	Serviços financeiros	0,9	0,0	0,9	0,9
Peru	BANCO INTERAMERICANO DE FINANZAS	Serviços financeiros	3,0	0,0	3,0	3,0
Regional C/D exclusivamente	BAC REGIONAL	Serviços financeiros	20,0	0,0	20,0	20,0
	BCIE	Linhas de agência	20,0	0,0	20,0	40,0
Uruguai	SAMAN	Agricultura e agronegócio	5,0	0,0	5,0	10,0
	FANAPEL	Madeira, celulose e papel	4,0	0,0	4,0	4,0
Venezuela	ANDRÉS BELLO	Educação	2,0	0,0	2,0	4,0
Total	31		160,40	3,2	163,6	508,2

afetar seus interesses. No exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2004, a unidade realizou viagens de supervisão local a 66 projetos corporativos e instituições financeiras situadas em 17 países.

O monitoramento de fundos de capital privados na carteira é administrado por oficiais de investimento lotados no Departamento de Finanças Corporativas e Instituições Financeiras. A Unidade de Administração e Supervisão de Carteira também acompanha o desempenho e a avaliação dos fundos.

Um oficial de investimento lotado na Unidade de Administração e Supervisão de Carteira ajuda as equipes de projeto da CII a agilizar os desembolsos e assegura certos padrões mínimos de qualidade quando a Corporação assume novos riscos. As diretrizes sobre desembolso em vigor agilizarão o processo, de modo a maximizar os ativos lucrativos minimizando perdas creditícias para a CII. Os desembolsos neste ano fiscal totalizaram US\$ 139,3 milhões. Foram feitos desembolsos para 40 empresas e instituições financeiras em 14 países.

Unidade de Operações Especiais

A Unidade de Operações Especiais desempenha sua função fiduciária de proteger os interesses da CII maximizando a recuperação de recursos de empréstimos e investimentos problemáticos, por meio do desenvolvimento e implementação de estratégias de recuperação eficientes. Os projetos que sofrem uma deterioração grave em seu perfil de risco ou inadimplência de pagamentos programados são transferidos para essa unidade. Para divulgar as lições decorrentes dos projetos problemáticos e melhorar a cultura creditícia da CII, dois membros da

unidade são membros votantes do Comitê de Crédito, o Coordenador é observador do Comitê de Supervisão de Carteira e a unidade reúne-se regularmente com a Divisão de Serviços Jurídicos.

Durante 2004, a Unidade de Operações Especiais teve sob sua responsabilidade uma carteira de quarenta e um projetos, divididos entre investimentos de capital e empréstimos. Em 2004, as cobranças da Unidade superaram US\$ 17 milhões, com custos diretos inferiores a 5% do montante recebido. Uma parte substancial do valor recuperado relacionava-se com o êxito da execução hipotecária e com a cobrança de pequenos empréstimos obtidos de instituições financeiras que entraram em colapso.

Monitoramento e avaliação

O uso de indicadores objetivos da eficácia no desenvolvimento é essencial para prestar contas ao público sobre o uso de recursos públicos e para aprender com a experiência e estabelecer padrões de êxito, bem como para reforçar objetivos e valores do desenvolvimento. Nesse sentido, a CII dispõe de um sistema de avaliação de projetos baseado em diretrizes formuladas pelo Evaluation Cooperation Group dos bancos multilaterais de desenvolvimento. A função de avaliação é dividida em auto-avaliação e avaliação independente. A auto-avaliação de projetos é responsabilidade da CII. O Escritório de Avaliação e Supervisão do BID presta à CII serviços de avaliação independente mediante um acordo entre as duas instituições.

Uma análise independente que mediu o desempenho das organizações multilaterais que dão respaldo ao setor privado no que tange às suas práticas de avaliação colocou a CII em segundo lugar, logo após a Corporação Financeira

Internacional, em termos de conformidade com as melhores práticas para a avaliação de operações do setor privado.

Normas ambientais e trabalhistas

Antes de apresentar à Diretoria Executiva qualquer operação nova (independentemente do fato de ser ou não financiada diretamente pela CII ou por meio de instituições financeiras intermediárias), a proposta passa por um processo de análise ambiental e trabalhista que inclui uma avaliação dos seguintes aspectos, conforme aplicável: situação ambiental de referência; grau de observância das leis, regulamentos e normas ambientais nacionais aplicáveis; uso sustentável dos recursos naturais; controle da poluição; manejo de resíduos; uso de substâncias perigosas; análise de riscos principais; higiene e segurança do trabalho; segurança contra incêndio e proteção à vida; proteção da saúde humana, das propriedades culturais, dos povos tribais, de espécies em risco de extinção e de ecossistemas delicados; e questões de reassentamento.

Um resumo de cada projeto, inclusive as eventuais questões ambientais ou trabalhistas, é publicado no site da CII na Internet, 30 dias antes da data prevista para a aprovação por parte da Diretoria Executiva.

Todas as instituições financeiras intermediárias com que a CII opera são obrigadas, por contrato, a enviar representantes aos workshops sobre o meio ambiente para aprender a integrar práticas de manejo ambiental nas próprias operações e transformar boas práticas ambientais em vantagens competitivas. Os workshops focalizam a responsabilidade dessas instituições pelo monitoramento dos

Projetos aprovados, comprometidos e desembolsados

(em 31 de dezembro de 2004, em milhões de US\$)

País	Número de projetos	Aprovações brutas			Compromissos líquidos			Desembolsos		
		Empréstimos	Investimentos	Empréstimos e investimentos	Empréstimos	Investimentos	Empréstimos e investimentos	Empréstimos	Investimentos	Empréstimos e investimentos
Argentina	28	153,7	11,0	164,7	125,2	9,4	134,6	124,2	9,4	133,6
Atividades regionais	33	146,2	153,0	299,2	38,1	103,5	141,6	28,1	96,8	124,9
Bahamas	2	6,0	0,0	6,0	1,0	0,0	1,0	1,0	0,0	1,0
Barbados	2	3,0	4,0	7,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Belize	1	1,0	0,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	0,0	1,0
Bolívia	16	61,4	1,9	63,3	53,1	1,3	54,4	50,3	1,3	51,6
Brasil	35	213,8	18,5	232,3	160,9	13,0	173,9	143,9	13,0	156,9
Chile	18	72,3	30,3	102,7	56,3	24,1	80,4	56,3	24,1	80,4
Colômbia	17	86,4	12,9	99,2	51,0	9,5	60,5	48,0	9,5	57,5
Costa Rica	13	60,0	1,5	61,5	52,3	0,5	52,8	52,3	0,5	52,8
El Salvador	7	16,9	4,5	21,4	14,8	2,0	16,8	13,9	2,0	15,9
Equador	17	67,8	2,5	70,3	34,5	1,8	36,3	32,3	1,8	34,1
Guatemala	9	51,1	0,5	51,6	18,9	0,0	18,9	18,9	0,0	18,9
Guiana	3	3,3	0,2	3,5	0,8	0,0	0,8	0,8	0,0	0,8
Haiti	1	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Honduras	15	62,8	1,0	63,8	36,3	0,0	36,3	30,5	0,0	30,5
Jamaica	8	39,3	1,5	40,8	9,0	0,0	9,0	9,0	0,0	9,0
México	32	136,0	48,3	184,2	52,9	30,3	83,2	52,9	22,3	75,3
Nicarágua	12	33,0	1,4	34,4	24,6	0,9	25,5	24,2	0,9	25,1
Panamá	6	30,0	0,0	30,0	30,0	0,0	30,0	30,0	0,0	30,0
Paraguai	7	26,6	0,0	26,6	22,9	0,0	22,9	22,9	0,0	22,9
Peru	24	124,8	10,8	135,6	72,6	4,5	77,1	75,4	4,5	79,9
República Dominicana	9	55,6	0,0	55,6	26,9	0,0	26,9	26,9	0,0	26,9
Trindad e Tobago	4	17,5	2,8	20,3	9,6	0,6	10,2	9,6	0,6	10,2
Uruguai	19	68,6	6,2	74,8	44,6	6,0	50,7	39,9	6,0	45,9
Venezuela	12	58,8	4,7	63,5	29,5	0,0	29,5	29,5	0,0	29,5
Total	350	1.596,5	317,5	1.914,1	966,9	207,5	1.174,4	921,9	192,8	1.114,7

aspectos ambientais dos projetos que financiam com recursos da CII.

Em dezembro de 2004, 40 representantes de 25 instituições financeiras em 13 países da América Latina e do Caribe participaram de workshops sobre o meio ambiente organizados pela CII e pela Corporação Financeira Internacional, em Miami, Flórida, EUA.

Medidas anticorrupção

A CII atribui grande importância à transparência em suas operações financeiras que, portanto, passam por um rigoroso processo de *due diligence* e são obrigadas a seguir sólidas práticas de gestão financeira. Em cada operação, a CII analisa a capacidade do beneficiário no tocante a relatórios financeiros, controles e administração, incluindo riscos críticos a que possa estar exposto. Um exemplo desses riscos seriam as práticas corruptas, para as quais a CII tem uma política de tolerância zero.

A CII também passa em revista as regulamentações sobre lavagem de dinheiro em cada país e analisa o seu cumprimento por parte de cada instituição financeira, bem como a adequação de seus controles com relação à captação de depósitos e às atividades gerenciais.

A CII faz parte da Comissão de Supervisão do BID, o que reforça as sinergias entre as duas instituições e alinha melhor as políticas e ações da CII com as do Grupo do BID no tocante a alegações de fraude ou corrupção.

O Grupo do BID dispõe de conexões seguras por telefone, e-mail, fax e correio para qualquer pessoa que deseje apresentar uma alegação de fraude ou corrupção ligada a qualquer atividade financiada por qualquer das instituições do Grupo do BID. Outras informações sobre as políticas do Grupo do BID contra a fraude e corrupção,

bem como sobre a forma de comunicar casos suspeitos, estão disponíveis no site www.iadb.org/ocfc.

Cooperação com o BID

A ação conjunta com o BID pode ser um poderoso agente do desenvolvimento na América Latina e no Caribe. A motivação básica da coordenação entre a CII e o BID é o desenvolvimento dos segmentos do setor privado no âmbito das estratégias e programações dos países. Com essa finalidade, o Comitê de Crédito da CII atua, na prática, como “comitê de investimento” para as operações do Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin), no que tange ao processo de avaliação de qualidade de investimentos em participações societárias e empréstimos.

Este ano a CII participou, como membro, do Grupo de Trabalho de Transações Garantidas, liderado pelo Vice-Presidente Executivo do Banco e composto de representantes de todas as áreas pertinentes do Grupo do BID, na formulação de uma estratégia conjunta para aprimorar os sistemas de garantia de operações financeiras na América Latina e no Caribe.

Em março de 2004, a CII e o Fumin assinaram um memorando de entendimento para juntar forças com o objetivo de conceder empréstimos a microempresas e a empresas de pequeno e médio porte na região. No memorando de entendimento, a CII e o Fumin também se comprometeram a trabalhar na promoção de sólidas práticas de governança no setor privado.

Setor Privado

A CII tem se empenhado ativamente no processo de estratégia para o desenvolvimento do setor privado para todo o Grupo do BID. Este processo, baseado em cada país, proporciona uma estru-

tura compartilhada para assegurar a coordenação da CII, do Fumin e do Departamento do Setor Privado do BID (PRI) no nível de país. Enquanto a CII e o PRI financiam projetos de infra-estrutura, a estrutura de custos do PRI não permite ao departamento trabalhar lucrativamente com operações com valor inferior a US\$ 25 milhões. A CII tem participado dos grupos de trabalho e das viagens organizadas para implementar estratégias, tais com missões a diversos países da América Central em 2004. A Iniciativa do Clima de Negócios, atualmente na fase de implementação por parte do BID, vai permitir à CII contribuir com sua experiência e conhecimento do segmento de empresas de pequeno e médio porte.

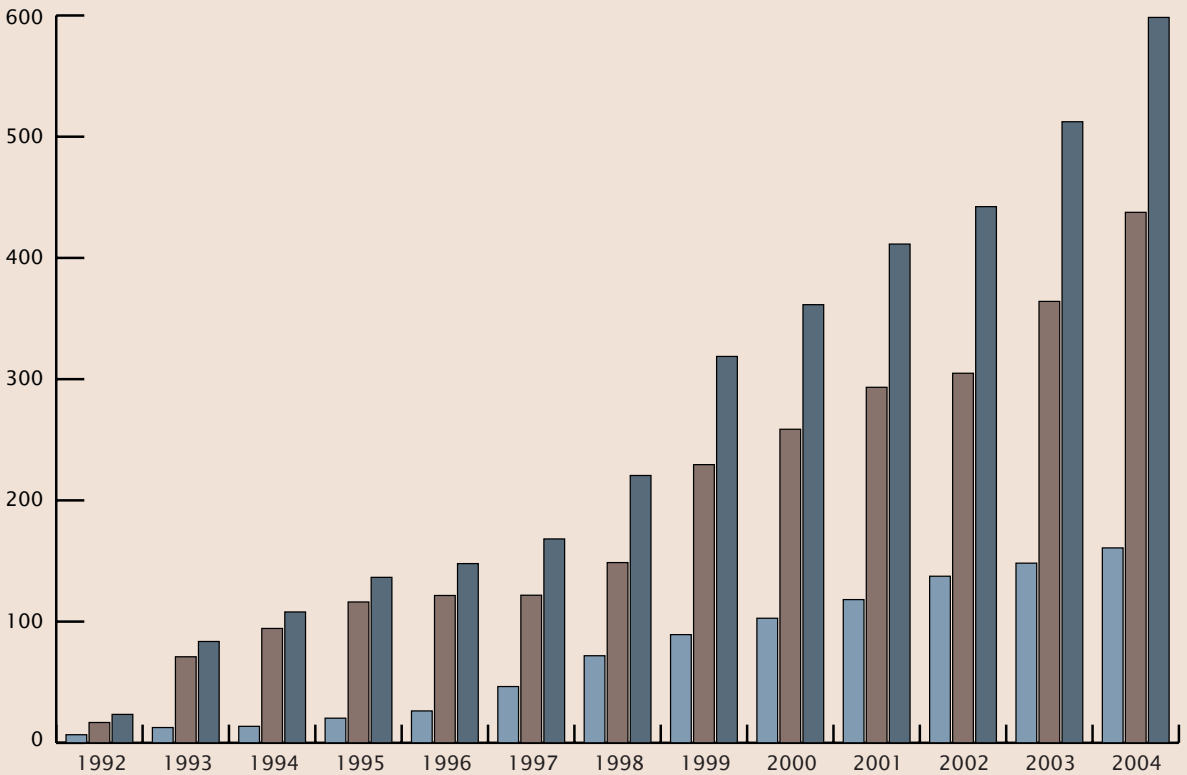
A CII presta serviços de consultoria ao Fumin há muitos anos e a coordenação com o Fumin é muito eficaz e fácil. Como resultado do programa CII-Fumin com as instituições financeiras, a CII e o Fumin desenvolveram uma estratégia comum para trabalhar com instituições de microfinanciamento e estão trabalhando juntos em iniciativas para respaldar os esforços do Grupo do BID para atingir a meta de empréstimos exigida pela Declaração de Nuevo León.

Fundo Multilateral de Investimentos

O Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin) foi estabelecido em 1992 para promover a viabilidade social e econômica das economias de mercado da América Latina e do Caribe. O Fumin é administrado pelo BID e conta com a CII para a prestação de certos serviços. Além disso, o Comitê de Crédito da CII presta serviços ao Comitê de Créditos Concedidos no caso de transações do Fumin relacionadas a fundos de

Financiamento desembolsado por meio de fundos de investimento e intermediários financeiros, 1992–2004

(em milhões de US\$)



- Investimentos de capital
- Empréstimos
- Investimentos de capital e empréstimos

investimentos no capital de microempresas.

Em 2004, a Corporação supervisionou diversos projetos para o Fumin, participou da estruturação e *due diligence* de fundos de investimentos em pequenos negócios e prestou serviços de supervisão para a preparação de novos investimentos do Fumin.

Aumento na cooperação entre a CII e o Fumin

A Declaração de Nuevo León, assinada durante a Cúpula Extraordinária dos Chefes de Estado e de Governo das Américas em janeiro de 2004, destaca a necessidade de expandir o financiamento privado para as empresas de pequeno e médio porte por intermédio do Grupo do BID. Especificamente, a Declaração coloca para o Grupo do BID o desafio de triplicar até 2007 seu apoio financeiro para as microempresas e para as empresas de pequeno e médio porte via instituições financeiras intermediárias. A importância dada pela Declaração à necessidade de expandir o financiamento a essas empresas foi ratificada pelo Plano de Ação dos G8 para a Aplicação do Poder da Empresa à Erradicação da Pobreza, aprovado pela Cúpula de Sea Island em junho de 2004.

A CII, como membro do Grupo do BID que focaliza principalmente o apoio às empresas de pequeno e médio porte como motores do desenvolvimento, começou a agir no sentido de atingir as metas estabelecidas na Declaração de Nuevo León. Espera atingir a meta de triplicar seu financiamento dessas empresas via instituições financeiras locais por meio de diversos produtos e medidas, inclusive:

- aumento no financiamento do comércio;

- aumento no número de empréstimos “B” às instituições financeiras;
- concessão de aprimoramentos de crédito a emissões em moeda local, com o objetivo de reduzir seu custo e alongar seus prazos;
- concessão de garantias a instituições financeiras locais no caso de projetos em moeda local com empresas de pequeno e médio porte; e
- promoção, em conjunto com o Fumin, do financiamento de empresas de pequeno e médio porte via instituições financeiras da América Latina e do Caribe.

Este último esforço culmina uma história de êxito na colaboração entre o Fumin e a CII. Em 2004, as duas instituições assinaram um memorando de entendimento onde se comprometiam a identificar e trabalhar com instituições financeiras interessadas na América Latina e Caribe, com o objetivo de expandir os financiamentos a empresas de pequeno e médio porte. A CII e o Fumin vão coordenar suas atividades de financiamento com essas instituições, de modo a aumentar sua eficácia. Já em 2004 essa colaboração alcançou êxito. Em 2004, a CII e o Fumin financiaram, conjuntamente, cinco instituições financeiras especializadas na oferta de crédito e serviços financeiros a microempresas e empresas de pequeno porte.

Programas especiais

Programa de Pequenos Empréstimos

Como outras instituições que prestam serviços a empresas de pequeno e médio porte, a CII precisa oferecer produtos de crédito

que atendam às necessidades específicas deste segmento de mercado de modo efetivo em termos de custos, tanto para o mutuário como para o mutuante. Há anos a CII processa muitos pequenos empréstimos por meio de suas linhas de crédito a instituições financeiras intermediárias e, ultimamente, de linhas de agência concedidas a instituições financeiras que operam na região. Contudo, a dependência exclusiva desses acordos tem limitado a capacidade da CII para atender adequadamente às necessidades de empresas de pequeno e médio porte em todos os países membros regionais em desenvolvimento. O atendimento desse mercado exige um enfoque sensível e proativo, um processo de análise e aprovação de créditos mais simples e rápido, além de acesso a financiamento de longo prazo a taxas adequadas.

Assim, em 2002, a Diretoria Executiva da CII aprovou o oferecimento de empréstimos individuais na faixa de US\$ 150.000 a US\$ 1.500.000, com um limite de US\$ 20.000.000 para o total das aprovações no âmbito de um programa piloto bienal de pequenos empréstimos. O programa piloto foi desenvolvido para que a Bolívia, Costa Rica e El Salvador pudessem tirar partido da presença física da CII na América Central e da experiência adquirida com o programa piloto Finpyme na Bolívia e no Chile.

Em 2004, o programa foi implementado na Bolívia para um período de dois anos e no final do dito período a Administração apresentará à Diretoria um relatório de avaliação.

Financiamentos em moedas locais

Além de seu próprio mandato de conceder financiamentos de longo

Países de origem e aquisições totais, 1989–2004

(US\$000)

Alemanha	76.333
Argentina	289.148
Áustria	358
Bahamas	2.612
Barbados	3.000
Bélgica	272
Bolívia	12.142
Brasil	185.812
Chile	135.458
Colômbia	32.755
Costa Rica	72.169
Dinamarca	8.038
Equador	21.893
El Salvador	15.921
Espanha	21.857
Estados Unidos	401.780
Finlândia	2.240
França	15.677
Guatemala	49.241
Guiana	600
Honduras	57.498
Israel	12.617
Itália	44.902
Jamaica	4.940
Japão	17.398
México	99.254
Nicarágua	23.043
Noruega	7.521
Países Baixos	36.807
Panamá	13.652
Paraguai	5.297
Peru	70.078
Regional	14.530
República Dominicana	30.043
Suécia	677
Suíça	11.897
Trinidad e Tobago	1.000
Uruguai	69.698
Venezuela	37.281
Total	1.905.439

prazo para projetos em dólares, a CII está começando a explorar outras estruturas de apoio para empresas de pequeno e médio porte, por meio de financiamentos em moeda local. Devido a alterações em regulamentos de câmbio ou porque as empresas preferem tomar empréstimos em moeda local para financiar investimentos de longo prazo, a CII está procurando satisfazer este novo desafio ampliando a abrangência de seu mandato em moeda local. Seguem-se alguns exemplos de operações em moeda local.

- *Universidad Católica Andrés Bello (UCAB)*. A CII prestou uma garantia parcial para um empréstimo em moeda local, cujo produto iria financiar a construção de um novo prédio no campus dessa universidade, em Caracas, Venezuela. Como a educação é uma atividade tipicamente interna, sem receitas de exportação, era necessário financiar a expansão de longo prazo da UCAB em moeda local. Nessa operação, a CII absorveu parte do risco do banco credor, o que resultou numa redução nos custos da transação para a universidade e prolongou o prazo do financiamento.
- *Cablemás*. A CII prestou garantia para uma emissão de obrigações de uma grande operadora de TV a cabo no México, para que esta tivesse acesso aos mercados de capitais em condições competitivas.

Programas de empréstimos co-financiados

Para expandir seu mandato, a CII também está estabelecendo programas de financiamento para eles com instituições de desen-

volvimento, para financiar projetos diretos de pequeno e médio porte em seus países. Entre os exemplos, podemos citar:

- *Banco Centro-Americano para a Integração Econômica (BCAIE)*. Este é um programa de co-financiamento de US\$ 40 milhões, em que cada instituição participa com um máximo de US\$ 20 milhões, para financiar projetos empresariais de pequeno e médio porte em cinco países da América Latina.
- *Banco de Inversión y Comercio Exterior (BICE)*. Um programa de co-financiamento de US\$ 20 milhões, de que cada instituição participa com um máximo de US\$ 10 milhões, para financiar projetos de expansão de empresas argentinas de pequeno e médio porte voltadas para a exportação.

AIG-GE Capital Latin American Infrastructure Fund

A CII contribui com seus conhecimentos sobre a região na qualidade de consultora da Emerging Markets Partnership em relação com os investimentos do fundo em empresas de infra-estrutura na América Latina, principalmente nos setores de energia, transporte e telecomunicações. A Emerging Markets Partnership é a principal consultora do AIG-GE Capital Latin American Infrastructure Fund. Durante o ano, a CII prestou serviços de consultoria e monitoração para a carteira de projetos do fundo.

Fundos especiais: Compartilhamento de recursos, fomento ao desenvolvimento do setor privado

Um dos componentes importantes do processo de análise e recomen-

dação da participação da CII no financiamento de projetos de desenvolvimento é a assistência técnica proporcionada pela Corporação a seus clientes em perspectiva. Essa assistência pode assumir a forma de aconselhamento em assuntos relacionados com a concepção de projetos e com assuntos de natureza financeira, econômica, técnica e operacional, jurídica, ambiental ou referentes à segurança no trabalho. A CII também encoraja as empresas a adotar boas práticas de governança corporativa e aconselha os clientes nessa área. Além disso, a Corporação dá assistência a programas que não se relacionam especificamente a projeto algum, mas apóiem o desenvolvimento de empresas de pequeno e médio porte, tais como iniciativas especiais de países membros e estudos e workshops especiais que ajudem empresas e instituições financeiras a competir melhor no mercado global.

Desde o início de suas operações, em 1989, a Corporação procurou proporcionar esse tipo de assistência a empresas de pequeno e médio porte, instituições financeiras e fundos de investimento. Para ajudar esses empreendimentos nessas atividades, a Corporação pode fazer uso de fundos especiais para estudos e outras iniciativas relacionadas com desenvolvimento. Entre esses fundos estão o Austrian Fund, o Danish Consulting Services Trust Fund, o Italian Trust Fund, o Evergreen Fund da United States Trade Development Agency e o Swiss Fund administrado pelo BID.

Com recursos do fundo fiduciário italiano, o programa italiano de desenvolvimento lançado no começo de 2004 pela CII e pelo Governo da Itália criou uma rede de órgãos de desenvolvimento,

governos regionais e centrais, bancos, organizações internacionais e, até agora, 260 empresas italianas com vínculos de importação, exportação ou investimento direto estrangeiro com a América Latina e o Caribe.

A fim de promover o programa, firmaram-se acordos com a associação italiana da indústria (Confindustria), com a SIMEST (instituição financeira italiana de desenvolvimento e promoção dos negócios italianos no exterior) e com a associação de câmaras de comércio italianas. Criaram-se mecanismos para colaborar com o Instituto Italiano de Comércio Exterior da Venezuela e do Peru, e está prevista a participação de bancos italianos em operações de

co-financiamento no âmbito do programa.

Além disso, há acordos de cooperação em vigor com o Centre for the Development of Industry (financiado pelo Fundo de Desenvolvimento Europeu, de acordo com as disposições da Convenção de Lomé), a Finanzierungs-garantie-GmbH e o Fundo de Desenvolvimento Nórdico. Até esta data, os doadores já concederam US\$ 6.540.000 à CII.

Em 2004, cerca de US\$ 657.771 em fundos de cooperação técnica foram canalizados pelos fundos de cooperação mencionados acima, dos quais US\$ 200.000 foram reservados para a implementação do Plano Puebla-Panamá do BID.

Além disso, a CII celebrou um contrato para a prestação de serviços de consultoria técnica ao governo italiano, para a implementação de um programa que vai aplicar €75 milhões em favor de empresas ítalo-argentinas e argentinas de pequeno e médio porte, como apoio a projetos com impacto social significativo. O programa foi estabelecido pela Itália em 2003. Desde o seu lançamento, a CII analisou 99 projetos, dos quais 33 foram aprovados, totalizando €32 milhões em financiamentos. Os projetos aprovados abarcavam mais de 15 setores orientados para a exportação em 16 províncias argentinas. Em 2004, o programa foi prorrogado por mais dois anos.

Fundos Fiduciários CII/BID Para Assistência Técnica – 2004

	Austrian Fund	Danish Trust Fund	Italian Fund	Swiss Fund	United States Trade and Development Agency Fund	Netherlands Partnership Program in the Environment
Estabelecido em	1999	2003	1992	Emenda ao convênio com o BID em 2003	Estabelecido em 1995	BID em 1993
Valor (US\$)	500.000	500.000	2.200.000	3 milhões	250.000 (rotativo)	90.000 para um estudo conjunto CII/Fumin
Objetivo e breve descrição	Fundos não vinculados para financiar atividades de assistência técnica. As empresas austríacas são preferidas. O estudo ou as atividades da empresa devem beneficiar empresas austríacas (p. ex., aumentar potencial para os investidores, fornecedores de equipamento austríacos, etc.).	Financiar serviços de consultoria relacionados com as atividades técnicas e operacionais da CII. Pelo menos 25% dos recursos do Fundo devem beneficiar projetos na Bolívia e Nicarágua. Pelo menos 75% dos recursos de cada contrato devem ser usados para financiar serviços de consultoria prestados por consultores ou firmas de consultoria dinamarquesas.	Financiar atividades de assistência técnica por pessoas físicas ou jurídicas italianas em conexão com operações da CII. Os fundos podem ser utilizados para (i) preparação de estudos de viabilidade e pré-viabilidade; (ii) estabelecimento de operações-piloto; (iii) assistência técnica relacionada com a reabilitação de projetos existentes; (iv) transferência de tecnologia.	O fundo fiduciário pode ser usado na Bolívia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Peru, para contrato de consultores suíços. A CII tem acesso direto ao fundo sob regras separadas do BID.	As propostas devem proporcionar oportunidades potenciais para empresas dos EUA (fornecedores de equipamento, prestadores de serviços, etc.). Consultor ou firma de consultoria deve ser cidadão dos EUA ou residente naquele país.	Preparar um estudo sobre a adoção de sistemas de gestão ambiental por parte de instituições financeiras na América Latina e Caribe, incluindo esforços para implementar os Princípios do Equador. ¹¹
Projetos	Usina Maracaju – engenho de cana para a produção de açúcar e álcool (Brasil)	Projeto da hidroelétrica de Abanico (Equador)	Projeto Móveis Carrato (Brasil)			A CII e o BID farão um estudo para fortalecer o sistema de gestão ambiental em instituições financeiras da América Latina e Caribe.
Resumo e resultado do processo de consultoria	Estudo para determinar a viabilidade técnica e financeira da expansão da Usina Maracaju, para processamento de açúcar e álcool no Brasil. A empresa concordou em implementar recomendações para melhorar seus controles sobre emissões no ar, instalando equipamento de redução de poluição. A CII aprovou um empréstimo de US\$ 3 milhões para o projeto de expansão.	A CII contratou uma firma de consultoria de engenharia dinamarquesa para a avaliação da viabilidade técnica e financeira da construção de uma hidroelétrica de 14,9 MW. Foram feitas recomendações relacionadas com a necessidade de medidas mitigatórias geotécnicas, entre outras. A CII aprovou um empréstimo de US\$ 7 milhões para o projeto.	A CII contratou uma firma de consultoria italiana para ajudar na avaliação da viabilidade financeira de um projeto de expansão do setor moveleiro no Rio Grande do Sul. Foram feitas recomendações para fortalecer a viabilidade do projeto. A CII aprovou um empréstimo de US\$ 4,2 milhões para o projeto.			Os resultados do estudo vão incluir uma análise dos sistemas de gestão ambiental usados por diversas instituições financeiras em toda a região. Por meio de estudos de caso, o projeto vai proporcionar a outras instituições na região informações práticas para a implementação de sistemas de gestão ambiental eficazes que façam sentido empresarial.
Atividade na conta do fundo fiduciário em 2004	US\$ 6.995 Saldo disponível: US\$ 180.690	US\$ 33.500 Saldo disponível: US\$ 138.060	US\$ 317.165 Saldo disponível: US\$ 1.208.813	n.a.	US\$ 200.000 Saldo disponível: US\$ 146.528	US\$ 90.000 Sem saldo disponível

¹¹ Princípios que estão sendo cada vez mais frequentemente adotados por instituições financeiras em todo o mundo, na determinação, avaliação e gestão de riscos ambientais no financiamento de projetos.

Atividades de investimento para o desenvolvimento

Fontes de recursos

A CII conta com diversas fontes de recursos: capital integralizado, endividamento, receitas geradas pelo investimento de seus ativos líquidos e fundos provenientes da alienação de investimentos de capital ou amortização de empréstimos concedidos. A capacidade da CII para conceder empréstimos e efetuar investimentos de capital é uma função de seu capital integralizado e do endividamento; o endividamento, por força do Convênio Constitutivo, está limitado a três vezes o valor do capital integralizado.

Os empréstimos da CII são expressos em dólares dos Estados Unidos e podem totalizar até 33% do custo de um projeto novo ou até 50% do custo de um projeto de expansão. Os prazos de amortização variam, em geral, de cinco a oito anos (até o máximo de 12 anos), incluindo um período de carência apropriado. Os empréstimos, que são remunerados de acordo com as condições do mercado internacional, estão geralmente sujeitos a uma taxa variável baseada na LIBOR (Taxa Interbancária do Mercado de Londres). Em certos casos, a Corporação pode conceder empréstimos a juro fixo, bem como empréstimos conversíveis, subordinados ou participativos. Os empréstimos participativos são aqueles em que a própria CII contribui com parte dos recursos (empréstimo A). Os recursos restantes (empréstimo B) são fornecidos por outra instituição financeira, que adquire da CII uma participação sobre o empréstimo nos termos de um acordo entre ambas. O prestamista titular é a CII, com a qual o cliente lida diretamente. A CII também faz investimentos em capital social, participando com um máximo de 33% do capital acionário da empresa em que for feito. No final do período de investimento, a participação acionária é vendida. Entre os possíveis mecanismos de saída figuram a venda na bolsa de valores local, a colocação privada junto a terceiros e a venda aos patrocinadores do projeto com base em um contrato de compra e venda de ações negociado previamente. A CII investe igualmente em fundos de ações cujas operações exerçam um impacto positivo sobre o desenvolvimento da região. Esses investimentos representam um uso eficiente dos recursos de capital da CII, que assim atinge um número muito maior de empresas de pequeno e médio porte. Os investimentos em fundos de ações também promovem a mobilização de capital, porque atraem outros investidores institucionais. A CII pode também fazer investimentos de quase-capital.

O mercado alvo da CII é constituído por empresas com faturamento de até US\$ 35 milhões. Não obstante, a CII colabora de maneira seletiva com empresas cujas vendas ultrapassam US\$ 35 milhões. Em casos limitados, financia também empreendimentos conjuntos. Embora a rentabilidade e a viabilidade financeira de longo prazo sejam pré-requisitos para que a CII considere a possibilidade de conceder financiamento, também se leva em conta o efeito da empresa sobre fatores que contribuem para o desenvolvimento econômico.

A CII também proporciona financiamento a todos os tipos de instituição financeira que atendam ao mercado constituído por empresas de pequeno e médio porte. Entre as instituições que se qualificam para esses empréstimos incluem-se, entre outras, bancos comerciais, empresas de arrendamento mercantil, financeiras e empresas especializadas em serviços financeiros.¹²

- *A CII financia até 33% do custo de projetos novos e até 50% do custo de projetos de expansão.*
- *Os prazos variam entre cinco e doze anos e incluem um período de carência apropriado.*

O mercado alvo da CII compreende empresas com vendas de até US\$ 35 milhões, mas a CII também trabalha com algumas empresas cujas vendas excedem esse valor.

¹² O site da CII na Internet (www.iic.int) informa como solicitar financiamento. Os pedidos de informações podem ser enviados também aos escritórios regionais da CII ou à sua sede em Washington, D.C. O site oferece igualmente um formulário de pedido de informações que, uma vez preenchido pela empresa ou instituição financeira em busca de financiamento, é encaminhado automaticamente à divisão pertinente da CII.

Resumo de investimentos em desenvolvimento durante 2004

Operações diretas

As operações do ano são apresentadas num formato que reflete na sua totalidade o impacto das atividades de financiamento da CII. Além dos projetos diretos aprovados, constam informações sobre operações de repasses, investimento e co-financiamento aprovadas em 2004, as quais, por meio de instituições financeiras intermediárias, alavancam substancialmente os recursos proporcionados diretamente pela própria CII. Também são informadas as cifras sobre oportunidades de venda de bens e serviços para países mutuários e não mutuários (US\$ 34,1 milhões em 2004).

As operações descritas abaixo se referem a empréstimos e programas no total de US\$ 136,6 milhões. Os quatro empréstimos co-financiados do ano mobilizarão mais US\$ 130,0 milhões de recursos, alavancando ainda mais os recursos disponíveis para as empresas de pequeno e médio porte da região.

Atividades regionais

*Programa de empréstimos
co-financiados: US\$ 40 milhões*

A CII participará com até US\$ 20 milhões em um programa de empréstimos co-financiados diretos destinado a conceder financiamento a longo prazo a empresas de pequeno e médio porte em cinco países da América Central. O **Banco Centro-Americano para a Integração Econômica** (BCAIE) participará com outros US\$ 20 milhões. O principal objetivo desse projeto CII/BCAIE é fortalecer a competitividade da gestão corporativa a fim de aumentar a geração de receita líquida e fomentar as exportações de países da América Central.

O programa determinará limites de concentração de risco por classificação de país, setor econômico e tipo de financiamento (para expansão ou novos investimentos), de modo a beneficiar o maior número possível de países e diversificar os projetos qualificados por setor. Os países aptos a participar serão os membros beneficiários do BCAIE e os membros da CII em desenvolvimento na região.

Empréstimo: US\$ 20 milhões

A CII aprovou uma linha de crédito para o **BAC International Bank, Inc.** Esse empréstimo visa fornecer financiamento a curto, médio e longo prazo para empresas de pequeno e médio porte em diversos países da América Central onde atua o Grupo BAC Credomatic: El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá. Os recursos provenientes do empréstimo serão usados pelos bancos do grupo nos países mencionados. No caso da Costa Rica, onde o grupo também opera, a CII aprovou um empréstimo de US\$ 10 milhões ao Banco BAC San José S.A., como parte de uma linha de crédito no total de US\$ 30 milhões para o grupo na América Central.

Argentina

*Programa de empréstimos
co-financiados: US\$ 20 milhões*

A CII, em conjunto com o **Banco de Inversión y Comercio Exterior, S.A.** (BICE), instituirá um programa de empréstimos co-financiados para o qual a CII e o BICE contribuirão com US\$ 10 milhões cada um. A CII dará apoio ao BICE na ampliação de seu mandato tradicional de conceder financiamentos através de instituições financeiras intermediárias, para incluir empréstimos diretos. O objetivo são projetos de

expansão voltados para a exportação de empresas de pequeno e médio porte. Esse programa visa contribuir para o desenvolvimento econômico e social da República Argentina, sobretudo nos setores em que é alta a concentração de empresas de porte médio.

Bolívia

Empréstimo: US\$ 2 milhões

A CII aprovou um empréstimo à **Caja Los Andes S.A. F.F.P.**, a maior instituição financeira não bancária da Bolívia. Trata-se de uma linha de crédito com prazo de dois anos, passível de duas prorrogações, oferecida pela CII em conjunto com o Fumin. Os recursos desse empréstimo serão utilizados para fortalecer a posição da instituição e permitir que ela amplie sua capacidade de financiamento a microempresas e empresas de pequeno porte locais necessitadas de capital de giro ou fundos para seus gastos de capital.

Empréstimo: US\$ 1 milhão

A Corporação aprovou um empréstimo ao **Fondo Financiero Privado Prodem S.A.** (Prodem). O Prodem é uma instituição de microfinanciamento que fornece recursos a microempresas e empresas de pequeno e médio porte em toda a Bolívia. A finalidade desse empréstimo é atingir uma parte considerável do mercado que apresenta atualmente necessidade de financiamento. Os recursos serão utilizados para financiar pequenas empresas rurais e urbanas, contribuindo para a geração de postos de trabalho e o desenvolvimento do setor de microempresas.

*Empréstimo: US\$ 1,8 milhão
Custo do projeto: US\$ 4,2 milhões*

Este empréstimo, concedido à **Tahuamanu S.A.**, permitirá que a empresa aumente sua produção de castanhas do Pará de 135.000 para 180.000 caixas por ano. Também vai permitir que a empresa faça os investimentos necessários para finalizar o processo de obtenção de certificado de alimentos HACCP (Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle) para seus produtos, dando-lhe assim condições de ser considerada uma fornecedora confiável pela indústria alimentícia nos Estados Unidos, no Canadá e na Europa.

O projeto criará trinta postos de trabalho diretos, representando um aumento de 10% na atual folha de pagamentos da Tahuamanu, e proporcionará trabalho para mais 600 coletadores de castanhas do Pará, além dos cerca de 1.300 que já trabalham para a empresa.

Brasil

*Empréstimo A: US\$ 10 milhões
Empréstimo B: US\$ 30 milhões*

A Corporação aprovou um empréstimo para o **Banco ABN AMRO Real S.A.** que lhe permitirá financiar projetos e empresas qualificados, isto é, empresas de pequeno e médio porte que precisam de financiamento a médio ou longo prazo em melhores condições, para aperfeiçoar suas operações, ou a curto prazo, para comprar bens e serviços de empresas maiores em melhores condições.

*Empréstimo A: US\$ 15 milhões
Empréstimo B: US\$ 85 milhões*

A Corporação Interamericana de Investimentos aprovou um empréstimo para o **Banco Rabobank International Brasil S.A.** com a finalidade de ajudar um grande número de empresas de pequeno e médio porte a obter acesso a linhas de crédito para a compra de bens e serviços de empresas maiores.

Os fundos serão utilizados para financiar a aquisição, pelo banco, de 100% das cotas sênior de um Fundo de Investimento de Direitos

Creditórios (FIDC) constituído para adquirir contas a receber descontadas emitidas por algumas empresas que financiam empresas de pequeno e médio porte. Com essa operação, a CII poderá financiar mais de 40.000 empresas de pequeno e médio porte. O financiamento do FIDC em prazo mais longo assegura uma fonte constante de captação de recursos para que empresas maiores possam vender seus recebíveis e empresas menores disponham de uma fonte constante de capital de giro.

Empréstimo A: US\$ 5 milhões
Empréstimo B: US\$ 10 milhões

Esse empréstimo ao **BicBanco, S.A.** terá por finalidade financiar as necessidades de capital de giro de empresas de pequeno e médio porte. Essa operação é resultado dos esforços envidados pela CII para atingir empresas de pequeno e médio porte no Brasil e fomentar o financiamento nesse segmento do mercado.

O BicBanco, instituição voltada basicamente para empresas de pequeno e médio porte, conta com 31 agências e 606 funcionários. Dentre as operações do BicBanco, 75% são efetuadas no sul e no sudeste do Brasil. Essa operação deverá beneficiar cerca de 150 empresas brasileiras que requerem tais alternativas de captação de recursos para o financiamento adequado de suas operações e para ajudá-las a aumentar a capacidade de produção e a competitividade no cenário internacional.

Empréstimo: US\$ 6 milhões
Custo do projeto: US\$ 13,5 milhões

A CII aprovou um empréstimo para a **Dori Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios Ltda.** Essa empresa produz doces e chocolates e beneficia amendoim para suprir a demanda interna e externa. O projeto envolve investimentos em infra-estrutura, equipamentos, instalações industriais e máquinas, além da reestruturação das obrigações financeiras a curto prazo e financiamento de capital de giro. Os investimentos em ativo imobilizado incluem a construção de um centro de distribuição para armazenamento de produtos acabados, a instalação de novos equipamentos e melhorias em duas fábricas, a construção de um depósito de matérias-primas e de uma instalação de tratamento de efluentes.

O financiamento da CII permitirá à Dori ampliar sua capacidade de produção e armazenamento, aumentando assim a eficiência da programação e produção da empresa e reduzindo o tempo de execução. O financiamento a longo prazo resultará na geração de 69 postos de trabalho diretos e mais de 250 indiretos. Além disso, vai reduzir os custos financeiros, permitindo que aumente o volume de fundos disponíveis para oferecer mais linhas de produtos.

Empréstimo: US\$ 2,5 milhões
Custo do projeto: US\$ 5,1 milhões

A **Sanrisil S/A Indústria e Comércio** produz extratos de plantas e frutos para os setores farmacêutico, de alimentos e cosméticos. A empresa vai utilizar os recursos do empréstimo da CII para investir em tecnologia, substituir ativos ultrapassados, e para atualizar e expandir suas instalações atuais. Esse projeto de expansão vai criar vinte postos de trabalho e beneficiar mais de mil famílias que coletam matérias-primas para a empresa. O projeto também vai permitir a geração de exportações no valor de US\$ 33 milhões e contribuir com US\$ 25 milhões para o PIB brasileiro.

A Sanrisil fornece tecnologia e presta serviços de consultoria a pequenos produtores sobre assuntos agrícolas e empresariais, além de oferecer o apoio de seus agrônomos e outros especialistas para garantir o atendimento dos padrões de qualidade exigidos pelos mercados estrangeiros.

Chile

Empréstimo: US\$ 3 milhões

A Diretoria da CII aprovou um empréstimo para a **FactorLine S.A.**, com prazo de um ano prorrogável por mais três períodos de um ano. A FactorLine compra, com desconto, faturas, letras de câmbio e cheques emitidos por empresas de pequeno e médio porte sediadas no Chile.

Faturização (*factoring*) internacional é o desconto de documentos comerciais. É usada principalmente por empresas de pequeno e médio porte que, normalmente, não possuem acesso fácil a financiamento bancário por falta de garantias, demonstrações financeiras auditadas ou histórico de atuação no sistema financeiro. O projeto em pauta é o primeiro da CII com uma empresa de faturização.

Colômbia

Empréstimo: US\$ 3 milhões

A CII aprovou um empréstimo para a **Caja de Compensación Familiar de Antioquia** (Comfama, fundo social familiar da Colômbia) de Medellín, na Colômbia. Esse financiamento ajudará a Comfama a cumprir as exigências de uma nova lei que estipula a criação de mais postos de trabalho por parte desse tipo de fundos, através do financiamento direto a empresas de pequeno e médio porte. A Comfama utilizará essa linha de crédito para conceder empréstimos para capital de giro a microempresas e empresas de pequeno e médio porte associadas à instituição. O valor desses empréstimos deve variar entre US\$ 30.000 e US\$ 40.000 em média.

Empréstimo: US\$ 10,2 milhões
Custo do projeto: US\$ 14,1 milhões

A **Lamitech S.A.**, fabricante de laminados decorativos de alta pressão, está procurando ampliar suas operações e consolidar sua posição nos mercados de exportação. O empréstimo da CII contribuirá para aumentar em cerca de 40% a capacidade instalada da empresa, gerar 52 postos de trabalho diretos, além de postos de trabalho indiretos na fase de construção e montagem de uma nova linha de prensas, fortalecer o comércio internacional, já que a Lamitech importa quantidades significativas de matérias-primas, e aumentar em aproximadamente US\$ 10 milhões por ano as exportações da Colômbia.

Costa Rica

Empréstimo: US\$ 10 milhões

A CII aprovou um empréstimo para o **Banco BAC San José, S.A.** com a finalidade de fornecer financiamento a curto, médio e longo prazo, sobretudo a empresas de pequeno e médio porte daquele país.

Esse empréstimo também permitirá ao Banco BAC fazer repasses a empresas de pequeno e médio porte com prazos de três a sete anos. Espera-se que entre 25 e 40 empresas de pequeno e médio porte sejam beneficiadas por essa operação. A linha de crédito aprovada prevê ainda o financiamento de operações de arrendamento financeiro e/o operacional através da BAC San José Leasing, S.A. As empresas de pequeno e médio porte da Costa Rica têm acesso limitado a financiamento a médio prazo e, particularmente, a longo prazo. Esse instrumento financeiro será particularmente proveitoso visto que essas empresas não precisarão de capital para adquirir o ativo imobilizado necessário para aumentar sua capacidade de produção.

Equador

Empréstimo: US\$ 2,2 milhões
Custo do projeto: US\$ 5,7 milhões

A **Compañía Agrícola e Industrial Ecuaplantation S.A.** (Ecuaplantation) industrializa frutas tropicais, produzindo pastas, sucos, concentrados e outros produtos em suas instalações em Guayaquil, para exportação a mercados internacionais. O empréstimo da CII será utilizado para financiar as necessidades de capital de giro da empresa e implementar uma solução ambiental com vistas a diminuir a carga poluente remanescente em seus efluentes industriais.

Empréstimo: US\$ 7 milhões
Custo do projeto: US\$ 21 milhões

Com financiamento da CII, a **Hidroabanico S.A.** construirá uma miniusina hidrelétrica localizada perto da cidade de Macas, na bacia amazônica, que gerará 14,88 megawatts de energia limpa em substituição à energia poluidora, além de criar postos de trabalho em uma área em depressão econômica. A usina será acionada pela correnteza do rio Abanico, dispensando assim a necessidade de construir uma represa.

Quando entrar em funcionamento, essa usina será utilizada como alternativa a fontes energéticas mais poluidoras, além de contribuir para a modernização da infra-estrutura energética do Equador e aumentar a produção de energia no país. Como resultado, contribuirá para reduzir o total de emissões de gases provocadores do efeito estufa no Equador. O Banco Mundial comprará créditos de carbono da Hidroabanico.

Empréstimo: US\$ 2,25 milhões

A CII aprovou uma linha de crédito de dois anos, renovável duas vezes, fornecida em conjunto com o Fumin, para o **Banco ProCredit S.A.**, importante instituição de microfinanciamento do Equador. Esse projeto incentiva a utilização do setor bancário como canal para empréstimos a microempresas e empresas de pequeno porte na região. Os recursos do empréstimo serão utilizados para propiciar o crescimento sólido da instituição e permitir que ela amplie sua capacidade de financiamento a microempresas e empresas de pequeno porte locais necessitadas de capital de giro ou fundos para seus investimentos em ativo imobilizado.

El Salvador

Empréstimo: US\$ 1,1 milhão
Custo do projeto: US\$ 1,5 milhão

O apoio a projetos educacionais do setor privado incentiva o investimento no setor e amplia o leque de oportunidades para a população em idade escolar, bem como para a população economicamente ativa que busca aperfeiçoar sua capacitação profissional. A **Fundación Empresarial para el Desarrollo Educativo (FEPADE)** é uma fundação privada de fomento educacional, criada em 1986 para apoiar e promover o desenvolvimento da educação técnica e profissional. Conta com acesso relativamente limitado a fontes de financiamento a longo prazo.

A FEPADE é voltada principalmente para a classe média e trabalhadora e oferece uma programação de cursos com horários flexíveis e convenientes para pessoas que trabalham e desejam obter formação superior. Em 2002, a CII concedeu à FEPADE um empréstimo de US\$ 4,3 milhões para a construção de um novo campus. O novo empréstimo será usado para construir e equipar um auditório.

Empréstimo: US\$ 2 milhões

A CII aprovou, em conjunto com o Fumin, uma linha de crédito para o **Banco ProCredit S.A.**, importante instituição financeira de El Salvador dedicada principalmente ao financiamento de microem-

presas e empresas de pequeno porte. O ProCredit faz parte de uma rede mundial integrada por 18 bancos e instituições de microfinanciamento. Esse projeto incentiva a utilização do setor bancário como canal para empréstimos a microempresas e empresas de pequeno porte privadas da região. Os recursos do empréstimo serão utilizados para auxiliar a instituição a crescer com solidez e permitir que amplie sua capacidade de financiamento a microempresas e empresas de pequeno porte locais necessitadas de capital de giro ou fundos para seus gastos de capital.

Guiana e Suriname

*Investimento no capital social:
US\$ 200.000*

A CII aprovou um investimento de capital acionário na **DFLSA, Inc.** para financiar e prestar serviços de desenvolvimento de negócios a fim de criar e respaldar microempresas e empresas de pequeno e médio porte bem-sucedidas na Guiana e no Suriname. Com esse investimento, a DFLSA fomentará o desenvolvimento e a expansão de pelo menos 60 empresas de pequeno e médio porte e cerca de 2.500 microempresas ao longo dos próximos cinco anos.

Honduras

*Empréstimo: US\$ 1,2 milhão
Custo do projeto: US\$ 2,4 milhões*

A CII aprovou um empréstimo para um projeto de expansão a ser empreendido pela **Microenvases S.A.** Esse projeto aumentará a capacidade de produção de copos de plástico da empresa em cerca de 80%, envolvendo a adaptação do ferramental, a reforma de máquinas e a compra de alguns equipamentos novos. A empresa também ampliará o espaço destinado às operações mediante a aquisição de um terreno contíguo às suas atuais instalações, no qual será construída uma nova fábrica.

Com essa operação, a CII apoiará o setor manufatureiro voltado para a exportação em Honduras e contribuirá para a criação de 20 postos de trabalho diretos e aproximadamente 100 postos de trabalho indiretos.

México

*Garantia de emissão de títulos:
US\$ 8 milhões*

A participação da CII nessa operação busca melhorar o perfil de risco de uma emissão de títulos (certificados bursáteis) a ser efetuada pela **Cablemás S.A. de C.V.** e facilitar a obtenção de melhores termos e condições de financiamento para a empresa. Com a introdução de um novo produto, que é a garantia parcial de empréstimos, a CII também visa impulsionar a intermediação financeira e fomentar poupança no mercado financeiro local. Essa nova modalidade também abrirá as portas para o financiamento a longo prazo em moeda local para empresas que não são necessariamente exportadoras.

Ao apoiar essa operação, a CII aproveitará uma significativa oportunidade para desenvolver o mercado mobiliário e amparar empresas interessadas em emitir valores mobiliários nos mercados, dando-lhes acesso a financiamento de investidores institucionais e fundos de pensão.

A Cablemás é uma provedora de serviços de Internet, transmissão de voz e dados que está se tornando cada vez mais importante. Assim, ao ajudar essa empresa a obter melhores termos de financiamento, a CII contribuirá para eliminar o hiato digital e fomentar a concorrência no setor. A Cablemás elaborou um plano de investimento até 2008 que exigirá a criação de pelo menos 200 postos de trabalho diretos.

Empréstimo: US\$ 3 milhões

A CII adquirirá uma participação acionária direta na **Discovery & Protego**, empresa veículo para financiamento de moradia para famílias de renda média e baixa, integrante da The Discovery Americas I, L.P., um fundo de investimentos do México. Esse investimento visa a valorização do investimento a médio prazo, mediante o fornecimento de capital na forma de ações preferenciais, vinculado a projetos, a empresas de construção habitacional com fortes qualificações e experiência e que, atualmente, não tenham acesso a financiamento de capital suficiente.

Através dessa empresa, o fundo contribuirá para eliminar o gargalo que perpetua a insuficiência de habitações para a população de média e baixa renda no México, ajudando a construir cerca de 60.000 unidades residenciais nos próximos sete anos. A administração da empresa tem tradição no financiamento habitacional no México e considerável conhecimento do setor de habitações para a população de média e baixa renda.

Nicarágua

Empréstimo: US\$ 1 milhão

Custo do projeto: US\$ 2 milhões

A CII aprovou um empréstimo para a **Café Soluble S.A.** para ajudar a aumentar a competitividade geral da empresa, mediante o aperfeiçoamento de sua fábrica e de seus sistemas de informações gerenciais, e a ampliação de sua capacidade de armazenamento. Essa operação é complementar a outro empréstimo que a CII concedeu a essa empresa em 2001. Este segundo empréstimo a longo prazo permitirá à empresa alcançar um crescimento significativo nos próximos anos, garantindo assim a manutenção de muitos postos de trabalho, além de ajudá-la a penetrar em novos mercados de exportação.

Empréstimo: US\$ 900.000

Este empréstimo a médio prazo à **Financiera Nicaragüense de Desarrollo S.A.** (FINDESA) será usado para financiar microempresas e empresas de pequeno e médio porte da Nicarágua que necessitam de recursos para capital de giro ou aquisição de equipamentos, máquinas ou ativo imobilizado. Essa operação é condizente com o mandato desenvolvimentista da CII e se enquadra no programa especial de empréstimos a bancos de pequeno porte nos países menores da região. O financiamento da CII complementarará o investimento acionário do Fumin em 2003 e o empréstimo e financiamento de assistência técnica da FINDESA.

Empréstimo: US\$ 1,25 milhão

A CII aprovou uma linha de crédito a ser concedida em colaboração com o Fumin à **Financiera ProCredit S.A.**, importante instituição de microfinanciamento da Nicarágua que faz parte de uma rede mundial formada por 18 bancos e instituições financeiras voltadas para esse tipo de financiamento. Esse projeto incentiva a utilização do setor bancário para canalizar empréstimos a microempresas e empresas de pequeno porte privadas na região. Os recursos do empréstimo serão utilizados para auxiliar a instituição a continuar a crescer com solidez e permitir que amplie sua capacidade de financiamento a microempresas e empresas de pequeno porte locais necessitadas de capital de giro ou fundos para seus investimentos em ativo imobilizado.

Peru

Empréstimo: US\$ 3 milhões

A Corporação aprovou um empréstimo para o **Banco Interamericano de Finanzas S.A.** (BIF) cujos recursos serão utilizados para financiar empresas de pequeno e médio porte peruanas por meio de empréstimos a médio e a longo prazo para projetos de modernização e/ou

expansão. O BIF é uma instituição financeira que, desde o início de suas atividades, tem-se voltado principalmente para a prestação de serviços de intermediação financeira como banco comercial privado especializado em crédito a empresas de porte médio e pessoas físicas.

Com essa operação, a CII promoverá a canalização de financiamento a médio prazo para empresas de pequeno e médio porte que encontram dificuldades na captação de recursos adequados para suas atividades. O acesso do BIF à linha de crédito da Corporação também possibilitará que empresas de pequeno e médio porte do Peru adotem práticas trabalhistas e ambientais atualizadas. As empresas qualificadas nos setores de exportação, transporte, comunicações e serviços receberão repasses de até US\$ 500.000.

Uruguai

Empréstimo: US\$ 4 milhões

A CII aprovou um empréstimo para a **Fábrica Nacional de Papel S.A.** (Fanapel). A Fanapel produz celulose e papel e é uma das maiores exportadoras do Uruguai. Esse empréstimo melhorará o perfil de dívida da empresa ao substituir algumas obrigações a curto prazo e financiar uma parcela de seu capital de giro permanente, permitindo-lhe assim alongar o perfil da dívida e diminuir os custos financeiros.

Com essa operação, a CII visa amparar o setor industrial do Uruguai. A Fanapel tornou-se líder graças à sua capacidade de fabricar uma ampla gama de produtos para os mercados nacional e de exportação. O financiamento da CII ajudará a empresa a consolidar seus investimentos em melhorias das instalações de produção e ampliar a carteira de produtos. O financiamento da CII também aumentará os investimentos ambientais. A empresa em questão tem 480 funcionários e é o principal empregador na cidade de Juan Lacaze.

Empréstimo A: US\$ 5 milhões
Empréstimo B: até US\$ 5 milhões
Custo do projeto: US\$ 10 milhões

A **Sociedad Anónima Molinos Arroceros Nacionales** (SAMAN), empresa de beneficiamento de arroz, utilizará um empréstimo da CII para suprir suas necessidades de capital de giro. A SAMAN conta com oito instalações de beneficiamento espalhadas nas principais zonas produtoras de arroz do Uruguai. As instalações recebem arroz cultivado por cerca de 260 produtores, seca e armazena o produto para subsequente beneficiamento e embarque. A SAMAN presta serviços aos produtores de arroz na forma de suprimentos e combustível, consultoria técnica, irrigação e financiamento de capital de giro.

Venezuela

Garantias: US\$ 2 milhões

A CII aprovou uma garantia de empréstimo parcial, no equivalente em moeda local a até US\$ 2 milhões, para um empréstimo hipotecário concedido pelo Banco Mercantil à **Fundación Andrés Bello** e à **Universidad Católica Andrés Bello**.

A CII garantirá 50% do valor do principal do empréstimo, ou seja, 5 bilhões de bolívares. Dessa forma, a CII aprimorará o perfil de risco da operação e ajudará a Fundación Andrés Bello a captar fundos em melhores condições. A introdução de um novo produto, que é a garantia parcial de créditos, também visa impulsionar a intermediação financeira e aumentar o percentual de nível de empréstimos sobre os ativos das instituições financeiras venezuelanas. A participação da CII também disponibiliza financiamento a longo prazo em moeda local a empresas que não são necessariamente exportadoras.

Investimentos por intermédio de fundos de investimento

A CII canaliza os seus investimentos de capital basicamente por intermédio de fundos de ações privados aos quais se associa. Os objetivos da estratégia da CII em relação aos fundos são os seguintes:

- maximizar o valor agregado em empresas de pequeno e médio porte da região trabalhando com gestores de fundos com sólida experiência prática;
- promover o fluxo de capital de longo prazo para a região e canalizar participações acionárias privadas a outros investidores institucionais; e
- minimizar o risco de sua própria carteira mediante diversificação.

Desde 1989, a CII já aprovou 29 investimentos em fundos de ações, num total de US\$ 166 milhões. Esses fundos representam uma capitalização agregada de US\$ 1,9 bilhões. A CII desembolsou um total de US\$ 112 milhões para 198 empresas em 19 países da região por meio de fundos de investimento.

Atualmente, há 26 fundos ativos na carteira da Corporação, cujos compromissos totalizam US\$ 141 milhões. Em 2004, o financiamento da CII foi canalizado por intermédio dos seguintes fundos de investimento: Advent Latin America II, Aureos Central American Fund (ACAF), CEA Latin America Communications Partners, ProBa L.P. de Darby Overseas Investment (PROBA) e Multinational Industrial Fund (Multifund).

Investimentos por intermédio de fundos de investimento em 2004			
Nome do projeto	País	Número	Valor em US\$
ACAF	Regional	2	740.499
Advent	Regional	3	3.000.000
CEA	Regional	2	880.000
Multifund	México	3	1.556.566
PROBA	Costa Rica	3	4.080.648
TOTAL		13	10.257.713

Repasses concedidos por instituições financeiras locais intermediárias

É mais fácil uma instituição financeira intermediária conceder empréstimos de pequeno montante a empresas de pequeno porte usando repasses da CII do que seria para a CII atuando diretamente. Os empréstimos desse tipo têm também um considerável efeito multiplicador, porque a instituição captadora é obrigada a reaplicar o valor das amortizações recebidas, até o vencimento do empréstimo concedido pela CII. Desde 1989, a CII aprovou 108 empréstimos a instituições financeiras locais intermediárias, num total de US\$ 671 milhões. Essas instituições financeiras intermediárias, por sua vez, fizeram repasses no total de US\$ 699,2 milhões a 46.735 empresas de pequeno e médio porte da América Latina e do Caribe.

Empréstimos por meio de intermediários financeiros em 2004			
Nome do projeto	País	Número	Valor em US\$
America Leasing	Peru	6	1.446.000
Arrendadora Interfin	Costa Rica	20	2.546.464
BAC International*	Regional	30	10.000.000
BAC San José*	Costa Rica	15	10.000.000
Banco Improsa	Costa Rica	1	885.000
Banco Regional	Paraguai	35	1.488.600
BicBanco	Brasil	13	5.565.233
BIF	Peru	9	3.000.000
FactorLine	Chile	23	3.000.000
Findesa	Nicarágua	70	500.000
Rabobank	Brasil	41.896	15.000.000
RBTT Jamaica	Jamaica	2	3.470.267
Suleasing	Colômbia	14	6.842.982
TOTAL		42.134	63.744.546
* estimativa			



Demonstrações Financeiras

Nota

As demonstrações financeiras da Corporação Interamericana de Investimentos foram traduzidas para o português a partir dos textos em inglês e espanhol. Essas demonstrações financeiras em inglês e espanhol foram analisadas por auditores independentes da Corporação. O relatório dos auditores sobre a análise efetuada, bem como o respectivo parecer, encontram-se nas versões em inglês e espanhol do Relatório Anual.

Balanço patrimonial

31 de dezembro 2004 e 2003 (US\$ milhares)

	2004	2003
ATIVO		
Caixa e equivalentes de caixa	\$ 63.512	\$ 19.110
Títulos negociáveis	46.257	65.841
Investimentos		
Investimentos em forma de empréstimo	342.010	306.314
Menos provisão para perdas	(45.466)	(45.264)
	296.544	261.050
Investimentos em forma de participação acionária	100.898	112.364
Menos provisão para perdas	(30.681)	(41.177)
	70.217	71.187
Total dos investimentos	366.761	332.237
Contas a receber e outros ativos	10.854	9.001
Total do ativo	\$ 487.384	\$ 426.189
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Contas a pagar e outras obrigações	\$ 8.872	\$ 6.653
Empréstimos obtidos	80.000	80.000
Total do passivo	\$ 88.872	\$ 86.653
Capital social		
Autorizado: 70.370 ações (valor nominal US\$10.000)		
Ações subscritas	696.300	696.320
Menos subscrições a receber	(252.450)	(307.925)
	443.850	388.395
Prejuízos acumulados	(45.338)	(48.859)
Total do passivo e patrimônio líquido	\$ 487.384	\$ 426.189

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Demonstração do resultado e lucros acumulados***Exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003 (US\$ milhares)**

	2004	2003
RECEITA		
Títulos negociáveis	\$ 1.079	\$ 1.284
Investimentos em forma de empréstimo		
Juros	17.061	11.878
Comissões de compromisso	339	348
Comissões iniciais	755	676
Outras receitas de investimentos em forma de empréstimo	443	527
	<u>18.598</u>	<u>13.429</u>
Provisão para perdas	5,952	4.874
Total receitas de investimentos em forma de empréstimo	<u>24.550</u>	<u>18.303</u>
Investimentos em forma de participação acionária		
Ganhos na venda de participações acionárias	1.560	886
Dividendos e outras receitas de investimentos em forma de participação acionária	2.659	1.670
	<u>4.219</u>	<u>2.556</u>
Provisão para perdas	(9.264)	(4.359)
Total receitas de investimentos em forma de participação acionária	<u>(5.045)</u>	<u>(1.803)</u>
Títulos hipotecários		
Juros	35	339
Ganhos em títulos hipotecários	—	1.315
	<u>35</u>	<u>1.654</u>
Serviços de assessoria, co-financiamento e outras receitas	2.506	3.032
	\$ 23.125	\$ 22.470
DESPESAS		
Administrativas	16.667	15.461
Perdas em instrumentos derivativos	—	1.906
Despesas de juros	2.937	2.926
	\$ 19.604	\$ 20.293
LUCRO LÍQUIDO	3.521	2.177
PREJUÍZOS ACUMULADOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	(48.859)	(51.036)
PREJUÍZOS ACUMULADOS NO FIM DO EXERCÍCIO	\$ (45.338)	\$ (48.859)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003 (US\$ milhares)

	2004	2003
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Desembolsos (empréstimos concedidos)	\$ (138.981)	\$ (97.830)
Desembolsos (aquisição de participações acionárias)	(12.577)	(10.780)
Desembolsos (títulos hipotecários)	(2.062)	(2.290)
Pagamentos de amortização de empréstimos	102.913	57.726
Vendas de participações acionárias	3.703	3.750
Recuperação de capital investido em fundos fechados	400	4.202
Pagamentos de amortizações de títulos hipotecários	2.062	8.421
Produto de ativos recuperados	6.706	7.280
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento	\$ (37.836)	\$ (29.521)
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Saques de empréstimos obtidos	—	50.000
Pagamentos de amortização de empréstimos obtidos	—	(55.000)
Subscrições de capital	55.455	55.470
Caixa líquido originário de atividades de financiamento	\$ 55.455	\$ 50.470
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DE OPERAÇÕES		
Lucro líquido	3.521	2.177
Títulos negociáveis		
Aquisições	(9.320)	(63.653)
Vendas, valores vencidos e liquidações	28.387	55.000
	19.067	(8.653)
Ajustes para conciliar a receita líquida com o caixa líquido originário das (aplicado nas) operações:		
Provisão para perdas com empréstimos e participações acionárias	3.312	(515)
Variação em contas a receber e outros ativos	(1.853)	(2.213)
Variação em contas a pagar e outras obrigações	2.219	(11.697)
Ganhos com títulos hipotecários	—	(1.315)
Perdas a realizar com títulos negociáveis	517	518
	4.195	(15.222)
Caixa líquido originário (aplicado nas) das operações	26.783	(21.698)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	44.402	(749)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	19.110	19.859
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	\$ 63.512	\$ 19.110
Informação complementar:		
Juros pagos durante o exercício	\$ 2.760	\$ 2.426

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração

às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2004 e 2003

Propósito

A Corporação Interamericana de Investimentos (Corporação), uma organização multilateral, foi criada em 1986 e iniciou suas atividades em 1989, com a missão de promover o desenvolvimento econômico dos países membros latino-americanos e caribenhos, financiando empresas de pequeno e médio porte. A Corporação, juntamente com investidores privados, cumpre essa missão concedendo empréstimos e fazendo investimentos acionários onde não há capital privado suficiente oferecido em termos razoáveis. A Corporação exerce também a função de catalisador, mobilizando financiamento adicional para projetos junto a outros investidores e mutuantes por meio de co-financiamento ou formação de sindicatos, garantia de colocação e garantias. Além de financiar projetos e mobilizar recursos, presta serviços de consultoria financeira e técnica. A Corporação obtém seu capital social junto a seus países membros, opera exclusivamente em dólares dos Estados Unidos e limita suas atividades operacionais a seus 26 países membros regionais. A Corporação é membro do Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Grupo BID), que inclui, além do próprio BID, o Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin).

Nota A — Resumo das principais políticas contábeis e conexas

As políticas de contabilidade e de divulgação de informações financeiras da Corporação se enquadram nos princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos (US GAAP).

Apresentação das demonstrações financeiras — Alguns valores do exercício anterior foram reclassificados para fins de uniformidade com a apresentação do exercício objeto do presente relatório.

Uso de estimativas — A elaboração das demonstrações financeiras conforme os US GAAP exige que a administração formule estimativas e premissas que afetam os valores declarados do ativo e do passivo, as informações sobre ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e os valores declarados da receita e da despesa no período. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. A administração exerceu em grau considerável seu próprio juízo ao determinar a adequação da dotação para perdas com empréstimos e participações acionárias, bem como o valor justo dos títulos hipotecários e de todos os derivativos. As operações da Corporação estão sujeitas a riscos e incertezas a elas inerentes. As mudanças na conjuntura econômica podem afetar adversamente sua situação financeira e patrimonial. Ver discussão adicional em Provisões para perdas com empréstimos e participações, adiante, e na Nota C.

Caixa e equivalentes de caixa — Os instrumentos de investimento de alta liquidez comprados com vencimento original de três meses ou menos são considerados equivalentes de caixa.

Títulos negociáveis — Dentro de sua estratégia geral de gestão de carteira, a Corporação investe em obrigações de governos e órgãos públicos, depósitos a prazo e títulos lastreados por ativos, de acordo com suas políticas de prazo e risco de crédito. As obrigações de governos e agências abrangem títulos de renda fixa, letras e outras obrigações com ótima classificação de crédito, emitidos ou garantidos incondicionalmente por governos de países ou outras entidades oficiais, entre as quais agências governamentais. Os títulos da carteira da Corporação são classificados como para negociação, contabilizados pelo valor de mercado, sendo as variações do valor justo e os ganhos e perdas realizados informados como receita de títulos negociáveis. As compras são registradas no ativo na data da negociação, enquanto os correspondentes juros e dividendos e a amortização de prêmios e o acréscimo de descontos são registrados como receita de títulos negociáveis.

Empréstimos e investimentos de capital — Os compromissos de investimento na forma de empréstimos e de participações são efetuados na data de assinatura do respectivo contrato, e são contabilizados como ativos uma vez desembolsados. Os investimentos em forma de empréstimos são contabilizados com base na parte do principal a amortizar, ajustados pela provisão para perdas. É praxe da Corporação obter garantias, como hipotecas ou garantias de terceiros, além de outras. Os investimentos em participação acionária cujo valor de mercado não é prontamente apurável são inicialmente contabilizados ao valor de custo, que é periodicamente revisto e ajustado para compensar eventuais reduções. Os investimentos em fundos de participação acionária são informados em Investimentos em Participação Acionária e demonstrados pelo último valor patrimonial líquido no fim de cada período. Por vezes, a Corporação celebra contratos com opção de venda

Notas explicativas da administração

às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2004 e 2003

ligados a participações acionárias. Como parte de sua política habitual de cumprimento da Exposição de Normas de Contabilidade Financeira dos Estados Unidos (SFAS) nº 133, *Contabilidade de Instrumentos Derivativos e algumas Atividades de Hedging*, como alterada pela SFAS nº 138, *Contabilidade de Instrumentos Derivativos e algumas Atividades de Hedging — alteração da FAS 133* (coletivamente, SFAS nº 133), a Corporação concluiu que essas opções de venda não se enquadram nos critérios de um derivativo propriamente dito, e que não é necessário um reconhecimento do valor justo no balanço patrimonial.

Provisão para perdas com empréstimos e participações — A Corporação reconhece a redução de valor da carteira no balanço patrimonial por meio de uma reserva para perdas com empréstimos e investimentos em participações, registrando mensalmente novas provisões ou liberação de provisões para perdas com empréstimos e investimentos em participações no resultado, o que aumenta ou reduz a reserva para perdas com empréstimos e investimentos em participações acionárias. A baixa contábil de investimentos e as eventuais recuperações posteriores são registradas na conta de provisão. A provisão para perdas é mantida num nível que, a juízo da administração, é adequado para absorver as perdas estimadas na carteira de empréstimos e participações.

A provisão para perdas com empréstimos e investimentos em participações baseia-se em estimativas de perdas prováveis já identificadas e perdas prováveis inerentes à carteira, mas não especificamente identificáveis. A apuração de perdas prováveis identificadas representa o juízo da administração sobre a classificação de crédito do tomador ou o valor da empresa investida, e é feita mediante a análise periódica dos diferentes empréstimos e investimentos em participações acionárias. O juízo da administração baseia-se na classificação de risco e no desempenho de cada investimento, no volume e diversidade da carteira da Corporação, na conjuntura econômica e em outros fatores que a administração considere significativos.

A Corporação considera um empréstimo deteriorado quando, com base em dados e ocorrências atuais, é provável que a Corporação não venha a receber todos os montantes devidos conforme os termos do contrato de empréstimo. A provisão para perdas com empréstimos deteriorados representa o juízo da administração sobre o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa de juros efetiva do empréstimo ou dos fluxos de caixa provenientes de valores de garantias ou outros dados de mercado observáveis. Os riscos inerentes à carteira que são considerados na apuração de perdas prováveis não identificadas são aqueles comprovados pela experiência anterior, incluindo risco sistêmico de país, risco de correlação ou contágio de perdas entre mercados, descumprimento de garantia por parte de patrocinadores e outras formas de coobrigação, e falta de transparência ou declarações enganosas nas demonstrações financeiras dos tomadores.

Reconhecimento de receitas provenientes de empréstimos e participações — Os juros e todas as comissões, exceto taxas iniciais, são contabilizados como receitas no período em que são auferidos. As taxas iniciais e os custos adicionais relativos à concessão de empréstimos não são diferidos e amortizados pelo período de vigência do contrato porque, conforme disposto na SFAS nº 91, *Contabilidade de Taxas e Custos Não Reembolsáveis Relativos à Concessão ou à Aquisição de Empréstimos e Custos Iniciais Diretos de Arrendamentos*, seu valor líquido é considerado irrelevante. A Corporação não reconhece receitas de empréstimos cuja possibilidade de recebimento é considerada duvidosa ou quando o pagamento de juros ou principal está atrasado há mais de 90 dias. De acordo com essa política de deixar de contabilizar juros em função de atrasos de pagamento, a Corporação pode deixar de contabilizar receitas mesmo no caso de empréstimos que não se enquadram na definição de deteriorados. Todos os juros acumulados sobre um empréstimo assim classificado são estornados da receita e somente voltam a ser reconhecidos como receita quando são recebidos e a administração conclui que o mutuário demonstrou capacidade de efetuar pagamentos periódicos dos juros e do principal. Os juros não anteriormente reconhecidos mas capitalizados como parte de uma renegociação de dívida são contabilizados como receita diferida e creditados como receita somente quando é recebido o correspondente principal. Tais juros capitalizados são levados em conta no cálculo da provisão para perdas com empréstimos no balanço patrimonial.

Os dividendos e participações nos lucros são registrados como receita quando recebidos. Os ganhos de capital na venda ou resgate de investimentos acionários são registrados como receita quando recebidos.

Notas explicativas da administração

às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2004 e 2003

Alguns investimentos acionários, cuja recuperação do capital investido é incerta, são contabilizados pelo método de recuperação de custos, de tal modo que os recursos recebidos são imputados primeiramente à recuperação do capital investido e posteriormente a ganhos de capital.

Investimento em títulos hipotecários — Os investimentos em títulos hipotecários são classificados como negociáveis e contabilizados ao valor justo, de acordo com a SFAS nº 115, *Contabilidade de Alguns Instrumentos de Títulos de Dívida e Valores Mobiliários*. As mudanças do valor justo e os ganhos e perdas são informados em Ganhos ou Perdas com títulos hipotecários.

Garantias — No exercício findo em 31 de dezembro de 2003, a Corporação começou a oferecer garantias de crédito parciais a obrigações de terceiros por empréstimos, no sistema de divisão de riscos. Os termos das garantias determinam que a Corporação concorda em assumir a responsabilidade pelas obrigações financeiras de um terceiro na hipótese de inadimplência (i.e. não pagamento no vencimento) desse terceiro. As garantias são consideradas emitidas quando a Corporação celebra o respectivo contrato. Essa data é também a data de "entrada em vigor" do contrato de garantia. As garantias são consideradas em aberto quando a correspondente obrigação financeira do terceiro é incorrida, e pagáveis quando é exigido o cumprimento da obrigação da Corporação de acordo com a garantia. As garantias envolvem duas responsabilidades: (1) a obrigação de prontidão para honrar o compromisso e (2) o passivo contingente. A obrigação de prontidão para honrar o compromisso é reconhecida na data do compromisso, a menos que um passivo contingente exista nessa ocasião ou que se preveja sua existência a curto prazo. O passivo contingente relativo à garantia financeira é reconhecido quando é provável que a garantia virá a ser exigida e o valor da garantia puder ser estimado com previsão razoável. Os eventuais passivos relativos à obrigação de prontidão e contingentes referentes a garantias são incluídos em contas a pagar e outras obrigações, e as contas a receber são incluídas em outros ativos no balanço patrimonial. Quando a garantia é exigida, o valor desembolsado é registrado como novo empréstimo, sendo constituídas provisões específicas, com base na estimativa de provável prejuízo. Essas reservas são incluídas na provisão para perdas no balanço patrimonial. As taxas de garantia são registradas na demonstração do resultado pelo regime de competência. Ver o valor das garantias em aberto na Nota H.

Gestão de risco e instrumentos derivativos — A Corporação realiza operações com diversos instrumentos derivativos para fins de gerenciamento de risco. O objetivo é minimizar os riscos cambiais e de taxa de juros incorridos pela Corporação no tocante a determinados investimentos. Como parte de sua política habitual de cumprimento da SFAS nº 133, a Corporação utiliza modelos internos para apurar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos. Constantemente, a Corporação revisa esses modelos e redefine suas especificações com o intuito de refinar suas estimativas, de acordo com a evolução das melhores práticas do mercado. As mudanças das estimativas em decorrência do refinamento das premissas e metodologias adotadas nos modelos são demonstradas no lucro líquido do período em que os modelos aprimorados são usados pela primeira vez. De acordo com a SFAS nº 133, *Contabilidade de Instrumentos Derivativos e Atividades de Hedging*, com as respectivas alterações, a Corporação reajusta esses derivativos ao preço de mercado, registrando-os como ativo e/ou passivo na data do balanço patrimonial. Não havia instrumentos derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2004 e 2003. Ver Nota C.

Mobilização de recursos — A Corporação mobiliza fundos de bancos comerciais e outras instituições financeiras (Participantes) ao facilitar participações em empréstimos, sem direito de regresso. Tais participações são administradas e processadas pela Corporação em nome dos Participantes. Os saldos desembolsados e a amortizar dos participantes do empréstimo não são incluídos no balanço patrimonial da Corporação.

Ativo fixo — O ativo fixo da Corporação é depreciado pelo método linear, com base na vida útil estimada dos ativos, que varia de três a sete anos.

Valor justo dos instrumentos financeiros — A SFAS nº 107, *Divulgação do Valor Justo dos Instrumentos Financeiros*, determina que as entidades divulguem informações sobre o valor justo estimado de seus instrumentos financeiros, sejam ou não tais valores demonstrados no balanço patrimonial.

Notas explicativas da administração

às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2004 e 2003

Como não é viável estimar o valor justo de muitos dos instrumentos financeiros da Corporação, esta, de acordo com a SFAS nº 107, fornece outras informações relativas à estimativa do valor justo, tais como o valor contábil, a taxa de juros e o prazo de vencimento.

Para estimar o valor justo dos instrumentos financeiros da Corporação, a administração usou os métodos e premissas a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa: O montante contabilizado no balanço patrimonial aproxima-se do valor justo.

Títulos negociáveis: O valor justo dos títulos negociáveis baseia-se nos preços cotados no mercado na data do balanço patrimonial. Ver Nota B.

Investimentos na forma de empréstimo: A Corporação fornece financiamento sob medida a empresas de pequeno e médio porte que operam em países membros em desenvolvimento. Para esse tipo de empréstimo, não existe um mercado secundário comparável. Com relação à maioria dos empréstimos e correspondentes compromissos, a administração considera que, devido à natureza singular das operações de crédito da Corporação e à falta de um mercado secundário consolidado, é inviável, no momento, estimar o valor justo da carteira de empréstimos. Ver Nota C.

Investimentos em forma de participação: A Corporação compra participações no capital social de pequenas e médias empresas privadas da América Latina e do Caribe. Na maioria dos casos, não se dispõe de preços de mercado nem são viáveis outros métodos de avaliação. Ver Nota C.

Empréstimos obtidos: O valor justo estimativo dos empréstimos a juros fixos figura na Nota F.

Novas normas de contabilidade e divulgação de informações financeiras — No exercício findo em 31 de dezembro de 2004, a Junta de Normas de Contabilidade Financeira (FASB) emitiu a SFAS nº 123(R), *Pagamento Baseado em Ações*; a SFAS nº 151, *Custos de Estoques*, alteração da ARB nº 43, capítulo 4; a SFAS nº 152, *Contabilidade de Transações de Compartilhamento de Tempo de Imóveis*, alteração das Declarações FASB nº 66 e 67; e a SFAS nº 153, *Permuta de Ativos Não Monetários*, alteração da Opinião APB nº 29. A adoção dessas normas contábeis não deve ter efeito relevante sobre a Corporação.

Em março de 2004, a FASB ratificou o consenso a que chegou a Força-Tarefa para Questões Emergentes (Emerging Issues Task Force — EITF) sobre a Questão nº 03-1, *Significado de Deterioração Que Não Temporária e sua Aplicação a Determinados Investimentos*. A EITF 03-1 foi emitida para elucidar o significado de “deterioração que não temporária” e sua aplicação a investimentos classificados como disponíveis para venda ou para detenção até o vencimento conforme a SFAS nº 115, *Contabilidade de Alguns Investimentos em Títulos de Dívida e Ações* (incluindo ações específicas e investimentos em fundos mútuos) e investimentos contabilizados pelo método do custo. As datas de entrada em vigor ainda não foram definidas e a Corporação está estudando o impacto da EITF 03-1 sobre seus investimentos registrados pelo custo.

Adicionalmente, no exercício findo em dezembro de 2004 a FASB emitiu e/ou aprovou diversas Posições Técnicas da FASB, Notas da EITF sobre Questões e outras diretrizes interpretativas relacionadas a Exposições de Normas de Contabilidade Financeira e Pareceres da APB. A Corporação analisou e incorporou as novas diretrizes, quando adequado, sem impacto relevante sobre a situação financeira e patrimonial ou os resultados das operações da Corporação.

Em 17 de janeiro de 2003, a FASB emitiu a Interpretação FASB nº 46 (FIN 46), *Consolidação de Entidades de Participações Variáveis — interpretação da ARB nº 51*. A FIN 46 entra em vigor imediatamente para todas as entidades com participações variáveis em entidades de participações variáveis constituídas após 31 de janeiro de 2003; no caso da Corporação, a FIN 46 aplica-se a partir de 31 de dezembro de 2003 a todas as participações variáveis em entidades de participações variáveis constituídas após 1 de fevereiro de 2003. A adoção da FIN 46 não terá nenhum efeito relevante sobre a Corporação.

Notas explicativas da administração

às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2004 e 2003

Em novembro de 2002, a FASB emitiu a Interpretação FASB nº 45 (FIN 45), *Exigências de Contabilidade e Divulgação de Garantias pelo Garantidor, Inclusive Garantias Indiretas de Dívida de Terceiros — interpretação das Exposições FASB n°s 5, 57 e 107 e revogação da Interpretação FASB n° 34*. A FIN 45 exige que, quando da emissão de uma garantia, o garantidor reconheça um passivo correspondente ao valor justo da obrigação que assume no âmbito daquela garantia. As disposições sobre divulgação da FIN 45 entram em vigor para demonstrações financeiras intercalares ou anuais de períodos findos a partir de 15 de dezembro de 2002. As disposições sobre reconhecimento e medição iniciais têm vigência prospectiva para garantias emitidas ou modificadas após 31 de dezembro de 2002, independentemente do fim do exercício do garantidor. A Corporação emitiu um pequeno número de garantias nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003, e a adoção da FIN 45 não teve efeito relevante sobre a Corporação. As divulgações relativas a garantias, inclusive aquelas exigidas pela FIN 45, foram feitas na Nota H.

NOTA B — Títulos negociáveis

Composição dos títulos variáveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003 (US\$ milhares):

	2004	2003
Obrigações do governo e órgãos públicos	\$ 25.333	\$ 42.383
Títulos lastreados por ativos	12.011	17.255
Títulos de empresas	8.913	6.203
	\$ 46.257	\$ 65.841

Composição da receita líquida de títulos negociáveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003 (US\$ milhares):

	2004	2003
Receita financeira	\$ 1.712	\$ 1.802
Perda a realizar	(517)	(423)
Perda realizada	(116)	(95)
	\$ 1.079	\$ 1.284

Notas explicativas da administração

às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2004 e 2003

NOTA C — Investimentos em forma de empréstimo e de participação

A Corporação monitora suas carteiras ativas de empréstimos e investimentos acionários no tocante à concentração geográfica do risco de crédito. A maior exposição isolada da Corporação é denominada Regional e compreende primordialmente fundos de investimento em ações privadas de diversos países. Em 31 de dezembro de 2004, os países que apresentavam o maior risco de crédito agregado para a Corporação eram Brasil, Chile e México (exercício findo em 31 de dezembro de 2003 — Brasil, Chile e Argentina).

A distribuição da carteira ativa de empréstimos em 31 de dezembro de 2004 e 2003, por país e por setor, é a seguinte (US\$ milhares):

	2004			2003		
	Empréstimos	Participações	Total	Empréstimos	Participações	Total
Regional	\$ 22.490	\$ 60.248	\$ 82.738	\$ 7.821	\$ 72.900	\$ 80.721
Brasil	56.632	7.226	63.858	30.414	7.909	38.323
Chile	28.939	14.967	43.906	31.608	14.967	46.575
México	20.452	13.459	33.911	24.485	10.945	35.430
Argentina	24.769	2.612	27.381	34.249	2.000	36.249
Peru	27.095	—	27.095	23.879	—	23.879
Costa Rica	21.237	—	21.237	17.466	—	17.466
Colômbia	18.634	857	19.491	21.667	1.714	23.381
Equador	18.088	—	18.088	17.257	—	17.257
Panamá	17.125	—	17.125	19.557	—	19.557
Honduras	15.503	—	15.503	12.299	—	12.299
Venezuela	14.794	—	14.794	16.403	—	16.403
Uruguai	12.885	931	13.816	5.693	931	6.624
Nicarágua	10.378	—	10.378	14.274	400	14.674
El Salvador	9.900	—	9.900	1.300	—	1.300
Bolívia	8.500	—	8.500	5.876	—	5.876
Paraguai	4.935	—	4.935	5.960	—	5.960
Guatemala	4.246	—	4.246	6.566	—	6.566
Jamaica	3.470	—	3.470	—	—	—
Trinidad e Tobago	988	598	1.586	1.817	598	2.415
Belize	950	—	950	1.000	—	1.000
República Dominicana	—	—	—	6.643	—	6.643
Bahamas	—	—	—	80	—	80
TOTAL	\$ 342.010	\$ 100.898	\$ 442.908	\$ 306.314	\$ 112.364	\$ 418.678
Serviços Financeiros	\$ 150.964	\$ 23.033	\$ 173.997	\$ 131.240	\$ 23.278	\$ 154.518
Fundos Capital de Risco	—	75.865	75.865	—	86.686	86.686
Agricultura e Agronegócio	33.437	2.000	35.437	33.932	2.000	35.932
Piscicultura e Pesca	23.555	—	23.555	20.417	400	20.817
Serv. Públ. e Infra-estrutura	16.517	—	16.517	20.050	—	20.050
Fabricação em geral	15.401	—	15.401	12.118	—	12.118
Educação	15.352	—	15.352	10.300	—	10.300
Madeira, Papel e Celulose	14.540	—	14.540	11.500	—	11.500
Transporte e Armazenamento	13.903	—	13.903	14.896	—	14.896
Alimentos e Bebidas	10.305	—	10.305	6.743	—	6.743
Zonas Proc. Industrial	9.322	—	9.322	6.190	—	6.190
Turismo e Hotéis	8.889	—	8.889	12.646	—	12.646
Pecuária e avicultura	8.000	—	8.000	—	—	—
Têxteis, Vestuário e Couro	6.239	—	6.239	3.130	—	3.130
Químicos e Plásticos	6.014	—	6.014	8.476	—	8.476
Serv. Não Financeiros	5.572	—	5.572	7.051	—	7.051
Petróleo e Mineração	4.000	—	4.000	—	—	—
Saúde	—	—	—	5.140	—	5.140
Tecnologia, Com. e Nova Economia	—	—	—	2.000	—	2.000
Merc. Capital	—	—	—	485	—	485
TOTAL	\$ 342.010	\$ 100.898	\$ 442.908	\$ 306.314	\$ 112.364	\$ 418.678

*Notas explicativas da administração***às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2004 e 2003**

Resumem-se a seguir os investimentos na forma de empréstimos, participações acionárias e títulos hipotecários aprovados pela Diretoria Executiva mas ainda não comprometidos, bem como os compromissos de empréstimos, participações e títulos hipotecários assinados mas ainda não desembolsados (excluindo os cancelamentos) em 31 de dezembro de 2004 e 2003 (US\$ milhares):

	2004	2003
<i>Investimentos aprovados mas não comprometidos</i>		
Empréstimos	\$ 105.700	\$ 95.175
Participações	200	—
TOTAL	\$ 105.900	\$ 95.175
<i>Investimentos comprometidos mas não desembolsados</i>		
Empréstimos	\$ 36.730	\$ 68.358
Participações	19.267	35.176
Títulos Hipotecários	25.000	25.000
TOTAL	\$ 80.997	\$ 128.534

As taxas de juros aplicadas aos empréstimos concedidos pela Corporação baseiam-se nas taxas de juros oferecidas no mercado interbancário de Londres (LIBOR) para um, três e seis meses, acrescidas de uma margem que varia de 2,50% a 6,00%. Em 31 de dezembro de 2004, a média das taxas LIBOR para um, três e seis meses era de respectivamente 1,50%, 1,62% e 1,79% (31 de dezembro de 2003 — respectivamente 1,12%, 1,15% e 1,22%).

O cronograma de vencimentos dos investimentos em forma de empréstimos da Corporação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003 é apresentado a seguir (US\$ milhares):

	2004		2003	
	Principal a amortizar	Margem média acima da LIBOR	Principal a amortizar	Margem média acima da LIBOR
Até um ano	\$ 84.996	3,40%	\$ 63.097	3,40%
De um a cinco anos	202.808	3,96%	212.204	3,59%
De cinco a dez anos	54.206	4,07%	31.013	3,75%
	\$ 342.010		\$ 306.314	

Os empréstimos sobre os quais a acumulação de juros foi interrompida totalizaram US\$64.278.000 em 31 de dezembro de 2004 (31 de dezembro de 2003 — US\$51.820.000). A receita de juros não reconhecida sobre empréstimos que deixaram de render juros no exercício findo em 31 de dezembro de 2004 totalizou US\$1.502.000 (31 de dezembro de 2003 — US\$2.651.000). Os juros cobrados sobre empréstimos sobre os quais se deixou de contabilizar juros no exercício findo em 31 de dezembro de 2004 foram de US\$1.485.000 (31 de dezembro de 2003 — US\$920.000).

O investimento da Corporação em empréstimos deteriorados montou a US\$32.536.000 em 31 de dezembro de 2004 (31 de dezembro de 2003 — US\$43.485.000). O investimento médio registrado em empréstimos deteriorados no exercício findo em 31 de dezembro de 2004 foi de US\$38.011.000 (31 de dezembro de 2003 — US\$44.842.000).

*Notas explicativas da administração***às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2004 e 2003**

Resumem-se a seguir as variações da provisão para perdas com empréstimos e participações acionárias nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003 (US\$ milhares):

	2004			2003		
	Empréstimo	Capital	Total	Empréstimo	Capital	Total
Saldo no início do exercício	\$ 45.264	\$ 41.177	\$ 86.441	\$ 45.702	\$ 41.146	\$ 86.848
Investimentos baixados, líquidos	(372)	(19.940)	(20.312)	(2.620)	(4.553)	(7.173)
Recuperações	6.526	180	6.706	7.056	225	7.281
Provisão para perdas	(5.952)	9.264	3.312	(4.874)	4.359	(515)
Saldo no fim do exercício	\$ 45.466	\$ 30.681	\$ 76.147	\$ 45.264	\$ 41.177	\$ 86.441

Em 31 de dezembro de 2003, a Corporação detinha participações limitadas em alguns fundos fechados de investimento de capital, no total de US\$19.940.000. Informações sobre esses investimentos, inclusive seu valor patrimonial líquido, não foram fornecidas em tempo hábil pelo gestor do fundo, a despeito dos esforços despendidos pela administração nesse sentido. A administração usou seu discernimento para dimensionar as perdas sofridas com essas participações, baseando-se para tanto em dados limitados, e estimou alocações específicas, para essas participações, da provisão para perdas em 31 de dezembro de 2003. Em 2004, a administração recebeu informações financeiras atualizadas auditadas do gestor do fundo. Os resultados de tais informações estão mostrados na provisão para perdas com participações acionárias e correspondentes divulgações referentes a 31 de dezembro de 2004.

A partir de 2001, a Corporação assumiu o compromisso de investir em títulos hipotecários. De acordo com a SFAS nº 115, *Contabilidade de Alguns Investimentos em Títulos de Dívida e Valores Mobiliários*, a Corporação classificou esses títulos hipotecários como títulos para negociação quando de sua aquisição, contabilizando-os pelo valor justo estimado. Em 2004, a administração deu início a providências para retirar-se dos compromissos de investimento em títulos e hipotecários e descontinuar gradualmente o uso desse produto de investimento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2004, a Corporação vendeu todos os seus investimentos em títulos hipotecários, sem realizar ganhos ou perdas (exercício findo em 31 de dezembro de 2003 — ganho de US\$1.315.000). A Corporação também realizou operações com instrumentos financeiros derivativos relacionados a esses títulos hipotecários, com vistas a minimizar a variabilidade dos pagamentos de juros e principal, em função do risco de juros e taxa de câmbio. No exercício findo em 31 de dezembro de 2004, a Corporação deixou de operar com esses instrumentos derivativos por ocasião da venda dos correspondentes títulos hipotecários, sem realizar ganhos ou perdas (exercício findo em 31 de dezembro de 2003 — perda de US\$1.906.000). As principais premissas e estimativas usadas para apurar o valor justo estimado dos títulos hipotecários e correspondentes instrumentos financeiros derivativos abrangem risco de crédito, pagamentos antecipados, taxas de câmbio, taxas de inflação e riscos de contraparte. Em alguns casos, as estimativas da administração diferiram do valor real finalmente realizado.

Notas explicativas da administração

às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2004 e 2003

NOTA D — Contas a receber e outros ativos

As contas a receber e outros ativos em 31 de dezembro de 2004 e 2003 estão resumidos a seguir (US\$ milhares):

	2004	2003
Juros a receber sobre empréstimos concedidos	\$ 4.855	\$ 1.764
Créditos de vendas de participações, líquidos	2.773	4.034
Ativos recuperados	956	620
Ativo fixo, líquido	478	480
Juros a receber sobre títulos negociáveis	433	620
Taxa de garantia a receber	379	—
Outros créditos	365	582
Custos de emissão de dívida não amortizada	327	387
Outros benefícios de aposentadoria, ativos pagos antecipadamente	224	380
A receber do BID	64	133
Total de recebíveis e outros créditos	\$ 10.854	\$ 9.001

É facultado à Corporação celebrar um contrato para a venda de sua participação em determinados investimentos acionários e registrar uma nota a receber e correspondente ganho, incluídos em ganho na venda de participações acionárias. Os valores a receber pela venda de participações, líquidos das correspondentes reservas de avaliação, estão resumidos a seguir com referência a 31 de dezembro de 2004 e 2003 (US\$ milhares):

Ano	Preço venda	Ganho	Montante a receber, líquido	
			31/12/2004	31/12/2003
2002	\$ 2.390	\$ 390	\$ —	\$ 249
2003	6.266	708	2.773	3.785
			\$ 2.773	\$ 4.034

NOTA E — Contas a pagar e outras obrigações

As contas a pagar e outras obrigações em 31 de dezembro de 2004 e 2003 estão resumidas a seguir (US\$ milhares):

	2004	2003
Receita diferida	\$ 2.399	1.219
Benefícios trabalhistas a pagar	1.927	2.245
Subscrição de capital a integralizar	1.840	264
Pagamento de parcelas de alienação de participações	983	1.383
Contas a pagar	871	886
Outras obrigações	609	397
Honorários jurídicos	243	258
Total de contas a pagar e outras obrigações	\$ 8.872	\$ 6.653

A Corporação assina contratos com patrocinadores de investimentos acionários para se desfazer das próprias posições com relação a tais investimentos. Esses contratos envolvem pagamentos em parcelas efetuados à Corporação, ao fim dos quais a posição da Corporação é transferida para o patrocinador do investimento acionário. O pagamento de parcelas demonstrado em contas a pagar e outras obrigações montou a US\$983.000 em 31 de dezembro de 2004 (31 de dezembro de 2003 — US\$1.383.000).

Notas explicativas da administração

às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2004 e 2003

NOTA F — Empréstimos obtidos

Os empréstimos a amortizar da Corporação em 31 de dezembro de 2004 compreendem linhas de crédito a prazo e rotativo junto ao BID, à Caja Madrid e ao Shinkin Central Bank. Os empréstimos obtidos mediante as linhas de crédito rotativo do BID e da Caja têm vencimento em um, três ou seis meses após o desembolso e são renováveis. Os empréstimos correspondentes à linha de crédito do Shinkin Central Bank vencem em dezembro de 2009, com pagamento semestral de juros. Os empréstimos relativos à linha a juros fixos da Caja Madrid vencem em janeiro de 2011 com pagamento trimestral de juros. Em 2001, a Corporação renovou um contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento que permite à Corporação tomar emprestado um montante não superior a US\$300 milhões até novembro de 2005.

Os saldos a amortizar das linhas de crédito e correspondentes empréstimos em 31 de dezembro de 2004 e 2003 são os seguintes (US\$ milhares):

Contratos de crédito	2004		2003	
	Linha	A amortizar	Linha	A amortizar
BID, a vencer em novembro de 2005	\$ 300.000	\$ —	\$ 300.000	\$ —
Caja, a vencer em março de 2006	100.000	—	100.000	—
Shinkin, a vencer em dezembro de 2009	30.000	30.000	30.000	30.000
Caja, a vencer em janeiro de 2011	50.000	50.000	50.000	50.000
		\$ 80.000		\$ 80.000

Os juros são calculados a taxas variáveis com base na taxa LIBOR para um, três e seis meses, e fixados na data de entrada em vigor de cada empréstimo ou na data de nova fixação de juros. A taxa de juros referente à linha a prazo da Caja foi fixada no desembolso e permanecerá fixa até o vencimento. O valor justo estimado da linha da Caja a prazo com juros fixos é de US\$50.040.000 em 31 de dezembro de 2004 (31 de dezembro de 2003 — US\$51.000.000). A média ponderada do custo dos empréstimos da Corporação no exercício findo em 31 de dezembro de 2004 foi de 3,42% (31 de dezembro de 2003 — 3,25%). A Corporação paga também uma comissão de compromisso que varia de 0,05% a 0,10% sobre a linha de crédito disponível não utilizada. O total das comissões de compromisso pagas sobre todas as linhas no exercício findo em 31 de dezembro de 2004 montou a US\$102.000 (31 de dezembro de 2003 — US\$122.000).

NOTA G — Capital social

O capital social da Corporação foi aumentado em US\$500 milhões, para um total de US\$703,7 milhões, mediante uma resolução aprovada em 1999. A resolução alocou US\$500 milhões para subscrição pelos países membros durante o prazo de subscrição. Em 22 de março de 2000, foi atingido o número mínimo de subscrições necessário para efetivar a resolução de aumento de capital. Os países membros concordaram em pagar suas subscrições em oito parcelas iguais, a última delas pagável em 31 de outubro de 2007. A Corporação emite apenas ações integrais. Os pagamentos antecipados ou fracionários são acumulados e as respectivas ações serão emitidas de acordo com o seguinte plano de parcelas.

A tabela a seguir mostra o capital subscrito, as subscrições de capital a receber e as ações fracionárias ou antecipadas pendentes de emissão em 31 de dezembro de 2004 e 2003:

Notas explicativas da administração

às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2004 e 2003

	TOTAL Capital social subscrito		Subscrições a receber de membros	Pagamentos recebidos por conta de subscrições a pagar
	Ações	Valor		
	Milhares de US\$			
Alemanha	1.334	\$ 13.340	\$ 2.660	\$ 5.000
Argentina	7.767	77.670	54.400	—
Áustria	345	3.450	920	1.250
Bahamas	106	1.060	—	1.250
Barbados	101	1.010	270	3.750
Bélgica	169	1.690	640	24.839
Belize	101	1.010	360	5.000
Bolívia	624	6.240	1.640	1.250
Brasil	7.767	77.670	38.870	3.502
Chile	2.003	20.030	4.930	1.647.500
Colômbia	2.003	20.030	4.930	6.250
Costa Rica	94	940	—	—
Dinamarca	1.071	10.710	2.860	6.220
Equador	420	4.200	1.470	—
El Salvador	94	940	—	—
Espanha	2.393	23.930	6.630	30.000
Estados Unidos	17.600	176.000	53.080	5.000
Finlândia	393	3.930	1.440	9.512
França	2.162	21.620	5.760	—
Guatemala	420	4.200	1.110	7.500
Guiana	120	1.200	320	5.000
Haiti	94	940	—	—
Honduras	314	3.140	830	5.000
Israel	173	1.730	470	8.750
Itália	2.162	21.620	5.760	—
Jamaica	420	4.200	2.940	—
Japão	2.393	23.930	6.630	3.750
México	5.000	50.000	13.040	1.250
Nicarágua	314	3.140	2.200	—
Noruega	393	3.930	1.440	9.435
Países Baixos	1.071	10.710	2.860	6.250
Panamá	314	3.140	830	5.000
Paraguai	314	3.140	2.200	—
Peru	2.003	20.030	5.940	—
Portugal	182	1.820	670	7.521
República Dominicana	420	4.200	1.110	7.500
Suécia	393	3.930	1.440	9.480
Suiça	1.071	10.710	2.860	6.250
Suriname	30	300	—	—
Trinidad e Tobago	314	3.140	1.100	—
Uruguai	857	8.570	2.470	—
Venezuela	4.311	43.110	15.370	7.141
Total 2004	69.630	\$ 696.300	\$ 252.450	\$ 1.840.150
Total 2003	69.632	\$ 696.320	\$ 307.925	\$ 264.001

Notas explicativas da administração

às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2004 e 2003

NOTA H — Compromissos e contingências

Em 2004 e 2003, a Corporação realizou operações para fornecer garantias financeiras e as registrou de acordo com a FIN 45, *Contabilidade e Exigências de Divulgação de Garantias pelo Garantidor, Inclusive Garantias Indiretas de Dívida de Terceiros*. A Corporação está pronta para cumprir suas obrigações assim que uma garantia é registrada, compensando a parte garantida por ocasião de aviso de inadimplência, e busca obter recuperação, se houver, dos valores não pagos.

As garantias financeiras representam garantias irrevogáveis de que a Corporação efetuará pagamentos na hipótese de um cliente não ter condições de cumprir suas obrigações para com terceiros. Os prazos das garantias em aberto são de até quatro anos. A política da Corporação de exigir garantia colateral com respeito a esses instrumentos e o tipo de garantia colateral devida são, em geral, os mesmos dos empréstimos. O valor contábil inclui os montantes que representam receita diferida a ser levada ao resultado durante o prazo do contrato de garantia.

Em 31 de dezembro de 2004 e 2003, não havia sido recebido nenhum aviso de inadimplência desde o início e o valor potencial máximo dos pagamentos futuros montava a US\$5.245.000. A administração acredita que os eventuais passivos decorrentes dessa operação e registrados de acordo com a FIN 45 não serão relevantes.

NOTA I — Participações

A Corporação mobiliza recursos de bancos comerciais e outras instituições financeiras (Participantes) mediante participação em empréstimos. Esses empréstimos são vendidos pela Corporação, sem direito de regresso, aos Participantes. As participações são administradas e processadas pela Corporação em nome dos Participantes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2004, os recursos disponibilizados pelos Participantes e desembolsados pela Corporação totalizaram US\$181.735.000 (31 de dezembro de 2003 — US\$1.391.000). Os recursos disponibilizados pelos Participantes e não desembolsados montaram a US\$937.500 em 31 de dezembro de 2004 (31 de dezembro de 2003 — US\$154.000).

Notas explicativas da administração

às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2004 e 2003

NOTA J — Transações com partes relacionadas

A Corporação recebe do BID alguns serviços administrativos e gerais em áreas em que o Banco pode prestá-los a ambas as instituições de modo eficiente. Entre a Corporação e o BID há um novo contrato relativo ao aluguel de escritórios com prazo até 2014. A Corporação deu início à mudança das instalações atuais do BID em 2003, processo que foi concluído em 2004.

A Corporação pagou os seguintes montantes ao BID a título de utilização de escritórios e outros serviços de apoio administrativo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003 (US\$ milhares):

	2004	2003
Utilização de escritórios	\$ 1.565	\$ 1.187
Serviços de apoio	536	551
	\$ 2.101	\$ 1.738

As contas a receber do BID totalizaram US\$64.000 em 31 de dezembro de 2004 (31 de dezembro de 2003 — US\$133.000).

Em 2004 e 2003, não havia montantes pendentes com o BID no âmbito do contrato de um empréstimo em vigor. Ver Nota F.

A Corporação assinou contratos para prestação de serviços de assessoria ao BID, pelos quais recebeu US\$175.000 no exercício findo em 31 de dezembro de 2004 (31 de dezembro de 2003 — US\$300.000).

NOTA K — Plano de aposentadoria

O BID patrocina um plano de aposentadoria de benefícios definidos (Plano de Aposentadoria) que cobre praticamente todo o pessoal da Corporação e do BID. Nesse Plano, os benefícios se baseiam nos anos de serviço e na remuneração média. Os funcionários contribuem com uma porcentagem fixa da remuneração e a Corporação e o BID arcam com o restante do custo, determinado atuarialmente, dos benefícios futuros do Plano de Aposentadoria. A contribuição total baseia-se no método agregado de financiamento. Todas as contribuições ao Plano de Aposentadoria e todos os demais ativos e receitas destinados ao Plano de Aposentadoria são reunidos em contas separadas dos outros ativos e receitas da Corporação e do BID e só podem ser usados em benefício dos participantes do Plano de Aposentadoria e seus beneficiários, até que todas as obrigações para com eles sejam pagas ou provisionadas. Não são mantidas informações sobre as obrigações relativas a benefícios acumulados e correspondentes ativos atribuídos à Corporação. O gasto total líquido a cargo da Corporação referente ao Plano de Aposentadoria no exercício findo em 31 de dezembro de 2004 foi de US\$750.000 (31 de dezembro de 2003 — US\$452.000) e está demonstrado em despesas administrativas.

NOTA L — Outros benefícios a aposentados

A Corporação também proporciona assistência médica e outros benefícios aos aposentados. Todos os funcionários atuais que participam do Plano de Aposentadoria e que satisfazem determinados requisitos têm direito a esses benefícios ao se aposentarem.

A Corporação contribui anualmente para o Plano de Benefícios Posteriores à Aposentadoria do BID (Plano) num montante correspondente à despesa apurada atuarialmente. A parcela do total de ativos do Plano que cabe à Corporação é calculada proporcionalmente ao Plano com base no custo de financiamento da Corporação e na taxa de retorno dos ativos, deduzidos todos os pagamentos de benefícios de aposentadoria a funcionários. A contribuição da Corporação ao Plano foi de US\$427.000 no exercício findo em 31 de dezembro de 2004 (31 de dezembro de 2003 — US\$961.000). Está previsto que as futuras contribuições para financiamento do Plano sejam equivalentes ao custo atuarial anual.

Notas explicativas da administração

às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2004 e 2003

A tabela a seguir mostra a conciliação das variações das obrigações de benefícios do Plano e o valor justo de seus ativos, sua situação de custeio e os valores registrados em 31 de dezembro de 2004 e 2003 (US\$ milhares):

	2004	2003
<i>Conciliação da obrigação de benefícios</i>		
Obrigação em 1º de janeiro	\$ 9.668	\$ 8.557
Custo de serviços	769	775
Custo de juros	438	518
(Ganho)/perda atuarial	(2.066)	(556)
Custo das alterações ao Plano	—	374
Obrigação em 31 de dezembro	8.809	9.668
<i>Conciliação do valor justo dos ativos do Plano</i>		
Valor justo dos ativos do Plano em 1º de janeiro	10.105	7.247
Retorno efetivo dos ativos do Plano	1.216	1.897
Contribuições do empregador	427	961
Valor justo dos ativos do Plano em 31 de dezembro	11.748	10.105
<i>Custeio</i>		
Situação de custeio em 31 de dezembro	2.938	437
Obrigação de transição a reconhecer	1.749	1.923
Ganho a reconhecer	(4.787)	(2.354)
Custo não reconhecido de serviços anteriores	324	374
Outros ativos pré-pagos referentes a benefícios a aposentados	\$ 224	\$ 380
<i>Conciliação do custo de benefícios acumulados pagos antecipadamente</i>		
Pagamento antecipado – exercício anterior	380	—
Custo de pensão	(583)	(581)
Contribuição real	427	961
Pagamento antecipado – fim do exercício	\$ 224	\$ 380

Os ganhos e perdas atuariais superiores a 10% do que for maior entre a obrigação de benefícios ou o valor de mercado dos ativos do plano são amortizados ao longo da vida remanescente ativa média dos participantes do plano, de aproximadamente 10,8 anos. As obrigações de transição líquidas a reconhecer também são amortizadas ao longo de 10,8 anos.

Notas explicativas da administração

às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2004 e 2003

São as seguintes as premissas atuariais ponderadas levadas em conta no cálculo da obrigação de benefícios:

	2004	2003
<i>Média ponderada de premissa para calcular obrig. benefício em 31 de dezembro</i>		
Taxa de desconto	5,50%	5,75%
<i>Média ponderada da premissa para calcular custo líq. em 31 de dezembro</i>		
Taxa de desconto	5,75%	6,25%
Retorno esperado dos ativos do Plano	6,75%	7,25%
<i>Média ponderada de taxas de tendência de custo de assistência médica nos exercícios findos em 31 de dezembro</i>		
Premissa de taxa de tendência de custo de assistência médica para o próximo ano	8,70%	9,85%
Premissa de queda da taxa de tendência de custo (taxa de tendência final)	4,50%	4,75%
Ano em que a taxa atinge a taxa de tendência final	2013	2013

O custo periódico líquido dos benefícios tem a seguinte composição em 31 de dezembro de 2004 e 2003 (US\$ milhares):

	2004	2003
Custo de serviços	\$ 769	\$ 775
Custo dos juros	438	518
Menos: Retorno esperado dos ativos do Plano	(687)	(687)
Amortização de ativo e obrigação de transição a reconhecer	174	174
Amortização de (ganho) perda não reconhecida	(161)	(200)
Custo líquido periódico dos benefícios	\$ 583	\$ 580

As taxas previstas de tendência de aumento dos custos dos serviços de saúde afetam de modo significativo os montantes contabilizados na rubrica de planos de assistência médica. Uma variação de um ponto percentual nas taxas previstas de tendência de custo de serviços de assistência médica teria os seguintes efeitos (US\$ milhares):

	Aumento de um ponto percentual		Diminuição de um ponto percentual	
	2004	2003	2004	2003
Efeito sobre o total de componentes de custo de serviços e juros	\$ 278	\$ 267	\$ (207)	\$ (217)
Efeito sobre a obrigação de benefícios de aposentadoria	1.676	1.760	(1.179)	(1.427)

Os pagamentos futuros estimados de benefícios são os seguintes em 31 de dezembro de 2004 (US\$ milhares):

Pagamentos futuros estimados de benefícios

1 de janeiro de 2005 – 31 de dezembro de 2005	20
1 de janeiro de 2006 – 31 de dezembro de 2006	40
1 de janeiro de 2007 – 31 de dezembro de 2007	60
1 de janeiro de 2008 – 31 de dezembro de 2008	100
1 de janeiro de 2009 – 31 de dezembro de 2009	140
1 de janeiro de 2010 – 31 de dezembro de 2014	1.250

Apêndices

América Latina e Caribe em 2004: perspectivas econômicas

A América Latina e o Caribe devem registrar uma taxa de crescimento do PIB de cerca de 5,5% em 2004, em comparação com 1,5% em 2003. A maior parte dos países da região recuperou-se do desaquecimento iniciado em 1998. Esse desempenho positivo resulta das condições favoráveis em âmbito regional e internacional, entre elas a alta dos preços de *commodities*, do aumento das exportações não petrolíferas e dos fluxos de turistas para a região. Além disso, estima-se que a taxa de inflação da região em 2004 foi 7,7%, abaixo dos 8,5% registrados em 2003, ou mais de quatro pontos percentuais abaixo da taxa de 2002 (12,1%). Tais resultados também foram viabilizados pela implementação de políticas econômicas internas que privilegiam o rigor fiscal e monetário, além de taxas de câmbio mais competitivas. Para que a tendência de retomada de crescimento econômico se mantenha, será preciso fortalecer a demanda interna, dar prosseguimento aos esforços para equilibrar as contas externas e contar com um crescimento econômico mundial mais vigoroso.

No mundo todo, a atividade econômica começou a recuperar-se no segundo semestre de 2003 e no primeiro de 2004. Embora o ritmo de crescimento, segundo projeções, deva sofrer uma desaceleração na segunda metade de 2004, o crescimento do PIB global no ano deve ficar em torno de 3,8%. Com respeito ao comércio mundial, projeta-se que seu crescimento deverá atingir a taxa de 7% até o fim de 2004. Para 2005, prevê-se que o fortalecimento da atividade econômica mundial vai continuar, puxado pelas economias dos Estados Unidos, da Índia e da China. O

crescimento econômico da União Européia acelerou-se no primeiro trimestre de 2004, com uma taxa anualizada de 2,5%.

Nesse contexto, as economias da América Latina e do Caribe devem beneficiar-se da forte demanda de *commodities*, particularmente da China. Além disso, as relações de troca devem recuperar-se em 2004, com uma melhoria de quase 3% em relação a 2003. A região tem registrado saldo da balança comercial de mercadorias positivo desde meados de 2002, como resultado do maior crescimento das exportações. Durante 2003, foram registrados aumentos na receita de exportações na maior parte dos países do Mercosul, dos países membros da Comunidade Andina e do Chile. Na maioria dos casos, esse aumento decorreu do aumento dos volumes exportados, e não dos preços praticados. Em 2004, calcula-se que as exportações registraram uma elevação de 22%, enquanto o aumento dos preços deve ser de 6%.

A discreta recuperação dos fluxos de capitais para a região em 2003 deve ser mais vigorosa em 2004, atingindo 1,8% do PIB, em grande parte em função do forte aumento dos fluxos de capitais privados. O investimento direto estrangeiro deve atingir US\$ 35 bilhões em 2004, em comparação com US\$ 29 bilhões em 2003. Contudo, prevê-se que a região registrará uma transferência de capital negativa de cerca de US\$ 22 bilhões. Embora o custo médio das captações externas tenha caído de 12,7% para 9,9% em 2003 e para 9,4% no primeiro trimestre de 2004, o recente aumento dos prêmios de risco levou esses custos a patamares superiores a 10%.

O PIB das maiores economias da região deve crescer em torno de 4% em 2005 e 2006, variando de 2,9% a 5,4%. Prevê-se que, nesse grupo de países, a inflação continue sob controle, com uma variação estimada nos preços ao consumidor de cerca de 8,2% em 2005 e 7,3% em 2006. Segundo as estimativas, o desemprego médio deve oscilar por volta de 12% nos maiores países da região, variando de 6,8% a 16,2% em 2005. Em 2006, a taxa de desemprego provavelmente apresentará uma leve melhora, variando entre 6,5% e 15,7%.

Vários fatores podem impactar essas projeções e, portanto, afetar a atividade econômica da região e sua balança de pagamentos. Especificamente, as projeções para a economia da região pressupõem que:

- a demanda interna na maior parte da região vai continuar forte;
- o nível dos preços de *commodities* não vai cair;
- as remessas efetuadas por particulares que vivem no exterior vão continuar nos níveis atuais;
- os preços do petróleo vão sofrer um recuo moderado em relação aos níveis atuais;
- a taxa de investimentos estrangeiros diretos vai continuar a se recuperar; e
- as taxas de juros internacionais vão permanecer relativamente baixas.

Em que pesem as incertezas sobre a sustentabilidade da recuperação econômica da região e do mundo, a região da América Latina e do Caribe parece bem posi-

cionada para continuar a beneficiar-se dos avanços feitos nas áreas macro e microeconômica. Em 2004, de fato, a Standard and Poor's elevou a classificação da dívida soberana de seis países da região e rebaixou a de apenas um, diante dos níveis mais baixos da dívida e da inflação, da manutenção do crescimento e de um superávit na conta corrente regional. Para liberar o potencial produtivo da região, será preciso aprofundar a integração regional, ampliar a abertura comercial, manter políticas fiscais responsáveis, melhorar a regulamentação dos sistemas financeiros e modernizar o arcabouço regulatório dos investimentos. Será preciso suprir as necessidades de financiamento a longo prazo da região, destinando recursos para fomentar a produção, melhorar a infra-estrutura econômica e elevar o padrão de vida.

As empresas da América Latina e do Caribe estão se adaptando para concorrer na economia global. Tal processo deve favorecer as empresas de pequeno e médio porte. Para manter e ampliar sua participação nos mercados interno e externo, essas empresas precisarão de acesso a fontes de financiamento adequadas. A Corporação procurará atender às necessidades de seu mercado alvo, alocando seus recursos, direta e indiretamente, da maneira mais eficaz possível. Dará prosseguimento à sua forma disciplinada de conceder crédito ao mercado alvo de empresas de pequeno e médio porte. Cuidará de gerir diligentemente seus recursos de modo a conciliar seu mandato desenvolvimentista e a busca de retornos financeiros sustentáveis.

Governadores e Governadores Suplentes*

<i>País</i>	<i>Governador</i>	<i>Governador Suplente</i>
Alemanha	Uschi Eid	Rolf Wenzel
Argentina	Roberto Lavagna	Martín Redrado
Áustria	Karl-Heinz Grasser	Thomas Wieser
Bahamas	James H. Smith, CBE	Ruth Millar
Barbados	Owen S. Arthur, MP	Grantley Smith
Bélgica	Didier Reynders	Franciscus Godts
Belize	Assad Shoman	Carla Barnett
Bolívia	Horst Grebe López	Luis Carlos Jemio M.
Brasil	—	José Carlos Rocha Miranda
Chile	Nicolás Eyzaguirre	María Eugenia Wagner Brizzi
Colômbia	Alberto Carrasquilla Barrera	Santiago Montenegro
Costa Rica	Federico Carrillo Zürcher	Francisco de Paula Gutiérrez
Dinamarca	Carsten Staur	Ole E. Moesby
Equador	Mauricio Yépez Najas	Javier Game
El Salvador	Eduardo Zablah-Touché	Guillermo López Suárez
Espanha	Pedro Solbes Mira	David Vegara Figueras
Estados Unidos	John W. Snow	Alan P. Larson
Finlândia	Pertti Majanen	Taisto Huimasalo
França	Hervé Gaymard	Xavier Musca
Guatemala	María Antonieta de Bonilla	Lizardo Sosa
Guiana	Bharrat Jagdeo	Saisnarine Kowlessar
Haiti	Henri Bazin	Roland Pierre
Honduras	William Chong Wong	María Elena Mondragón de Villar
Israel	David Klein	Dan Catarivas
Itália	Domenico Siniscalco	Vincenzo Desario
Jamaica	Omar Davies, MP	Shirley Tyndall
Japão	Sadakazu Tanigaki	Toshihiko Fukui
México	Francisco Gil Díaz	Alonso P. García Tamés
Nicarágua	Eduardo Montiel	Mario Alonzo
Noruega	Olav Kjørven	Nils Haugstveit
Países Baixos	Gerrit Zalm	Agnes van Ardenne van der Hoeven
Panamá	Ricaurte Vásquez	Héctor Alexander
Paraguai	Dionisio Borda	José Ernesto Büttner
Peru	Pedro Pablo Kuczynski	Luis Carranza Ugarte
Portugal	António José de Castro Bagão Felix	Luis Miguel Morais Leitão
Rep. Dominicana	Héctor Valdez Albizu	Temístocles Montás
Suécia	Ruth Jacoby	Stefan Emblad
Suíça	Oscar Knapp	Peter Bischof
Suriname	Humphrey Stanley Hildenberg	Stanley B. Ramsaran
Trinidad e Tobago	Camille R. Robinson-Regis	Victoria Mendez-Charles
Uruguai	Isaac Alfie	Ariel Davrieux
Venezuela	Nelson J. Merentes D.	Jorge Giordani

*Informações de dezembro de 2004

*Diretores Executivos e Diretores Executivos Suplentes**

<i>Alemanha, Áustria, Bélgica, Países Baixos e Itália</i>	Pieter Moorrees Karla Schestauber
<i>Argentina e Haiti</i>	Eugenio Díaz-Bonilla Martín Bès
<i>Bahamas, Barbados, Guiana, Jamaica, e Trinidad e Tobago</i>	Havelock Brewster Jerry Christopher Butler
<i>Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua</i>	José Carlos Castañeda Sandra Regina Midence
<i>Bolívia, Paraguai e Uruguai</i>	Juan E. Notaro Fraga Orlando Ferreira Caballero
<i>Brasil e Suriname</i>	Rogério Studart Arlindo Villaschi
<i>Chile e Colômbia</i>	Germán Quintana Luis Guillermo Echeverri
<i>Dinamarca, Finlândia, França, Noruega, Suécia e Suíça</i>	Lukas Siegenthaler Christina Wedekull
<i>Equador e Peru</i>	Jaime Pinto Tabini Byron Solís
<i>Espanha, Israel, Japão e Portugal</i>	Yoshihisa Ueda Miguel Empis
<i>Estados Unidos</i>	Héctor E. Morales
<i>México e República Dominicana</i>	Agustín García-López Roberto B. Saladín
<i>Panamá e Venezuela</i>	Adina Bastidas

*Informações de dezembro de 2004

Órgãos de ligação

<i>País</i>	<i>Instituição</i>
Alemanha	Federal Ministry for Economic Cooperation and Development
Argentina	Ministerio de Economía
Áustria	Federal Ministry of Finance
Bahamas	Ministry of Finance
Barbados	Ministry of Economic Development
Bélgica	Ministère des finances
Belize	Ministry of Budget, Planning and Management, Economic Development, Investment and Trade
Bolívia	Ministerio de Hacienda
Brasil	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Chile	Ministerio de Hacienda
Colômbia	Ministerio de Hacienda y Crédito Público
Costa Rica	Ministerio de Hacienda
Dinamarca	Danish International Development Agency – DANIDA
Equador	Ministerio de Economía y Finanzas
El Salvador	Secretaría Técnica de la Presidencia
Espanha	Subdirección General de Instituciones Financieras Multilaterales
Estados Unidos	Treasury Department
Finlândia	Ministry for Foreign Affairs
França	Ministère de l'économie, des finances et de l'industrie
Guatemala	Ministerio de Finanzas Públicas
Guiana	Ministry of Finance
Haiti	Ministère de l'économie et des finances
Honduras	Banco Central de Honduras
Israel	Bank of Israel
Itália	Ministry of the Economy and Finance
Jamaica	Ministry of Finance and Planning
Japão	Ministry of Finance
México	Secretaría de Hacienda y Crédito Público
Nicarágua	Ministerio de Hacienda y Crédito Público
Noruega	Royal Norwegian Ministry of Foreign Affairs
Países Baixos	Ministry of Finance
Panamá	Ministerio de Economía y Finanzas
Paraguai	Ministerio de Hacienda
Peru	Ministerio de Economía y Finanzas
Portugal	Direcção Geral de Assuntos Europeus e Relações Internacionais do Ministério das Finanças
Rep. Dominicana	Banco Central de la República Dominicana
Suécia	Ministry for Foreign Affairs – Department for International Development Co-operation
Suíça	Office fédéral des affaires économiques extérieures
Suriname	Ministry of Finance
Trinidad e Tobago	Ministry of Finance, Planning and Development
Uruguai	Ministerio de Economía y Finanzas
Venezuela	Banco Nacional de Desarrollo

Sede y oficinas regionales

Sede

1350 New York Avenue, N.W.
Washington, DC 20577
Estados Unidos de América
Teléfono: (202) 623-3900
Fax: (202) 623-3815
Correo electrónico: iicmail@iadb.org

Oficinas regionales

Oficina Regional para la Región Andina

Carrera 7 No. 71-21, Torre B, Piso 19
Edificio Bancafé
Bogotá, Colombia
Teléfonos: (571) 325-7058 ó (571) 325-7059
Fax: (571) 325-7057

Oficina Regional para Centroamérica

Edificio Centro Colón, Piso 12
Paseo Colón, entre calles 38 y 40
Apartado postal 1142-1007
San José, Costa Rica
Teléfonos: (506) 257-1418
Fax: (506) 257-0083

Oficina Regional para el Cono Sur

Rincón 640
11.000 Montevideo, Uruguay
Teléfono: (598-2) 915-3696
Fax: (598-2) 916-2607

Impreso en papel reciclado

Impreso con tinta de soya

Corporación Interamericana de Inversiones
1350 New York Avenue, N.W.
Washington, DC 20577
Estados Unidos de América
www.iic.int